

VÍVIAN CALISTO DAS CHAGAS



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

ÁREAS VERDES URBANAS E SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS CULTURAIS:
UM ESTUDO SOBRE O PARQUE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA/MG

Orientador: Prof. Dr. Altair Sancho Pivoto dos Santos

JUIZ DE FORA

2025

VÍVIAN CALISTO DAS CHAGAS



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

ÁREAS VERDES URBANAS E SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS CULTURAIS: UM
ESTUDO SOBRE O PARQUE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA/MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Dinâmicas Espaciais, linha de pesquisa: Socioespaciais, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora para obtenção do título de Mestra em Geografia. **Orientador:** Prof. Dr. Altair Sancho Pivoto dos Santos.

JUIZ DE FORA

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Calisto das Chagas, Vívian.

ÁREAS VERDES URBANAS E SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS CULTURAIS: UM ESTUDO SOBRE O PARQUE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA/MG / Vívian Calisto das Chagas. -- 2025.
146 f.

Orientador: Altair Sancho Pivoto dos Santos

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2025.

1. Natureza e sociedade. 2. Bem-estar. 3. Parques urbanos. 4. Planejamento urbano sustentável. 5. Serviços ecossistêmicos culturais. I. Sancho Pivoto dos Santos, Altair, orient. II. Título.

Vivian Calisto das Chagas

Áreas verdes urbanas e serviços ecossistêmicos: um estudo sobre o Parque Municipal de Juiz de Fora/MG

Dissertação
apresentada ao
Programa de Pós-
graduação em
Geografia da Universidade
Federal de Juiz de
Fora como requisito
parcial à obtenção do
título de Mestre em
Geografia. Área de
concentração:
Dinâmicas Espaciais.

Aprovada em 12 de Junho de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Altair Sancho Pivoto dos Santos - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Guilherme Augusto Pereira Malta
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Sidnei Raimundo
Universidade de São Paulo

Juiz de Fora, 07/05/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Altair Sancho Pivoto dos Santos, Professor(a)**, em 12/06/2025, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Augusto Pereira Malta**,



Professor(a), em 12/06/2025, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2382219** e o código CRC **E2DB347B**.

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a todas as pessoas que, de alguma forma, caminharam comigo até aqui. Aos meus familiares, pelo apoio incondicional. Aos amigos, pela escuta e pelo carinho nos momentos mais difíceis. E a mim mesma, por não desistir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e pela força que me sustentou nos momentos de dúvida e cansaço. Aos meus pais, que me trouxeram a este mundo e, mesmo sem conhecerem o funcionamento da academia o que este trabalho representa, nunca deixaram de me apoiar. Estiveram ao meu lado em cada etapa, com amor e confiança.

Aos amigos, dentro e fora da universidade. A cada pessoa que conheci ao longo dessa jornada, meu sincero agradecimento. Aos professores, técnicos e servidores que, com dedicação e generosidade, ajudaram a tornar possível este percurso.

Sou grata à FAPEMIG pelo financiamento que possibilitou meus estudos e minha pesquisa. Também agradeço a quem veio antes, abrindo caminhos, e a quem virá, dando continuidade àquilo que construímos aqui.

Neste ano em que completo dez anos de universidade, e sem dúvida, são os melhores anos até agora.

Sou grata. Sou grata. Sou grata.

RESUMO

A relação entre sociedade e natureza foi intensamente modificada a partir da Revolução Industrial, quando os espaços naturais passaram a ser transformados em função dos interesses do capital, convertendo-se muitas vezes em mercadorias reprodutíveis. Esse processo gerou um distanciamento entre os indivíduos e o meio natural, agravado pela urbanização acelerada e pelo modelo de vida moderno. Nesse contexto, os parques urbanos surgem como espaços para a reaproximação da população com a natureza. As áreas verdes urbanas, como os parques urbanos, se apresentam como espaços públicos fundamentais para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida nas cidades. Esta pesquisa tem como objetivo analisar os serviços ecossistêmicos culturais (SEC) oferecidos pelo Parque Municipal de Juiz de Fora – MG. Por meio de revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com coordenadores, gestores e visitantes do parque, foi possível identificar que as áreas verdes urbanas geram múltiplos benefícios imateriais atrelados ao SEC, como relaxamento, autoconhecimento, espiritualidade, pertencimento, sociabilidade, lazer e consciência ambiental. Os resultados demonstram que o Parque Municipal de Juiz de Fora contribui para a democratização do acesso à natureza e para a valorização dos bens comuns e de uso público, servindo como referência para políticas públicas voltadas ao planejamento urbano sustentável e inclusivo. Assim, a pesquisa não apenas evidencia a importância dessa área verde urbana para a prestação de serviços ecossistêmicos culturais, mas busca também estimular o engajamento da população e do poder público na apropriação e ampliação de espaços livres e verdes nas cidades.

Palavras-chave: Serviços ecossistêmicos culturais; Parques urbanos; Natureza e sociedade; Bem-estar; Planejamento urbano sustentável.

ABSTRACT

The relationship between society and nature has changed intensely since the Industrial Revolution, when natural spaces began to be transformed according to the interests of capital, often becoming reproducible commodities. This process led to a distancing between individuals and the natural environment, aggravated by accelerated urbanization and the modern way of life. In this context, urban parks have emerged as spaces where people can reconnect with nature. Urban green areas, such as urban parks, are fundamental public spaces for promoting well-being and quality of life in cities. This research aims to analyze the cultural ecosystem services (SEC) offered by the Municipal Park of Juiz de Fora - MG. Through a literature review, documentary research and semi-structured interviews with park coordinators, managers and visitors, it was possible to identify that urban green areas generate multiple intangible benefits linked to the SEC, such as relaxation, self-knowledge, spirituality, belonging, sociability, leisure and environmental awareness. The results show that the Juiz de Fora Municipal Park contributes to the democratization of access to nature and the appreciation of common goods and public use, serving as a reference for public policies aimed at sustainable and inclusive urban planning. Thus, the research not only highlights the importance of this urban green area for the provision of cultural ecosystem services, but also seeks to stimulate the engagement of the population and public authorities in the appropriation and expansion of free and green spaces in cities.

Keywords: Cultural ecosystem services; Urban parks; Nature and society; Well-being; Sustainable urban planning.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Processo de urbanização	18
Figura 2: Estrutura do IPBES	41
Figura 3: Entrada do Parque	53
Figura 4: Placa de lazer na entrada do parque	53
Figura 5: Placa de conservação	54
Figura 6: Mapa do Parque Municipal de Juiz de Fora	55
Figura 7: Atividade 1 Parque +60	83
Figura 8: Atividade 2 Parque +60	83
Figura 9: Turma A	87
Figura 10: Turma B	88
Figura 11: Participantes na trilha	89
Figura 12: Caminhando pela trilha	89
Figura 13: Palmeira Jussara	91
Figura 14: Monitor falando da palmeira	92
Figura 15: Placas de proibição	93
Figura 16: Placa de alerta	93
Figura 17: Grupo na trilha	95
Figura 18: Grupo na trilha 4	95
Figura 19: Encantos na trilha	96
Figura 20: Encantos na trilha 2	97
Figura 21: Seiva da árvore	98
Figura 22: Não alimente os animais	98
Figura 23: Yoga grupo 1	100
Figura 24: Prática de yoga grupo 1	100
Figura 25: Yoga grupo 2	101
Figura 26: Prática de yoga grupo 2	101
Figura 27: Visão yoga grupo 2	102

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1:	38
Quadro 2:	42
Tabela 1:	74

LISTA DE GRÁFICOS E MAPAS

Mapa 1:	17
Mapa 2:	51
Gráfico 1:	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEM	Avaliação Ecolossistêmica do Milênio
MEA	Millennium Ecosystem Assessment
PJF	Prefeitura Municipal de Juiz de Fora
PMJF	Parque Municipal de Juiz de Fora
PPGEO	Programa de Pós-Graduação em Geografia
SE	Serviços Ecolossistêmicos
SEC	Serviços Ecolossistêmicos Culturais
SECOM	Secretaria de Comunicação
SEL	Secretaria de Esporte e Lazer
SESMAUR	Secretaria de Meio Ambiente
SETUR	Secretaria de Turismo

SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO</i>	<i>12</i>
<i>1. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: UM OLHAR SOBRE A RELAÇÃO CIDADE E NATUREZA</i>	<i>18</i>
1.1 PARQUES URBANOS: HISTÓRICO E FUNÇÕES	27
1.2 O PAPEL DAS ÁREAS VERDES URBANAS PARA O BEM-ESTAR E A SAÚDE	33
<i>2. ÁREAS VERDES E OS SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS</i>	<i>36</i>
2.1 SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS CULTURAIS (SEC)	41
<i>3. PARQUE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA</i>	<i>50</i>
3.1 PROJETOS NO PARQUE	55
<i>4. BASES METODOLÓGICAS DA PESQUISA</i>	<i>56</i>
<i>5. A PESQUISA DE CAMPO: UMA ANÁLISE DOS RESULTADOS ENCONTRADOS</i>	<i>60</i>
5.1 COORDENADORES E GESTORES	61
5.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO E PERCEPÇÕES GERAIS SOBRE O PARQUE	71
<i>6. SEC E O PARQUE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA</i>	<i>81</i>
6.1 DIMENSÃO LAZER E SOCIABILIDADE	82
6.2 DIMENSÃO ECOLÓGICA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	88
6.3 DIMENSÃO ESPIRITUAL	99
<i>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	<i>105</i>
<i>8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i>	<i>109</i>
<i>9. APÊNDICES</i>	<i>119</i>
Apêndice A – Roteiro de Entrevista com gestores e coordenadores	119
Apêndice B – Roteiro de Entrevista com os usuários dos projetos do parque	126

INTRODUÇÃO

Lefebvre (2006) afirma que “os ritmos espaço-temporais, os da natureza foram transformados por uma prática social” (p.170), assim, as descrições geográficas do espaço-natureza não devem ser a primeira argumentação na pesquisa relacionada com a história do tempo, mas sim os ritmos naturais e as modificações que isso trouxe para o espaço feito pelos gestos humanos. Santos (2004), por sua vez, afirma que “a natureza sempre foi o celeiro do homem [...] Mas, para que o homem se torne o homem social, é indispensável que ele também se torne o centro da natureza” (p. 201), algo que, segundo o autor, foi ocorrendo na medida em que os seres humanos foram dominando técnicas, instrumentos e organizações sociais.

Segundo essa perspectiva, Naves e Bernardes (2014) colocam que a explicação dos processos da história da relação da natureza com a sociedade é fundamental para entender as intervenções humanas na natureza. Assim, Mantovani (2009) defende que há doze mil anos atrás a raça humana era na maioria coletores e caçadores que se moviam de acordo com a sua necessidade de sobrevivência. O autor aponta que depois disso três grandes mudanças culturais se sucederam, a revolução agrícola, que começou a dez/doze anos atrás; a revolução industrial-médica, que começou há duzentos e setenta e cinco anos; e a revolução da informação-globalização, que teve seu início por volta de cinquenta anos atrás. O mesmo autor ainda afirma que a natureza passou de uma visão mágica, na qual manifestações divinas ocorriam e a provisão para a sobrevivência ocorria, para uma visão mecanicista na perspectiva da sociedade, se tornando uma fonte de recursos. Assim, desde a Pré-História, com a caça e a coleta, até o século XXI, com a preocupação ambientalismo e o apelo pela sustentabilidade, é possível identificar não apenas a relação sociedade-natureza, mas o impacto que um exerceu na trajetória do outro.

Dentro do contexto histórico da civilização e o meio ambiente, cabe destacar que no período da Revolução Industrial, o advento do capitalismo implementou um novo estilo de vida para a população. Com essa implementação, surgiram novos meios de produção, outras formas de reter o trabalhador condicionando-o aos grandes abusos do capital, assim como mudanças trazidas pela urbanização. Em geral, esse novo modelo esteve sustentado na exploração de recursos naturais em larga escala, ocasionando processos crescentes de degradação da biodiversidade.

Lefebvre (2006) apontou que a natureza era a matéria-prima utilizada para a produção do espaço, um processo de transformação que em algumas vezes era ocasionado por meio de desterroamento. Segundo Carlos (2015), essa transformação do espaço urbano resulta na criação de uma mercadoria reprodutível, que afeta a qualidade de vida ao separar os indivíduos do meio natural e do modo de vida nas cidades, devido aos altos padrões de consumo impostos pelo capital.

Harvey (2005) ressalta que o capitalismo, assim com outros modelos, busca promover sua geografia histórica, mas não fazem isso com noções geográficas ou históricas particulares, ou seja, a forma como o capitalismo se organiza e transforma o espaço ao longo do tempo é moldada por ele mesmo e pelas suas consequências no meio, sendo dinâmica e adaptativa. Além disso, o autor salienta que o processo de urbanização influencia na organização e nos processos sociais. A partir disso, o capitalismo, em toda sua maestria, recriou meios de aproximar os trabalhadores do meio natural, visto que estes se sentiam melhor e produziam mais após o contato com a natureza (Harvey, 1982). Assim sendo, surgem as propostas de parques e de pequenas áreas verdes nas cidades, como forma de amenizar problemas diários que o crescimento desordenado das cidades instituiu, sendo Olmstead, um planejador urbano, o principal precursor dessa narrativa no século XIX nos EUA (Harvey, 1982).

Esse consumo de áreas verdes no ambiente urbano acompanha o modelo de vida até os dias atuais. Ademais, essas áreas se tornaram desejo do trabalhador urbano que tinha o meio natural como um benefício do tempo livre ou tempo de não trabalho, que por sua vez, proporcionavam um bem-estar e uma pausa das atividades de trabalho (Harvey, 1982).

Os parques urbanos, áreas verdes de destaque situados nas cidades, obtiveram sua criação, segundo Macedo e Sakata (2010), com função de contemplar a demanda da população para o lazer e o ócio, uma fuga do ambiente urbano criado pela cidade moderna, mas que, num primeiro momento, privilegiava principalmente a elite. Assim sendo, é relevante destacar a importância assumida pelos parques urbanos na contemporaneidade, enquanto espaços livres de uso público e de bem comum da população, isto é, possuem um simbolismo em torno da sua construção social (Raimundo e Sarti, 2019).

Atualmente, os parques urbanos adquiriram outras funções. Raimundo e Sarti (2016) defendem que o lazer e o turismo são as principais atividades procuradas pela população, além da sensação de reconexão com a natureza, pois com o afastamento do meio natural, a população se viu na necessidade pela busca do equilíbrio físico, mental e espiritual

comprovados pelos benefícios que as áreas verdes proporcionam. Melo e Dias (2012) apontam que somente a partir da década de 1970 que a conscientização dos efeitos físicos, sociológicos e psicológicos do turismo, aconteceu juntamente com a preocupação pela preservação dos locais visitados. Assim, as autoras ainda apontam que ainda no final do século XX a preocupação com os benefícios que as áreas verdes poderiam proporcionar foi disseminada com maior força.

Segundo Andrade e Romeiro (2009), a partir do reconhecimento de que as áreas verdes geram inúmeros serviços à sociedade e ao planeta, foi criado o programa *Millennium Ecosystem Assessment*, traduzida para o português como Avaliação Ecossistêmica do Milênio (MEA, 2005), que foi desenvolvida em Washington, DC., pelos pesquisadores da *World Resources Institute*, com propósito de solucionar problemas oriundos do afastamento da população com o meio natural e de conservação ambiental. Esse programa reúne os principais Serviços Ecossistêmicos (SE)¹, sendo eles: serviço de provisão ou provisão (alimentos, água, tempo); serviços de regulação (regulação do clima, inundações, doenças e qualidade da água); serviços culturais (recreação, prazer estético, realização espiritual); e serviços de apoio (formação do solo, a polinização, ciclo de nutrientes). Ainda segundo os autores, a relação dos humanos com os serviços prestados pelo ecossistema e a importância dos mesmo para a sociedade é nítida quando a ação possui o propósito de aumentar a qualidade de vida da população e acelera o processo de desenvolvimento,

Os serviços ecossistêmicos culturais (SEC), foco desta pesquisa, estão relacionados diretamente aos benefícios imateriais que a natureza oferece para a população, sendo assim atrelado a comportamentos humanos (Andrade e Romeiro, 2009). Além disso, a questão de precificação e de valoração dos SEC se torna difícil de ser realizada, por envolverem questões subjetivas associadas ao ambiente natural, relacionando o prazer estético, contemplação, realização espiritual, entre outros.

Pesquisas relacionando parques, principalmente os parques urbanos com a oferta de SE, têm crescido nos últimos anos no Brasil. Alguns autores convergem no debate sobre a prestação de serviços ecossistêmicos, considerando-os um bem comum para a população e um bem compartilhado por todos, uma vez que são intrinsecamente ligados à natureza. Cada um dos serviços ecossistêmicos proporcionam um tipo de benefício distinto que são derivados

¹ Os Serviços Ecossistêmicos podem ser definidos como: “os benefícios que os seres humanos obtêm de ecossistemas, e eles são produzidos por interações dentro do ecossistema. Ecossistemas como florestas, pastagens, manguezais e as áreas urbanas prestam diferentes serviços à sociedade.” (MEA e WRI, 2005).

dele, como foi visto anteriormente. Em relação aos benefícios dos serviços ecossistêmicos culturais, a contemplação e o contato com as áreas verdes, como parques, geram melhoria nas percepções sobre bem-estar psicológico, físico, espiritual, ambiental e social, como destacam Sancho-Pivoto et al. (2022).

Diante desse contexto, a questão central do presente trabalho é: qual a importância do Parque Municipal de Juiz de Fora na provisão de serviços ecossistêmicos culturais para a população?

O Parque Municipal de Juiz de Fora (ver mapa 1), inaugurado no feriado nacional do dia 12 de outubro de 2021, é um dos parques mais procurados da cidade² pela sua diversidade de projetos, presença de áreas vegetacionais, trilhas em meio à natureza e equipamentos de lazer. Tal área verde é considerada um dos principais parques e atrativos turísticos da cidade, oferecendo diversos projetos para a população como: visitadas guiada, trilhas, natação, lazer, recreação, turismo³, formação de goleiros, natação, hidroginástica, yoga, entre outros.

Inspirados nesse debate, a presente pesquisa tem por objetivo analisar os serviços ecossistêmicos culturais (SEC) prestados pelo Parque Municipal de Juiz de Fora - MG (PMJF) e compreender a sua importância para a população que usufrui desses serviços. Nesse sentido, os seguintes objetivos específicos foram traçados para a pesquisa:

1. Compreender como se deu o processo de criação do Parque Municipal de Juiz de Fora, bem como suas diretrizes, objetivos e linhas de ação;
2. Reconhecer e analisar os projetos e iniciativas do Parque Municipal vinculados à prestação de serviços ecossistêmicos culturais (Parque +60; Visita guiada; e Yoga no parque);
3. Compreender as percepções dos participantes dos projetos “Parque +60”; “Visita guiada”; e “Yoga no parque” sobre os Serviços Ecossistêmicos Culturais associados à experiência de visitação.

² Nos dez primeiros meses após a inauguração, o parque recebeu 72 mil visitantes (Botto, Araújo e Carvalho, 2022).

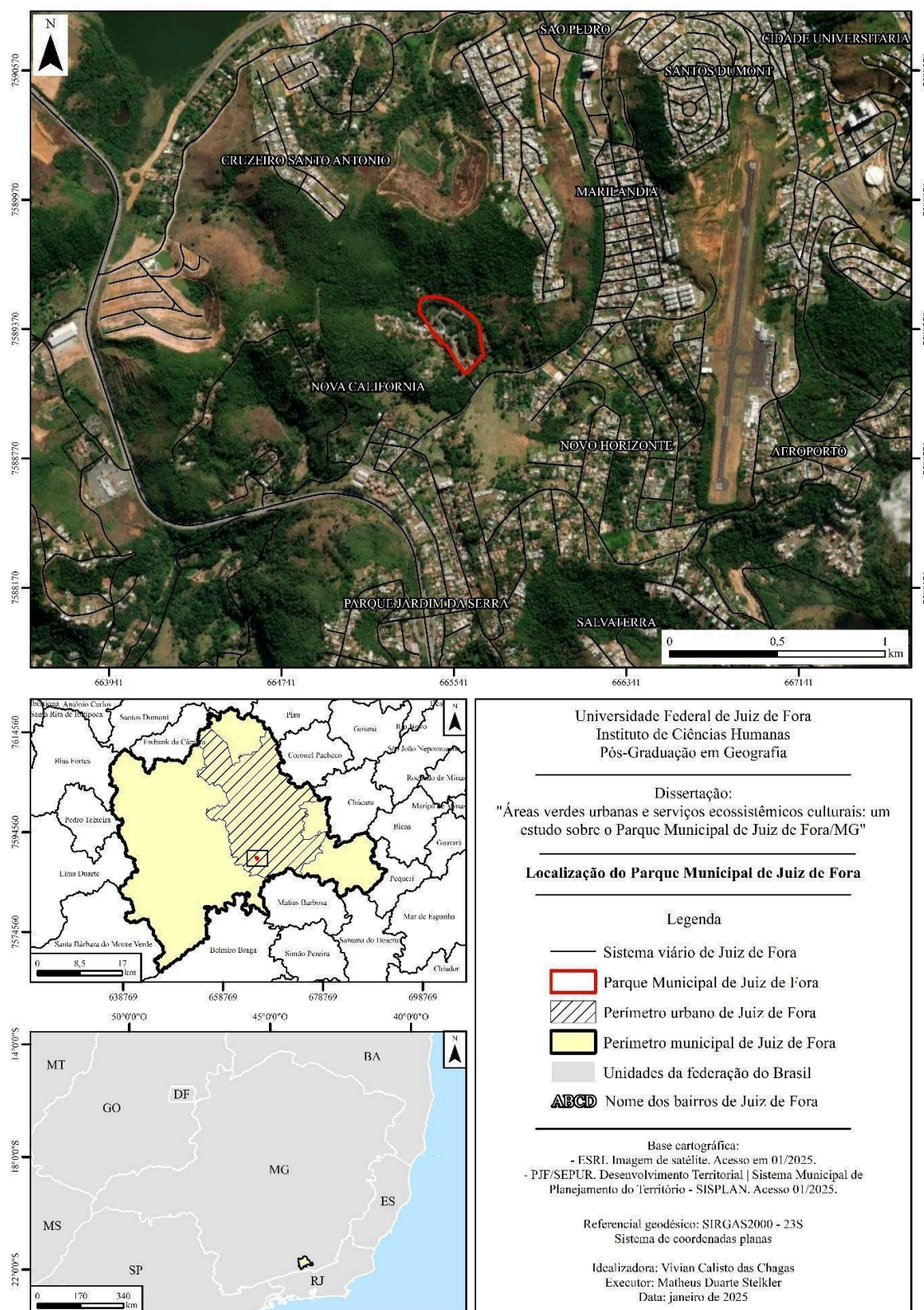
³ As visitas guiadas ofertadas pelo Parque Municipal foram desenvolvidas pela equipe de turismo e eventos e ocorrem na forma de passeios com monitores de turismo a partir de roteiros, em 2022 mais de 4 mil pessoas já haviam realizado os roteiros (Botto, Araújo e Carvalho, 2022)

Espera-se que a pesquisa possa possibilitar uma melhor compreensão das funções desempenhadas pelos espaços públicos da cidade com foco em áreas verdes urbanas e contribuir para gerar reflexões sobre a democratização dos espaços livres públicos de Juiz de Fora como um bem comum à população. Desta forma, a pesquisa irá fornecer um conjunto de informações estratégicas que poderá subsidiar programas e projetos para o parque, de forma que possibilite a melhora do seu potencial enquanto espaço público e, ao mesmo tempo, norteie o aprimoramento dos projetos em curso, aspirando iniciativas em outros espaços públicos das cidades. Além disso, os resultados ainda poderão inspirar a administração pública e os gestores no incentivo em áreas verdes urbanas, visto a sua relevância para a população e para a conservação do meio natural, promovendo uma administração eficiente e sustentável, pautas importantes para a sociedade atual.

A dissertação está estruturada da seguinte forma: no Capítulo 1, são detalhados os procedimentos metodológicos da pesquisa, como revisão de literatura, pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e pesquisa de campo com observação não participante. Já no Capítulo 2, apresenta-se um debate conceitual e histórico sobre a relação sociedade e natureza, passando por uma linha cronológica entre passado e presente. No capítulo 3, são abordados aspectos como a importância das áreas verdes para a população urbana e como os SE se atrelam a esse recorte espacial. O Capítulo 4 envolve uma apresentação sobre a história do Parque Municipal de Juiz de Fora - PMJF e informações sobre esse espaço destinado ao uso público. No Capítulo 5, são apresentados e analisados os resultados obtidos através da pesquisa de campo com as entrevistas semiestruturadas com os participantes dos projetos e com os coordenadores e gestores do parque. O Capítulo 6, apresenta a relação do Parque Municipal com o SEC. Por fim, nas considerações finais, são apontadas algumas das contribuições, bem como desafios e benefícios da pesquisa tanto para o parque como para a sociedade, enfatizando a importância deste estudo para outras pesquisas e para contribuir na democratização e na relevância dos espaços públicos.

Assim, a pesquisa revelará benefícios das áreas verdes urbanas em termos de comprovação de serviços ecossistêmicos culturais, com influência direta na qualidade de vida dos usuários. Ao mesmo tempo, promoverá debate sobre a relevância das ações de proteção do meio ambiente e valorização desses espaços públicos na cidade.

Mapa 1: Localização do Parque Municipal de Juiz de Fora



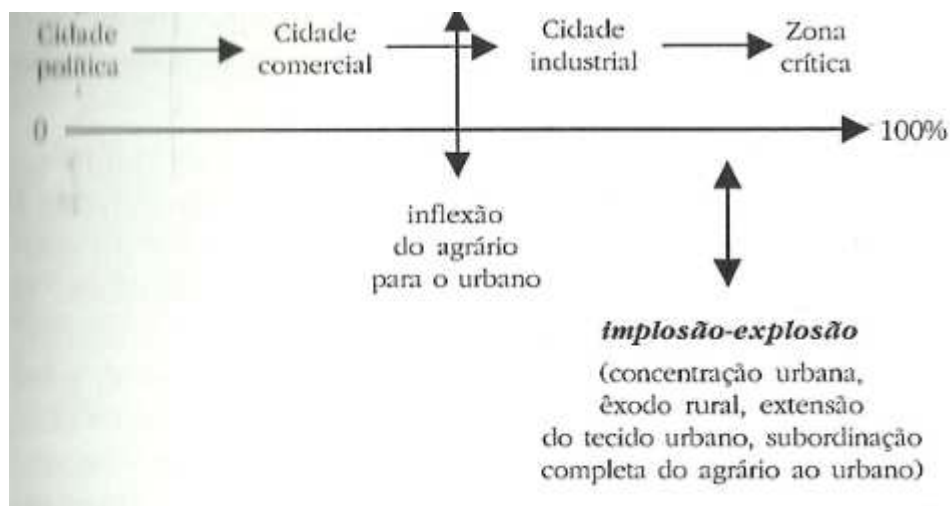
Fonte: Idealizado pela autora, executado por Matheus Duarte Stelker (2025).

1. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: UM OLHAR SOBRE A RELAÇÃO CIDADE E NATUREZA

Na tentativa de estabelecer uma linha cronológica da evolução do espaço urbano, Lefebvre (1999) identifica como marco zero o modo como os primeiros grupos de coletores marcaram e exploraram o espaço, uma prática que seria posteriormente aperfeiçoada pelos camponeses. O autor prossegue apontando o próximo marco, que ocorre no cenário de um indício de civilização, onde a agricultura já faz parte da rotina diárias das pessoas, juntamente com o desenvolvimento de centros urbanos. Nesse contexto, surgem cidades políticas, marcando o início da consolidação de uma vida social mais organizada, com trocas e comércio (Lefebvre, 1999). Desde esse último momento, Lefebvre (1999) aponta que o espaço urbano começou a se tornar central na vida das pessoas, muito por conta das trocas comerciais que se realizavam, surgindo assim a cidade comercial. A partir desse ponto, séculos XVI e XVII, acontece a troca de papéis, com o protagonismo da cidade se acentuando em detrimento ao campo. Com o advento da cidade industrial, as bases para a urbanização da cidade são postas (Lefebvre, 1999).

A grande concentração de pessoas muda os padrões antigos, e com a aglomeração de pessoas, Lefebvre (1999) denomina um novo marco chamado “zona crítica”. Nesse contexto, o autor declara que a população cresce em paralelo com as trocas comerciais, tornando a urbanização uma problemática mundial, isso porque “a realidade urbana modifica as relações de produção, sem, aliás, ser suficiente para transformá-las. Ela torna-se força produtiva, como a ciência” (1999, p. 26). Esses processos podem ser visualizados sucintamente na Figura 1.

Figura 1: Processo de urbanização



Fonte: Lefebvre (1999)

Lefebvre (1999) designa o termo teórico “sociedade urbana” para aquele que nasce da industrialização e a sucede, que dominou e também absorveu essa produção agrícola e seguiu para o contexto de concentração urbana que seguiu os modos de produção. Assim, o processo de urbanização foi derivado da construção de cidades, projetadas por meio do modelo capitalista engendrado durante a Revolução Industrial, com sua imagem cada vez mais vinculada ao novo, ao moderno. Assim, o modo de vida no campo (no espaço rural) passa a ser sinônimo de atraso, cada vez mais desvalorizado em detrimento do modo de vida urbano, vinculado às cidades, que passaram a concentrar os meios de produção.

Contudo, é importante destacar que, contemporaneamente, urbano e cidade não são mais sinônimos. A urbanização vai além dos limites físicos das cidades e se expressa de formas diversas nos territórios, incluindo o rural, uma vez que os modos de vida, as práticas sociais e os fluxos econômicos se entrelaçam e se manifestam para além da dicotomia cidade-campo. Desta forma, não se pode mais pensar em uma separação clara entre urbano e rural nos contextos atuais.

Lefebvre (1999) conceitua “cidade” como uma palavra que designa um objeto definido e definitivo, com uma existência histórica a ser considerada, enquanto “urbano” é definido por ele como o horizonte, o possível, sendo assim o fim a ser atingido e, conseqüentemente, algo abstrato no presente momento (reunindo, distribuindo e criando práticas) e por isso a definição que ele prefere em detrimento de “cidade”. Para o autor, o urbanismo representa a atividade que “traça a ordenação dos estabelecimentos humanos no território com traços de pedra, de cimento ou de metal” (p. 139), uma superestrutura da sociedade aberta à racionalidade, envolvendo assim o consumo do espaço e do habitat.

Já Harvey (2005) interpreta a urbanização como um processo social no qual os atores, objetivos e processos se entrelaçam ocasionando mudanças no contexto social (Harvey, 2005). Nesse contexto, o ambiente seria transformado por meio de suas práticas, como a acumulação de capital, reprodução da força de trabalho e a divisão da sociedade em classes, ou seja, tais características seriam espelhadas na urbanização, englobando as formas legais, os sistemas políticos e as hierarquias de poder.

Harvey (2011) aponta que a geografia do capitalismo “é cada vez mais autoproduzida” (p.119), no sentido em que as alterações feitas são em uma escala tão grande ao ponto de que

“o que foi dado pela natureza há muito tempo foi substituído pelo que foi construído pelo homem” (p.119), afirmando ainda que a conquista do espaço-tempo e a busca pelo domínio da natureza é algo que permanece no pensamento da sociedade capitalista. Lefebvre (2006) assegura que na história do espaço em que existe uma sociedade gerida pela burguesia existe o espaço do capitalismo. Contudo, Harvey (2011) ressalta que, apesar da centralidade, o capitalismo não consegue ser o único agente responsável pelas mudanças, visto que o aumento da população, a acumulação do capital e as formas de extração de matérias-primas, ocorridas desde o período escravocrata, foram fundamentais para fertilizar o ambiente no qual esse sistema econômico iria se firmar.

Importante mencionar, no âmbito desse processo, a ideia de espaço cunhada por Lefebvre (2006), enquanto produção social, englobando todas as coisas produzidas, suas relações e simultaneidade, não podendo assim ser reduzido a um objeto e possuindo seu conceito em estado de ampliação, por conta da sua multiplicidade, complexidade e habilidade de justaposição. Nesse processo, a natureza é interpretada como criadora e não produtora, oferecendo os recursos a uma atividade criadora e produtiva do ser social, fornecendo valores de uso esperado que se retorne para a natureza. Lefebvre (2006) ressalta, assim, que a problemática do espaço nasce das forças produtivas. Harvey (1992), por sua vez, sugere que a forma como os espaços urbanos se configura irão desencadear as práticas sociais.

Desse modo, a transformação do espaço, com o movimento de transição entre o êxodo rural para a ocupação das cidades, alterando a sua dimensão demográfica, surge também como forma de apropriação de espaços e de surgimento de novas formas de conduzir a vida, passando pela divisão social do trabalho e pela divisão territorial do mesmo, advindos do modelo capitalista (Sposito, 2004). Neste sentido, Lefebvre (2006) afirma que:

O espaço reúne a produção material: bens, coisas, objetos de troca, tais como vestimentas, móveis, casas (residências), produção ditada pela necessidade. Ele reúne também o processo produtivo considerado a um nível mais elevado, resultado de conhecimentos acumulados, o trabalho penetrando de ciência experimental, materialmente criadora (Lefebvre, 2006, p. 196).

Santos (2004), vai na mesma direção de Sposito e Lefebvre quando define por espaço “o conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e

que se manifestam através de processos e funções” (p.153), ou seja, o espaço, assim como as suas transformações estão atrelados aos processos políticos, econômicos e sociais, não ocorrendo da mesma forma em todos os lugares. Carlos (2007) também coloca o espaço geográfico como um produto histórico e social, concluindo que as relações sociais se realizam por meio da articulação entre espaço e tempo dentro do lugar e a produção do espaço revela modos da realidade social.

De acordo com Harvey (2005), o espaço tem passado por mudanças, logo as definições do espaço urbano se tornam imutáveis perante a urbanização. Contudo, o mesmo autor declara que “o poder de organizar o espaço se origina em um conjunto complexo de forças mobilizado por diversos agentes sociais. É um processo conflituoso, ainda mais nos espaços ecológicos de densidade social muito diversificada” (p. 171). Logo, se faz necessário em grandes cidades a junção de forças entre diferentes classes, formando uma aliança, para um tipo de empreendimento urbano, todavia, as reações inovadoras de algumas alianças ocasionaram vulnerabilidade e incertezas frente a uma mudança acelerada (Harvey, 2005).

Lefebvre (1999) situa o fenômeno urbano, que contém uma prática urbana, a partir da teoria da complexificação, na qual se parte de uma complexidade relativa em rumo de um maior. O autor ainda aponta que a realidade urbana vai para além do consumo, perpassando pela produção e suas relações. Assim, Lefebvre (1999) afirma que “a prática urbana ultrapassa esses conceitos parciais, e por conseguinte, a teoria. Essa prática nos ensina, entre outras coisas, que signos e significações são produzidos para a venda e para o consumo” (p.55), apontando que a cidade não pertence a apenas um conjunto ou nível de signos.

Como visto, a produção do espaço urbano enquanto transformação social perpetua diretamente na vida do indivíduo. Santos (2004) coloca que “cada vez que o uso social do tempo muda, a organização do espaço muda igualmente” (p. 204) e Lefebvre (1999) fala do espaço como um meio, um instrumento para o fim. De acordo com Carlos (2007), a construção das cidades modifica o modo de vida da sociedade urbana, adquirindo novos sentidos de produção da sua própria vida, isto é, o espaço modificado tem consequências na reprodução da vida do indivíduo em que nele vive.

Ademais, as modificações que transformaram as cidades também ocorrem pelas interações sociais, grupos e pessoas que compõem a cidade, que por consequência, enxergam a cidade como “obra da história” como cita Lefebvre (1991), com início meio e um possível fim, ou seja, ela se adequa à sociedade e se adapta ao estilo de vida das pessoas.

Em decorrência disso, surge o termo segregação espacial ou segregação urbana como cita Villaça (2011), sendo os condomínios fechados hoje a maior forma de segregação do espaço urbano, que segregam bairros, pessoas e classes sociais. Carlos (2020), que corrobora com tal ideia, afirma haver uma negação ao direito à cidade, por ser na cidade que a vida acontece, colocando a cidade como um espaço fruto da sociedade moderna, mas também um espaço onde há vida.

Harvey (1982) destaca quatro dimensões que elucidam o controle capitalista da produção do espaço urbano e que são percebidas até hoje: o direito à propriedade privada e à casa própria; o custo de vida e o valor da força de trabalho; a administração do consumo coletivo dos trabalhadores; e, segundo ele um dos mais importantes e complexos, a relação com a natureza. Sendo que todas essas dimensões englobam a divisão social do trabalho consoante à reprodução capitalista. Ademais, de acordo com Carlos (2007) tem se que:

“... a análise do fenômeno urbano, ao sublinhar o que se passa fora do âmbito do trabalho, acentua a esfera da vida cotidiana, de modo que a reprodução do espaço urbano articulado e determinado pelo processo de reprodução das relações sociais se apresenta de modo mais amplo do que relações de produção stricto sensu (a da produção de mercadorias), envolvendo momentos dependentes e articulados para além da esfera produtiva. A vida cotidiana, nessa perspectiva, se definiria como uma totalidade apreendida em seus momentos (trabalho, lazer e vida privada e entre os planos do indivíduo e do coletivo) e nesse sentido guardaria relações profundas com todas as atividades do humano – em seus conflitos, em suas diferenças.” (Carlos, 2007, p.23).

Por consequência, não há separação entre o ambiente de trabalho e o ambiente da vida cotidiana, ambas estão interligadas. O que se percebe é que as cidades além de serem uma construção material também são uma construção da vida. Lefebvre (1999) ressalta que a problemática urbana é algo mundial, portanto, depende de cada estrutura social, econômica, política e ideológica do país lidar com ela. Harvey (2005) aponta que o papel da governança urbana é “atrair fluxos de produção, financeiros e de consumo de alta mobilidade e flexibilidade para o seu espaço” (p.180).

Dentro desse contexto, é perceptível que os espaços são definidos e transformados pelos processos produtivos e pelas práticas e relações sociais, portanto, a cultura e suas manifestações influenciam diretamente dentro desse contexto e por sua essência não ocorre de forma idêntica em todos os lugares. Sartorio e Franz (2023) colocam a cultura como algo complexo, que envolve crenças e valores produzidos por uma comunidade e transmitido entre

gerações, formando uma espécie de padrão daquele povo. Flores (2006) aponta que a construção de uma identidade parte de uma fronteira simbólica e a construção social de um território, com essa identidade cultural, é uma ação coletiva que regula os atores e processos no processo de construção. Assim, Sartorio e Franz (2023) complementam afirmando que “a identidade social de um indivíduo apresenta suas vinculações a um sistema social” (p. 57), assim, quando as características culturais de uma comunidade são repassadas no espaço, a construção da paisagem⁴ cultural acontece. Dessa forma, a identidade territorial possui aspectos da identidade cultural e das marcas do espaço-tempo daquele período.

Lefebvre (2006), aponta que, quando decifrados, uma paisagem ou um monumento remetem a capacidade criadora e a um processo significativo. Harvey (2011) menciona em seus estudos que a paisagem geográfica é moldada pela tensão entre economias centralizadas e os lucros maiores advindos da descentralização, neste caso, a tensão entre ambos os lados depende das barreiras econômicas impostas. Em decorrência a tal situação, o autor aponta que as crises geograficamente localizadas se tornaram endêmicas na história do capitalismo, já que “do espaço em geral e da urbanização em particular tornou-se um grande negócio no capitalismo” (Harvey, 2011, p. 136).

“Toda formação urbana conheceu sua ascensão, seu apogeu e seu declínio” é assim, que Lefebvre (1991) introduz a crise urbana nas cidades, sendo considerada uma crise global visto acontecer em todos os lugares e não isoladamente (Limonad, 2018). Com isso, outras questões foram surgindo com essa crise, impactos que influenciam as cidades da atualidade, sendo o uso desse espaço como um dos maiores agravantes para os estudos sobre a temática.

Além disso, o espaço “vazio” é um espaço no qual o capital pode existir, dessa forma a produção do espaço urbano se reinventa, a elite sempre se favorecendo e o “resto” se adequa à realidade como ela é. Para a cidade existir, o ambiente físico precisa ser construído à imagem e semelhança da necessidade da sociedade, principalmente para fins de consumo e de produção (Harvey, 1982). Isto é, a população menos favorecida almejava o que a elite impôs como um modelo ideal de vida, mas que, logicamente, não é um caminho que o restante consegue percorrer.

O meio natural, citado Harvey (1982), passou a ser visto como um produto do consumo no qual o indivíduo se recuperava do seu tempo de trabalho, a natureza passou a se

⁴ No que tange a paisagem: “A paisagem não pode ser concebida como estática no tempo, mas sim como um objeto em constante transmutação, representando a marca das técnicas e do trabalho no espaço, com suas diversas adições e subtrações.” (Sartorio e Franz, 2023, p. 58)

tornar uma grande questão no que tange a crise nas cidades em decorrência da sua degradação, impactando negativamente na sociedade. Assim como Harvey (1982), Limonad (2018) também defende que com o meio natural sofrendo um “esvaziamento” se tornou uma problemática tanto de ordem social, política e ambiental:

“Em nome da sustentabilidade e de um futuro comum, os setores hegemônicos convertem os espaços naturais em reserva de valor para a acumulação de capital, para a geração de mais-valias, bem como em um fator diferencial para a apropriação de rendas. Tratam, assim, de regular seu uso e ocupação para garantir sua exploração e mercantilização futuras. No entanto, estes espaços naturais constituem muitas vezes a base da condição de existência e de reprodução material de grupos sociais subordinados, de populações indígenas, originárias, nativas, que estabelecem em seus espaços de vida uma relação em que prevalecem o uso e a apropriação social desses espaços naturais. Ao transformar possibilidades e formas de apropriação do espaço social, altera-se a própria espacialidade das relações que esses grupos estabelecem para a sua reprodução e sobrevivência. Irrompem daí disputas em torno do uso e da apropriação da água, das florestas e dos demais recursos naturais entre grandes corporações, latifundiários e grupos nativos, tradicionais e originários” (Limonad, 2018, p. 422).

Desta forma, é possível analisar analogamente que a apropriação do espaço é presente na sociedade, e que isso não é um fato isolado e pode ser comparada com o início da colonização principalmente no Sul Global⁵. Harvey (2011) apontou em seus estudos que a produção do espaço urbano, que se deparava com o crescimento populacional mundial, se torna cada vez mais atrelada à acumulação do capital, assim, “O desenvolvimento geográfico desigual que resulta é tão infinitamente variado quanto volátil” (Harvey, 2011, p. 122).

Assim, a população que sofria buscou novas formas de sobrevivência, por meio da ocupação de espaços inapropriados para existência como a ocupação de encostas e periferias, além de precariedade de empregos levando a informalidades destes, negação ao direito à cidade e muita vulnerabilidade ambiental (Limonad, 2018). A qualidade de vida urbana, segundo Harvey (2011), acabou se tornando uma mercadoria para a alta classe social, na qual o consumo, o turismo, o marketing a indústria cultural e a indústria do conhecimento e todos os aspectos envoltos nessas categorias se tornaram protagonistas na economia política de desenvolvimento urbano, portanto, “a organização do consumo pela urbanização tornou-se absolutamente central à dinâmica do capitalismo” (Harvey, 2011, p. 142).

⁵ Dados e Connell (2012) colocam que o termo “sul global” se refere às regiões da América Latina, Ásia, África e Oceania, regiões fora da América do Norte e Europa que, na maior parte, possuem uma renda menor e uma cultura e política marginalizada. Mudando a ênfase geopolítica de relação de poder que possuía como foco a diferença cultural ou o desenvolvimento (Dados e Connell, 2012).

Nesse contexto, Flores (2006) comenta sobre a tendência do capitalismo ecológico ocorrida na metade do século XX, que seria a procura por modos de vida atrelados a tecnologias que promovam a diminuição dos efeitos negativos sobre o meio ambiente que a lógica produtiva em uma perspectiva capitalista causa, sem, contudo, alterar o diminuir a acumulação de capital do sistema. Em complemento a isso, tem-se que um dos maiores agravamentos da atualidade são os fatores da crise climática que vem atingindo todo o globo e mais precisamente no Sul Global.

De acordo com Brito e Pessoa (2023), os efeitos do gás estufa são o fator principal para questões como “inundações, enchentes, escassez hídrica, secas, ondas de calor, aumento do nível do mar, entre outros, cuja ocorrência vem aumentando sua ocorrência em frequência e intensidade” e a população mais vulnerável é quem mais sofre, destacando o racismo ambiental.

Mediante a todos os conflitos e crises, viu-se a necessidade urgente de uma ruptura, pois esse modo de vida estava se tornando insustentável. Desta forma, uma transformação espacial contemporânea seria uma possível solução para essas questões, tendo o desenvolvimento sustentável como principal vetor de mudança (Oliveira, 2014).

Segundo Oliveira (2014), o conceito de desenvolvimento sustentável é muito vago e pouco eficiente, ficando apenas na idealização e não, na prática em si, porém, para haver realmente uma transformação social eficaz, é necessário um olhar amplo para as seguintes ordens:

(i) por uma ordem geopolítica, com a manutenção dos recursos naturais para as gerações futuras, recursos esses que se encontram hoje nos países periféricos, visto que nos países centrais os recursos são quase inexistentes, e que esse controle deve se adequar a Agenda 21, isto é, participativamente que englobe a toda a comunidade e que haja uma gestão correta desses recursos (Oliveira, 2014, p.131);

(ii) por uma ordem racional da natureza, criando técnicas e usufruindo da natureza racionalmente e sua utilização gradualmente, isto é, como uma oportunidade em meio à crise para criação de novas tecnologias ou o resgate de outras técnicas para proteção desses recursos (Oliveira, 2014, p.131);

(iii) por uma ordem ideológica contemporânea, por ser considerado um termo que gera desconfiança, o desenvolvimento sustentável precisa ser compreendido como algo benéfico

pelo ponto de vista coletivo, ao abranger as políticas do Estado, as escolas, as universidades, a imprensa, o planejamento urbano, entre outros (Oliveira, 2014, p.131).

Diante disso, para haver a um desenvolvimento sustentável nas cidades refutando a crise urbana instaurada, é necessário racionalizar o uso recursos naturais, principalmente nos países periféricos do Sul Global, se aproveitando de técnicas existentes ou a criação de novas técnicas, e que a população possa compreender e disseminar claramente esse conceito, envolvendo a participação de toda a sociedade civil.

Como feitos desse desenvolvimento sustentável das cidades, surgiram diversos projetos nas cidades contemporâneas como, por exemplo, grandes fábricas trocando sua ambientação para lugares mais afastados das cidades, criação de novos parques, praças, ginásios esportivos e o que Oliveira (2014) determina como “obras verdes”. Além disso, as cidades também estão buscando plantação de novas árvores, criação de jardins, e algumas empresas estão adotando o ESG⁶ (sigla em inglês que tem como tradução *Environmental, Social and Governance*), cujo objetivo é adotar critérios ambientais, sociais e de governança, para “sustentabilizar” as empresas.

Outras iniciativas que visam a aproximação do meio urbano com o meio natural atualmente abrangem projetos e iniciativas orientados por Soluções Baseadas na Natureza (SbN), que ganharam força após a pandemia do COVID-19 e, que segundo a CE (2015), promovem a adaptação da natureza no ambiente urbano, seja através da paisagem urbana e outros processos, como plantação de jardins em bairros periféricos, mais verde nas ruas e calçadas, entre outros. Essas iniciativas ainda são incipientes no Brasil e mais difundidas na Europa. Um dos principais projetos da SbN foi do planejador urbano Cecil Konijnendijk (2021), que inventou a regra 3, 30 e 300 como forma de ter cidades mais sustentáveis e aproximar a população da natureza que consiste em: 3 árvores de grande porte em cada casa, 30% de cobertura vegetal de árvores em cada bairro e residir a 300 metros de parques ou praças de alta qualidade.

É importante destacar que no contexto da pandemia do COVID-19, a população procurou se reaproximar das áreas verdes, principalmente pelo isolamento que levou a tendência de surgimento ou agravamento de doenças de ordem psicológica (Sancho-Pivoto e Raimundo, 2022). Desta forma, as áreas verdes, como o Parque Municipal de Juiz de Fora, objeto de estudo desta pesquisa, tornam-se centrais para pensar soluções que aliam

⁶ Revista Exame. ESG. Disponível em: <<https://exame.com/esg/de-onde-surgiu-o-esg/>> Acesso: 30 jul. 2024.

preservação ambiental, bem-estar físico e emocional e requalificação urbana. O parque, além de espaço de conservação e lazer, representa um exemplo de políticas ambientais voltadas para o cotidiano urbano. Assim, compreender o papel das áreas verdes como espaços de produção de bem-estar físico, psicológico, social e até espiritual, é essencial para repensar a urbanização em direção a cidades mais humanas, sustentáveis e inclusivas.

1.1 PARQUES URBANOS: HISTÓRICO E FUNÇÕES

Como já mencionado, a Revolução Industrial implicou no adensamento populacional das cidades, que cresceram rapidamente e de forma desordenada, exigindo assim, segundo Clark (1985), intervenções do Estado para equacionar um conjunto de problemas então existentes. São percebidas, desde então, ações voltadas ao planejamento urbano, envolvendo reformas higienistas sobretudo nas áreas centrais das cidades, locais de pobreza e com problemas sanitários diversos, principalmente na Europa e nos EUA.

Desta forma, planejadores urbanos começaram a promover mudanças na estrutura e na aparência das grandes cidades. Clark (1985), defende que a urbanização moderna promoveu um rompimento com os padrões substituindo a cidade que antes era medieval por uma cidade industrial marcada por alta densidade populacional, insalubridade e conflitos sociais. Além disso, os planejadores urbanos, em diálogo com as elites, passaram a desenhar projetos urbanos modernos buscando moldar o comportamento urbano e garantir uma reprodução de ordem social (Clark, 1985).

No contexto dessas reformas, as áreas verdes como os parques⁷ ganham importância, enquanto local capaz de promover o restabelecimento da massa de trabalhadores das fábricas. Sarti e Raimundo (2016) colocam que, na ausência de muitas áreas verdes pelas cidades, os parques urbanos possuem um grande papel para a sociedade se reencontrar com a natureza, trazendo para esses espaços um papel que vai além do ambiental, mas chega no estético, físico, emocional e social.

O parque urbano, uma das principais áreas verdes situadas em diversas cidades, obteve sua criação, segundo Macedo e Sakata (2010), na Europa e nos EUA com o objetivo de contemplar a demanda da população para o lazer e o tempo livre, uma fuga do ambiente

⁷ Projeto idealizado por Olmstead um grande planejador urbano do século XIX.

urbano criado pela cidade industrial. Portanto, conforme Sakata (2018), esse tipo imaginário de parques com gramados, bosques e áreas esportivas surgiu na Europa em virtude da Revolução Industrial. Contudo, as áreas verdes como jardins já constituíam locais de socialização circunscritos à aristocracia enquanto locais privados.

Assim, conforme Raimundo e Sarti (2016), os parques urbanos foram planejados na sociedade industrial seguindo uma tradição ancestral, visto que eles afirmaram que as praças e parques sempre existiram no decorrer da história ocidental, para cumprir uma função utilitarista do lazer, no qual, por meio de atividades físicas e recreativas, revigoraram os indivíduos para o trabalho, sem mencionar a questão da política de higiene pública que foi considerada nesse contexto, no qual as árvores eram vistas como um valor social e político.

Ainda segundo esses autores, existem etapas na criação dos parques e suas funções. A primeira, no período de 1850 a 1900, foi caracterizada por uma busca pela aproximação com a natureza, com aspecto bucólico e contemplativo. Já na segunda etapa, entre 1900 a 1930, os autores comentam que foi marcado pela necessidade desses espaços coexistirem com as residências e o trabalho, o descanso e a recreação são incentivados. A terceira fase, de 1930 a 1965, é focada na distribuição da recreação ativa para todos; já a quarta, de 1965 até 1986, os parques possuem uma carga simbólica, assumindo um papel dentro do todo que compõem uma cidade.

Mais recentemente, Raimundo e Sarti (2016) destacam o papel dos parques e áreas verdes na valorização do mercado de terras das cidades, expressando movimentos especulativos e de segregação socioespacial. A luta pela democratização do acesso e direito a áreas verdes representa, assim, uma pauta política e social central na contemporaneidade, em virtude do papel dos parques para a qualidade ambiental das cidades, espaço de lazer, esporte e entretenimento; enquanto locais de encontro e de interculturalidade (Sarti e Raimundo, 2016). Assim, “o parque de hoje, recheado de símbolos, atrativos e entretenimentos, escondem a construção social e cultural das quais é produto.” (Sarti e Raimundo, 2016, p.10).

Diferentemente dos países da Europa e dos EUA, os parques no Brasil foram criados para abranger as elites emergentes, porém não havia ainda uma urbanização pujante. A cidade do Rio de Janeiro foi a primeira a criar um parque urbano devido às suas grandes mudanças em termos demográficos e de expansão em tão pouco tempo (Macedo e Sakata, 2010). O Passeio Público do Rio de Janeiro, por exemplo, criado em 1783 no âmbito da modernização dessa cidade, não tinha o objetivo de integrar as necessidades sociais da massa urbana do

período (Sakata, 2018). Raasch e Nardes (2017) asseveram que os parques no Brasil surgem para atender as demandas das elites e configuram as cidades nos moldes europeus, o que somente se alterou com a chegada da família Real em 1808. Sakata (2018) e Raasch e Nardes (2017) apontam que somente depois da segunda metade do século XX que os parques começaram a atender a escassez de áreas para lazer e se tornaram uma necessidade social, saindo do perfil de atender somente a elite da população.

Um dos principais fatores que influenciaram novas ocupações do espaço e consequentemente a criação dos parques urbanos, foi o fator higienista, que por sua vez tinha como objetivo promover uma sensação de “limpeza” nos centros das cidades. Segundo Macedo e Sakata (2010), esse movimento foi baseado no modelo europeu e que ficou conhecido no Brasil como *Belle Époque*. Segundo Raimundo e Sarti (2019), a questão higienista do Brasil foi muito presente, a população mais vulnerável foi sendo obrigada a migrar para as periferias e assim, foi preciso reinventar o direito aos espaços livres como o caso dos parques lineares e praças com funções de lazer e recreação.

Sakata (2018) coloca que a visão de parque do século XXI com seus projetos de paisagem são decorrentes da escola inglesa. Com as novas demandas das cidades, os parques urbanos foram se adaptando às modificações urbanas e “sendo assim um testemunho importante dos valores sociais e culturais das populações urbanas” (Macedo e Sakata, 2010, p.7). Gradativamente, os parques passam a adquirir centralidade no planejamento e nos projetos urbanos das cidades, por promover qualidade ambiental, melhoria do ar e outros benefícios para a população urbana.

Nesse contexto, o PMJF, objeto desta pesquisa, pode ser compreendido como um reflexo contemporâneo dessa trajetória histórica dos parques urbanos. Criado em meio a um contexto de crescente urbanização na região da Cidade Alta e demanda por áreas de lazer e contato com a natureza, o parque representa não apenas uma área verde inserida no tecido urbano, mas também um espaço que abrange múltiplas funções: ambiental, social, cultural e simbólica. Ao longo da pesquisa de campo e da vivência como frequentadora do parque, foi possível observar como ele atua oferecendo à população possibilidades de lazer, contemplação, socialização e bem-estar.

Os parques foram adquirindo múltiplas funções para a população que utiliza deste espaço, dentre lazer, turismo, esportiva, ambiental e outras. Porém, como o decorrer do tempo, os parques foram se constituindo de novos elementos e funções como:

“... as esportivas, as de conservação de recursos naturais, típicas dos parques ditos ecológicos, e as do lazer sinestésico dos brinquedos eletrônicos, mecânicos e dos espaços cenográficos dos parques temáticos. Essas funções requalificam os parques e novas denominações, novos adjetivos, são atribuídos a eles como, por exemplo, parque ecológico e parque temático” (Macedo e Sakata, p. 13, 2010).

Atualmente, diversos países têm implementado políticas públicas voltadas à promoção do contato com a natureza como parte de estratégias de saúde urbana. No Canadá, por exemplo, o programa "Park Prescriptions", traduzido para "Prescrição de Parques", lançado pela Canadian Parks and Wilderness Society, permite que profissionais de saúde prescrevam visitas a parques como parte do tratamento para saúde mental, estresse e doenças crônicas. Já na Austrália, políticas de planejamento urbano como o "Greener Spaces Better Places" buscam integrar vegetação nos centros urbanos como forma de melhorar a qualidade de vida e a resiliência climática das cidades, contribuindo para a saúde e o bem-estar.

Além disso, práticas inspiradas na tradição japonesa do *shinrin-yoku* (banho de floresta) têm sido cada vez mais estudadas e aplicadas em contextos urbanos ocidentais. Essas práticas consistem em caminhadas em meio à natureza e estão associadas a reduções nos níveis de cortisol, melhora da pressão arterial e sensação ampliada de bem-estar físico e emocional (Nature and Forest Therapy, 2024).

Os parques urbanos são considerados ambientes de vida “saudáveis” e “satisfatórios”, segundo Harvey (1982). Como visto anteriormente, os parques foram uma invenção do capitalismo para os trabalhadores buscarem um momento de lazer em seu tempo livre para que ao retornar ao tempo de trabalho, pudessem produzir mais e melhor. Além disso, alguns parques urbanos desempenham o papel de atrativo turístico nas cidades, como é o caso do Central Park em Nova York, Parque do Ibirapuera em São Paulo, e outros parques espalhados pelo mundo inteiro. Desta forma:

“De modo geral, as áreas verdes urbanas, com ênfase nos parques urbanos, são indiscutivelmente necessárias para a sociedade, tanto âmbito ambiental, como no âmbito social, em detrimento ao modo de vida urbano caótico e com o ritmo de vida acelerado, sendo um acolhimento para a população, além de movimentar a economia das cidades por estes parques urbanos se tornarem grandes atrativos turísticos” (Chagas, 2021, p.17)

De acordo com Sakata (2018), nas décadas de 1970 e 1980 a criação dos parques no país faziam parte do programa do governo para serem parques de vizinhança, algo mais simples, visto que no século XX a ideia do parque era de ser um refúgio da cidade e sua presença valorizava o entorno (Sakata, 2018). A autora ainda comenta que a relação da população com a natureza chega a ser contraditória na medida que a proximidade é um orgulho e um incômodo, isso porque: “os parques não são simulacros da natureza no ambiente citadino, são a própria natureza, a ausência do urbano, no que ela tem de majestoso e de incômodo.” (p 85). A partir disso, ela sugere uma definição de parque no século XXI no contexto do país:

(...) o parque urbano contemporâneo brasileiro é um espaço público que se insere ou que tangencia malhas urbanas. É figura urbana híbrida que resultou na fusão dos conceitos de parque urbano, destinado à recreação de massa, com o parque natural, destinado à conservação ambiental. Da fusão destes conceitos surgiram parques como grandes reservas no meio urbano; pequenos bosques em áreas periféricas e parques lineares de beira de rio (Sakata, 2018, p. 86).

Para Raasch e Nardes (2017), os parques urbanos são um tipo de área verde, um receptáculo de fauna e flora nas cidades, que abarca a naturalidade humana e aborda as relações coletivas e menos individuais, no âmbito de serem mais sustentáveis e naturais. Ainda segundo os autores, “o parque urbano é um espaço necessário para a efetivação da unidade urbana com as amenidades ambientais, correlacionando a (re) produção social e os elementos bióticos e abióticos em um ambiente equilibrado” (p. 340). Os autores também apontam que os pequenos centros regionais não possuíam uma forte proposta de implementação de parques urbanos como as grandes capitais. É importante destacar que a arborização é um fator de destaque para a diferenciação dos parques urbanos de outras tipologias de áreas verdes nas cidades, como praças e jardins. De acordo com Mazzei *et al.* (2007), o índice de arborização deve ser 70% da área total para que ele possa ser caracterizado como um parque.

Por ser um espaço livre e de uso público, há uma predisposição para os parques urbanos serem um espaço democrático, perspectiva que tem sido alterada recentemente em alguns casos. O acesso às áreas verdes nas cidades vem sendo discutido por diversos autores no que diz respeito ao deslocamento, perfil dos frequentadores desses parques e a

periodicidade, ou seja, quem de fato tem acesso a esses espaços e, ainda, uma tendência crescente de privatizações e concessões à iniciativa privada de áreas verdes urbanas.

Nos últimos anos, a concessão pública a empresas privadas tem sido adotada como uma estratégia para aprimorar a gestão e a manutenção dos parques urbanos e naturais, buscando garantir a eficiência administrativa e a melhoria dos serviços oferecidos. Segundo a autora Magnoli (2006), esse discurso democrático se baseia em parques localizados nas regiões mais centrais, por serem de fácil acesso, mas também existem parques nas periferias das cidades, como é o caso do Parque Municipal de Juiz de Fora. Os parques, segundo a autora, podem ser considerados “pulmões” nas cidades, ou seja, espaços de respiro e de refúgio para a população. Entretanto, para a população mais periférica, Magnoli (2006) defende que os parques são um mecanismo de segregação social, visto que apesar de serem livres, abertos e expostos, acabam sendo excludentes à determinada população.

A partir disso, fica claro que a criação dos parques urbanos não se deu na mesma intensidade e forma em todos os países e principalmente não correu de forma padrão em todas as cidades do Brasil. Todavia, a nova tendência de os parques servirem como refúgio na cidade, atrelada à valorização da natureza e de práticas coletivas, consegue ressignificar a importância desses ambientes nos centros urbanos, apesar de não ser utilizado por toda a população. Dentro disso, a gestão dos parques e como ele se apresenta para a população podem ser um determinante forte para determinar não apenas indicadores de frequência, mas também de importância para a comunidade.

1.2 O PAPEL DAS ÁREAS VERDES URBANAS PARA O BEM-ESTAR E A SAÚDE

Apesar do afastamento para com o meio natural após a reprodução do capitalismo e da especulação imobiliária, e mesmo em decorrência da extração de recursos naturais, o papel das áreas verdes ainda é mencionado como relevante no debate do equilíbrio ambiental das cidades e na qualidade de vida da população urbana. Santana *et al.* (2010) aponta que no século XXI a sustentabilidade, a qualidade de vida urbana e o bem-estar e saúde da população são umas das principais pautas políticas e acadêmicas.

As áreas verdes urbanas podem ser consideradas espaços livres, que de acordo com Cavalheiro e Del Picchia (1992), fazem interação com a construção urbana das cidades e deve

ser integrada com o planejamento urbano para que suas funções, sejam elas de cunho ambiental, estético e de lazer, possam ser bem-sucedidas. Compartilhando desta ideia, os autores Londe e Mendes (2014) defendem que:

“Assim, de maneira concisa podemos dizer que, os espaços livres são áreas não construídas e que as áreas verdes são um tipo especial de espaço livre, onde o elemento fundamental de sua composição é a vegetação. As áreas verdes devem satisfazer três objetivos principais: estético, ecológico-ambiental e de lazer e servir a população, proporcionando uso e condições para recreação. Logo, áreas urbanas como parques, praças, bosques, balneários, playgrounds, camping, margens de rios e lagos que satisfazem os requisitos descritos, são consideradas áreas verdes” (Londe e Mendes, 2014, p.267).

Essas áreas podem ser os parques, praças, bosques e jardins públicos, que influenciam diretamente nas questões sociais e de saúde, pois proporcionam oportunidades de lazer, prática de atividades físicas, descanso e interação social em contextos urbanos. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2016) defende que as áreas verdes urbanas, são um dos componentes centrais para a construção de cidades saudáveis, tema bastante importante e recente devido a crise climática e ambiental no mundo.

Lima e Amorim (2006) também reforçam que as áreas verdes são importantes áreas para a qualidade ambiental das cidades, enquanto ponto de equilíbrio entre o espaço modificado e o meio ambiente. As autoras apontam que a questão ambiental se agrava paralelamente ao uso excessivo de recursos naturais, como a retirada da cobertura vegetal para a construção imobiliária, a falta de infraestrutura para o ordenamento das cidades e a falta de vegetação nas áreas verdes e espaços urbanos públicos destinados ao lazer e à recreação. Assim, os objetivos principais das áreas verdes se relacionam direta e indiretamente com a qualidade ambiental e a qualidade de vida da população.

A ordem ecológica-ambiental, como visto anteriormente, vem sofrendo com a crise climática e ambiental. As cidades enfrentam questões como poluição do ar, poluição da água, enchentes, muitos ruídos externos (Londe e Mendes, 2014), que diminuem a qualidade de vida do indivíduo. Desta forma, sem qualidade ambiental também não é possível ter uma boa qualidade de vida que interliga questões sobre saúde e bem-estar e como consequência tem-se a interiorizar problemas de saúde na ordem física e mental, diminuindo a qualidade de vida do indivíduo, o impedindo de ter um melhor tempo de socialização e de momentos de lazer.

Nesta direção, Chagas (2021) traz as implicações políticas na temática das áreas verdes urbanas, visto que estas áreas integram os objetivos do planejamento urbano dos municípios. Campos e Castro (2017), ao citar as medidas políticas para garantir saúde para a população, reconhecem que a criação e manutenção das áreas verdes cumprem papel estratégico e, por isso, devem ser fiscalizadas pelos órgãos responsáveis. Na mesma direção, Sousa *et al.* (2022) afirmam que o aumento da oferta de parques e áreas verdes vem sendo valorizado como um incentivo dos municípios principalmente para a prática de exercícios físicos. Os autores em seus estudos apontaram que a proximidade com essas áreas potencializa esse incentivo e aumenta o número de frequentadores dessas áreas.

Além do hábito de realizar exercícios físicos regularmente, outra questão de saúde que os parques podem ofertar foi mencionada pelos autores, a regulação do microclima, que foi considerada como auxiliadora na taxa de transmissão de doenças infecciosas. Sousa *et al.* (2022), ainda colocam o benefício à saúde mental por meio das áreas verdes, visto que a vegetação tem o poder de ajudar “redução do estresse, desenvolvimento cognitivo, socialização, dentre outros benefícios para saúde mental” (p.17).

Corroborando essa ideia, Campos e Castro (2017) defendem que as áreas verdes mais próximas da população interrompem sintomas relacionados ao estresse, burnout, insônia e outros sintomas que afetam os seres humanos, já que essas áreas atuam na regulação dos hormônios e do relógio biológico.

Scherer e Ferreira (2024) também apontam que a qualidade de vida está profundamente relacionada com a qualidade ambiental, acrescentando que com a melhoria e a construção de espaços verdes tal qualidade de vida nos meios urbanos iria melhorar ainda mais, visto que a frequência desses espaços promove não somente a preservação do meio ambiente, a recreação e o lazer, mas também a saúde, afirmam os autores.

De acordo com Cunha (2006), a preocupação com a saúde é uma questão das novas gerações e as motivações e formas de prevenção para isso são:

“[...]preferentemente nos centros onde se concentra a maior parte da população procurando responder às necessidades diárias de bem-estar das pessoas, outras desenvolvem-se em locais fora dos grandes aglomerados populacionais procurando uma relação profunda com o ambiente, a natureza e certas condições climáticas. Em qualquer dos casos são variadas as motivações a que visam corresponder e algumas diferem acentuadamente de outras, mas aquelas que podem considerar-se nucleares são comuns a todas as atividades a que nos referimos: saúde e bem-estar”

(Cunha, 2006, p.2)

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2016) considera o conceito de bem-estar atrelado à saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”. Para o Ministério da Saúde, a definição de bem-estar é ampla e:

O bem-estar de uma pessoa não depende apenas do aspecto psicológico e emocional, mas também de condições fundamentais, como saúde física, apoio social, condições de vida. Além dos aspectos individuais, a saúde mental é também determinada pelos aspectos sociais, ambientais e econômicos. (Brasil, 2013, p. 12)

Brito (2015), por sua vez, trouxe em seu trabalho algumas definições de bem-estar desde o início do conceito levantado por Dunn, em seguida por Travis e por último por Ardell. Tem se por definição de bem-estar de acordo com Ardell *apud* Brito (1986):

“Harmonia entre o corpo e a mente, alcançada através da auto responsabilidade, dos cuidados com a beleza e com a condição física, de uma dieta saudável, do relaxamento e meditação (necessários para combater o stress), da atividade mental e educação, da sensibilidade ambiental e dos contatos sociais” (Ardell, 1986, *apud*. Brito, 2015, p.35).

Sendo assim, o bem-estar parte do pressuposto de uma contemplação da vida, não só se relaciona com a saúde, mas com boas condições de vida no geral. O indivíduo nas sociedades urbanas, muitas vezes, não consegue desenvolver esse contentamento e com isso a qualidade de vida é insuficiente. Para Cunha *et al.* (2022), as áreas verdes são uma estratégia para promover a função das áreas naturais, e a conservação da natureza, particularmente em países em desenvolvimento, nos quais a crise ambiental e as condições precárias de bem-estar e qualidade de vida são preocupantes.

Nesta direção, algumas pesquisas se destacam como a pesquisa de Buckeridge (2012) que traz destaque para a atuação dessas áreas em suas funções ecológicas, como a purificação do ar, regulação térmica e retenção de água das chuvas. Funções estas que não só beneficiam o ambiente, mas também a população, principalmente na saúde física, e este contato com o meio natural tem efeitos positivos sobre o sistema imunológico e cardiovascular, além de reduzir a incidência de doenças respiratórias.

Assim como Trajber (2018) que destaca que as áreas verdes urbanas são ambientes promotores de tranquilidade, introspecção e reconexão com o entorno, favorecendo a saúde emocional e psicológica dos indivíduos, sendo, segunda a autora “espaços de escuta sensível”, onde é possível perceber os ciclos naturais da natureza, ou seja, esses espaços não só tem função estética embelezando a paisagem urbana mas também como um recurso terapêutico acessíveis à população, especialmente no contextos de vulnerabilidade social.

Os debates em relação ao papel das áreas verdes para o bem-estar vêm crescendo nos últimos anos no Brasil, seguindo um movimento já consolidado em âmbito internacional. Contudo, para Campos *et al.* (2021) ainda há uma escassez de métodos que buscam avaliar a qualidade de vida e o bem-estar da população no espaço urbano, em especial nos casos brasileiros, sendo os principais métodos de avaliação desses elementos baseados nos indicadores sociais e econômicos, e sendo assim, não reconhecem os fatores naturais como as áreas verdes para tal avaliação.

Porém, como será visto posteriormente, alguns métodos foram encontrados para mensurar o bem-estar que as áreas verdes proporcionam para a população e que me permite identificar, analisar e categorizar o bem-estar comumente com as áreas verdes naturais, principalmente os parques urbanos e não urbanos.

2. ÁREAS VERDES E OS SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS

Com o passar dos anos, o debate entre a relação natureza e sociedade foi ganhando força e centralidade nos discursos acadêmicos no que tange às questões climáticas e ambientais com as projeções futuras nada otimistas. Com os abusos do capitalismo, a urgência de se pensar em formas sustentáveis de se interagir com o meio, foram evidenciados nos estudos de Ecologia nos anos 60, que segundo Madeira (2023), esses impactos negativos da utilização exacerbada dos recursos naturais causada pela exploração capitalista, causou sensibilização para as causas ambientais.

Para harmonizar a relação meio natural e sociedade, buscando um equilíbrio ecológico da vida em geral, e visando o bem-estar da vida humana, entre 2001 e 2005 foi lançada a plataforma *Millennium Ecosystem Assessment* (MEA), traduzida para o português como

Avaliação Ecológica do Milênio (AEM), desenvolvida em Washington, DC., pelos pesquisadores da *World Resources Institute*, com propósito de solucionar problemas oriundos do afastamento da população com o meio natural e de conservação ambiental.

Com o objetivo de estabelecer metas para conservação dos ecossistemas interligado com o bem-estar humano, o MEA se ancora em avaliar:

“as ligações entre os ecossistemas e o bem-estar humano e, em particular, nos “serviços ecossistêmicos”. Um ecossistema é um complexo dinâmico de comunidades de plantas, animais e microrganismos e o ambiente não vivo que interagem como uma unidade funcional. O MEA lida com toda a gama de ecossistemas - desde os relativamente não perturbados, como as florestas naturais, as paisagens com padrões mistos de uso humano, até aos ecossistemas intensamente geridos e modificados pelo homem, como as terras agrícolas e as áreas urbanas. Os serviços ecossistêmicos são os benefícios que as pessoas obtêm dos ecossistemas” (MEA, 2005, p.5, tradução livre).

Diante disto, revelando as funções dos ecossistemas e avaliando os benefícios diretos e indiretos fornecidos pela natureza para a sociedade (Andrade e Romeiro, 2009), o MEA analisa a prestação de serviços que a natureza fornece aos seres humanos, atrelado principalmente ao bem-estar:

“Parte-se do princípio de que o bem-estar humano tem múltiplos componentes, incluindo o material básico para uma boa vida, como meios de subsistência seguros e adequados, alimentação suficiente em qualquer altura, abrigo, vestuário e acesso a bens; saúde, incluindo sentir-se bem e ter um ambiente físico saudável, como ar puro e acesso à água potável; boas relações sociais, incluindo a coesão social, o respeito mútuo e a capacidade de ajudar os outros e de cuidar das crianças; segurança, incluindo o acesso seguro a recursos naturais e outros recursos, a segurança pessoal e a segurança contra catástrofes naturais e de origem humana; e liberdade de escolha e de ação, incluindo a oportunidade de realizar o que um indivíduo valoriza fazer e ser. A liberdade de escolha e de ação é influenciada por outros componentes do bem-estar (bem como por outros fatores, nomeadamente a educação) e é também uma condição prévia para alcançar outros componentes do bem-estar, em especial no que respeita à equidade e à justiça” (MEA, 2005, p.5, tradução livre.)

Desta forma, a prestação desses serviços tem como nomenclatura Serviços Ecossistêmicos (SE), como visto anteriormente, são eles:

Quadro 1: Classificação dos serviços

Classificação	Exemplificação
Serviços de apoio	Ciclo de nutrientes, formação do solo, produção primária...

Serviços de provisão	Alimento, água fresca, madeira e fibra, combustível ...
Serviços de regulação	Regulação do clima, inundações, doenças, qualidade da água...
Serviços culturais	Estético, espiritual, educativo, recreativo...

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado do MEA (2005).

Nessa mesma direção, Menezes *et al.* (2022) também defendem e definem que a prestação de SE contribui para qualidade de vida da população, e, de acordo com Silva e Scherer (2021), o bem-estar humano é o principal elemento para a avaliação, além de propor a preservação e uso sustentável dos ecossistemas (Consort *et al.* 2021). Sendo assim, os SE trazem benefícios diretos e indiretos para a população, avaliando como e de que forma essas funções são trazidas na sociedade, garantindo uma melhor qualidade de vida, seja na saúde física e mental como no bem-estar humano como um todo e, para os governos como forma de implantação de programas que visam combater a exploração e o uso indevido de áreas naturais.

Entretanto, mesmo a avaliação do programa sendo relevante para as sociedades, há uma dificuldade de mensuração e de valoração de alguns dos serviços prestados, em virtude do alto grau de intangibilidade. Para Silva e Scherer (2021):

“A quantificação dos serviços ecossistêmicos tem sido pontuada ou valorada economicamente, pela comunidade científica em diversas regiões de estudo. É fato que quando um bem ou um benefício não é trocado ou comercializado encontramos dificuldades em saber qual é o seu valor. Assim, emerge a seguinte questão: Como quantificar o valor econômico dos bens e serviços que são oferecidos pela natureza?” (Silva e Scherer, 2021 p.435).

Em sua maioria, as pesquisas que buscam a valoração econômica dos serviços prestados pela natureza embasam sua metodologia com interdisciplinaridade na economia, através de fórmulas científicas para definir um valor de custo. Assim, Consort *et al.* (2021) defendem que outro fator contrastante com a análise desses dados é o próprio sujeito, que por sua vez trazem em seu “banco de dados” suas vivências individuais, carregadas de simbolismo e significados variando a percepção dos valores gerados para cada indivíduo.

Desta forma, pesquisas dedicadas a mensuração e valoração das áreas verdes ao SE, buscam com base na empiria, o quanto os ecossistemas urbanos contribuem para o bem-estar

humano e para a sustentabilidade ambiental. Por vezes, a valoração, como dito anteriormente, pode ser avaliada com base na economia por meio de métodos econômicos.

Como exemplo, tem-se a pesquisa de Marques *et al.* (2022) que utilizam a Disposição a Pagar (DAP), que trouxe dados sobre os visitantes do Parque das Mangabeiras, localizado em Belo Horizonte, estariam dispostos a pagar pela manutenção do parque, principalmente pelos serviços de regulação climática e do serviço de lazer. Assim como Silva e Lima (2021), que utilizaram esse mesmo método no Parque do Cocó, em Fortaleza, evidenciando que a população pagaria por serviços como a conservação da área para os benefícios à saúde, lazer e bem-estar, e destacando o papel simbólico do parque na vida cotidiana da população.

A mensuração da valoração das áreas verdes atrelada ao SE, também pode abordar de forma qualitativa a percepção e o significado simbólico desses espaços para a população, como Nascimento *et al.* (2020) exploraram os SE em determinado parque de Salvador, na Bahia por meio de entrevistas e análises qualitativas. Os autores fizeram a mensuração das entrevistas por meio de categorias como pertencimento, memória afetiva e sentido de comunidade, demonstrando que a valoração dos serviços culturais pode ser profundamente subjetiva, porém fundamental, demonstrando que os parques podem ser locais de identidade, espiritualidade e sociabilidade. Este método é o que mais será relevante para esta pesquisa em questão sobre o PMJF.

Pesquisas como esta, podem oferecer materiais importantes para o planejamento urbano, conservação ambiental e o fortalecimento da relação entre natureza e sociedade no ambiente urbano.

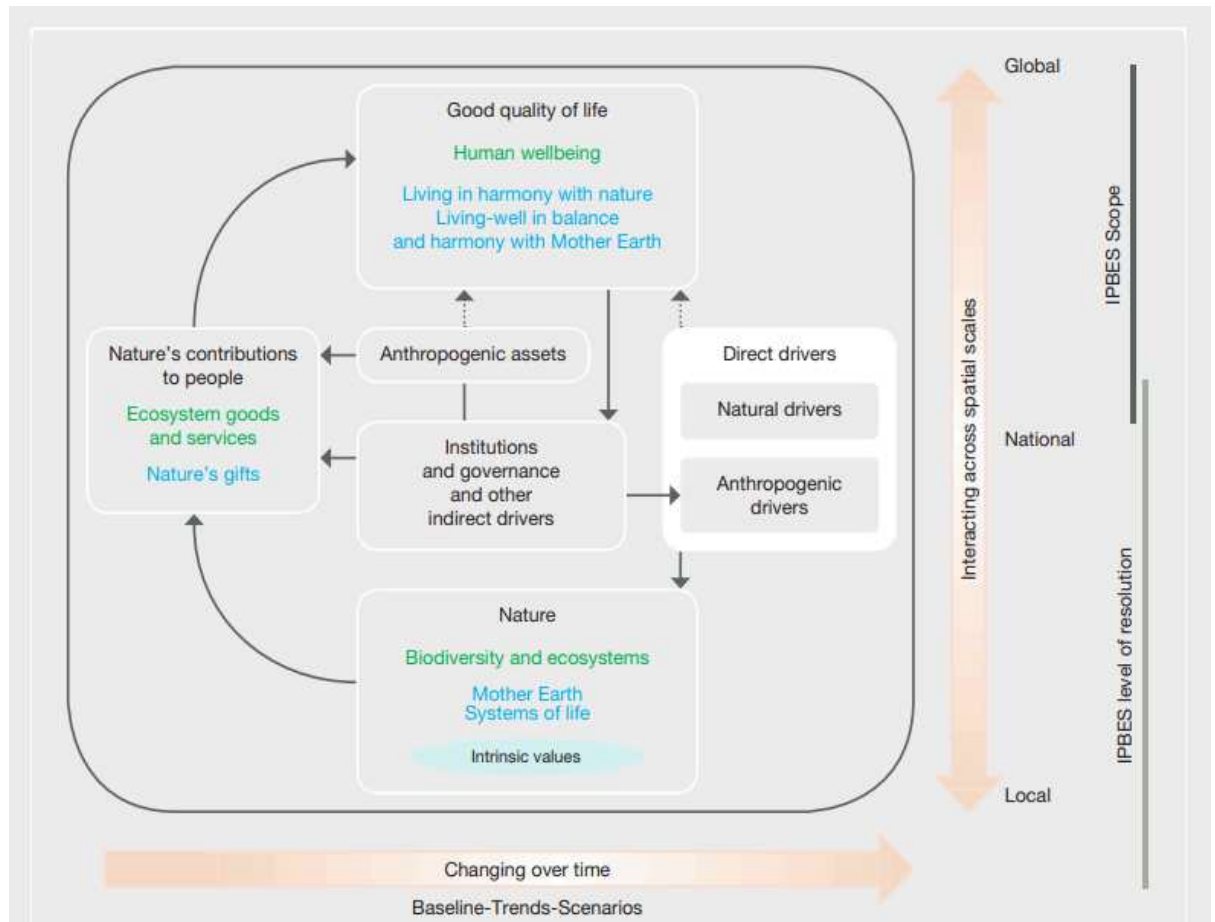
A relação das áreas verdes com os SE principalmente às áreas verdes urbanas como os parques urbanos (como veremos no item 3.2) que podem ser considerados como são espaços essenciais para a oferta de SE nas cidades, atuando como equipamentos verdes que contribuem principalmente para o bem-estar ambiental e social.

Tais serviços são, portanto, essenciais para a manutenção da vida humana e extremamente necessários para a sobrevivência de todas as espécies vegetais e animais. Por isso, investimentos em estudos e ações protetivas dos diversos ecossistemas do planeta ganham centralidade na agenda ambiental global, sobretudo num contexto de intenso consumo de atributos naturais, uma das bases de reprodução do capitalismo. (Madeira, 2023, p.51).

Após sete anos de sua criação, no ano de 2013 os SE passaram por uma atualização em sua contextualização no workshop internacional “*Conceptual framework for the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services (IPBES)*” traduzido para “Plataforma Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos”, na cidade de Cape Town, África do Sul que de acordo com Sancho-Pivoto *et al.*, (2022) teve como objetivo o enfoque ainda maior no indivíduo e em sua subjetividade, com maior centralidade nos Serviços Culturais mas comumente chamado de Serviços Ecossistêmicos Culturais (SEC), principalmente passando por categorias como a espiritualidade, religiosidade e outros aspectos culturais, de forma mais intensa buscando a valorização educacionais e estéticos. Isto será abordado futuramente. (Ver subcapítulo 3.1)

O IPBES atualmente compreende mais de 150 membros de diferentes governos mundiais, e esses workshops devem ocorrer mais frequentemente, sendo o último relatório publicado foi do último encontro em Paris no ano de 2019, mas em 2024 ocorreu um novo encontro que deve ser atualizado em breve. O IPBES propõe “preparar uma avaliação global da biodiversidade e serviços ecossistêmicos construindo, em suas próprias avaliações regionais, sub-regionais e temáticas relevantes, bem como em relatórios nacionais.” (IPBES, 2019). Desta forma, a avaliação tem como principal impacto o bem-estar humano.

Figura 2: Estrutura do IPBES



Fonte: Estrutura conceitual do IPBES. Díaz et al. (2015). Retirada do IPBES (2019).

Diante do que foi exposto, o SE se revela como prestadores de serviços de suma importância focado no indivíduo e em toda sua complexidade, tendo as áreas verdes como principal lócus de estudos. O enfoque no bem-estar busca a reconexão deste indivíduo com o meio natural, reconectando corpo, mente e espírito. O papel das áreas verdes, podendo ser urbanas ou não urbanas, se propõe na melhoria da qualidade de vida e ambiental da população.

2.1 SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS CULTURAIS (SEC)

Os serviços ecossistêmicos culturais (SEC), centralidade desta pesquisa, estão vinculados segundo Sancho-Pivoto *et al.* (2022), ao contato com as áreas verdes, podendo ser os parques urbanos construídos no entorno das cidades ou os parques não urbanos que são os parques naturais, protegidos legalmente pelas leis ambientais.

Como visto anteriormente pelo MEA (2005), o SEC são serviços relacionados a fatores estéticos, espirituais, educativos, recreativos, entre outros. Condensando as funções do SEC e o seu contexto, o MEA (2005) criou seis categorias para compreendê-lo de forma específica, visto que o indivíduo tem o poder de influenciar e moldar o ambiente o qual ele vive com finalidade de aumentar a oferta de serviços culturais, pois não é possível, segundo o MEA (2005) separar a espiritualidade, do físico e da mente, isto é, o ser humano em toda a sua complexidade.

De acordo com o quadro abaixo temos:

Quadro 2: Serviços Ecossistêmicos Culturais: classificação e contexto

SEC	Contexto
Diversidade e identidade cultural	A diversidade dos ecossistemas é um fator que influencia a diversidade das culturas e valoriza as relações sociais.
Paisagens culturais e valores patrimoniais	Muitas sociedades atribuem e valorizam a manutenção de paisagens historicamente importantes (“paisagens culturais”) ou espécies culturalmente significativas. Valorização do “sentido de lugar” que está associado a características reconhecidas do seu ambiente.
Serviços espirituais	Muitas religiões ou filosofias atribuem valores espirituais e religiosos aos ecossistemas ou aos seus componentes.
Inspiração	Inspiração para a arte, o folclore, os símbolos nacionais, arquitetura e publicidade.
Estética	Muitas pessoas encontram beleza ou valor estético em vários aspectos dos ecossistemas, o que se reflete no apoio a parques paisagísticos e na seleção de locais de habitação.
Recreação e turismo	O indivíduo escolhe onde passar o seu tempo livre com base nas características das paisagens naturais ou cultivadas numa determinada área.

Fonte: Elaborada pela autora. Adaptado do MEA (2005).

Desta forma, percebe-se que o SEC vai ao encontro de benefícios imateriais e intangíveis.

“Como pode ser visto ao longo do trabalho, os SEC lidam com aspectos como cultura e experiência que não podem ser quantificados e que, muitas vezes, não expressam valores econômicos. Identidade, espiritualidade, base sociocultural, comportamento, padrões sociais, preferências, inspiração são representativas de diferentes formas para diferentes pessoas, com alto grau de imaterialidade e subjetividade. Além disso, constantemente pode-se observar que um dado elemento natural tende a gerar mais de um benefício, material ou não, para uma ou diversas

peças, de um mesmo grupo ou não, direta ou indiretamente, o que complexifica os parâmetros de mensuração” (Sancho-Pivoto *et al.*, 2022 p.19)

Diante disto, a mensuração e valoração dos SEC, assim como dos SE no geral, também passou a ser um debate em obras que buscam compreender os benefícios dessa dimensão para a população, por ser imaterial e englobar camadas subjetivas do indivíduo, variando de acordo das suas percepções e “banco de ideias” previamente instaladas em seu ser. Muito se vê sobre os benefícios materiais que a natureza e não os materiais que o SEC assim se apresenta.

Para Pinto (2019), os SEC podem ser considerados como primícia da sustentabilidade urbana, sendo que a “cultura humana determina como as pessoas interagem com as florestas/áreas verdes e percebem seus benefícios associados e dá significados importantes a elas” (p.52) , ou seja, o SEC é um possível caminho para apreender as percepções de usuários de áreas verdes sobre os benefícios percebidos com a visita a parques.

Para Romagosa (2018), os SEC estão ligados às dimensões subjetivas do bem-estar, como o bem-estar social, espiritual e psicológico, sendo experimentados de maneira relacional e simbólica pelos indivíduos, pois envolve sentimentos de pertencimento, contemplação e significados compartilhados. Isto é, indo de acordo com as novas tipologias do SEC.

Para Haase *et al.* (2014), os autores defendem que o SEC promove coesão social e reduz desigualdades territoriais, pois oferecem ambientes inclusivos e de acesso gratuito à natureza. Os autores ainda destacam que atividades como caminhadas, piqueniques, práticas de yoga, meditação e observação de aves são exemplos de interações culturais que contribuem para a saúde mental, o relaxamento e para o emocional no geral da população.

Ademais, Tratalos *et al.* (2016), identificou que o SEC oferecido em áreas verdes no entorno das moradias urbanas aumentam o nível de satisfação com a vida, ou seja, promovem qualidade de vida para quem reside no entorno dessas áreas, fazendo com que o ar seja até mais puro de quem mora mais afastado. Além disso, é importante destacar como o SEC norteia questões como o planejamento urbano. Porém, Tratalos *et al.* (2016) também ressaltam que a valorização dos SEC em áreas verdes urbanas não deve ser apenas ligada a questões utilitárias desses espaços, como para o planejamento urbano ou para o lazer, mas também reconhecer os benefícios espirituais, simbólicos e culturais proporcionados aos cidadãos.

Assim como a valoração e mensuração do SE pode ser um desafio para os estudos, a valoração e mensuração do SEC é ainda mais complexo, por envolver a subjetividade. Embora os benefícios dos SEC sejam amplamente reconhecidos, quantificar e traduzir em termos econômicos, sociais ou culturais os benefícios intangíveis que eles oferecem, se tornam desafiantes.

Para Tzoulas *et al.* (2007) a valoração dos SEC pode ser realizada principalmente através de métodos qualitativos, como entrevistas ou grupos específicos, ou por meio de métodos quantitativos, como o uso de indicadores de qualidade de vida, assim como é usado para a mensuração de SE no geral. Para Baró *et al.* (2019), entender como os indivíduos percebem o valor dos SEC é crucial para o planejamento urbano, pois isso influencia as políticas públicas relacionadas à criação e manutenção de parques urbanos e áreas verdes como praças e jardins, sendo a pesquisa participativa uma dessas ferramentas. Ou seja, quando o SEC é avaliado qualitativamente, contribui significativamente para a formulação de políticas públicas que promovam a integração da natureza ao ambiente urbano.

Sancho-Pivoto e Raimundo (2022), também defendem que os SEC não se limitam a funções e definições principais, mas englobam aspectos mais profundos, como visto em sua nova reformulação, como identidade e significado cultural que as áreas verdes atreladas ao SEC oferecem aos indivíduos e às comunidades. Os autores também defendem que, além da recreação e lazer, que atrelam SE às áreas verdes, permitem a construção de identidade e valorização cultural, proporcionando momentos de reflexão e de conexão com o meio ambiente, que são fundamentais para a coesão social e o bem-estar coletivo.

Assim, a literatura contemporânea aponta para os SEC como promotores de diversidade de experiências humanas, que vão desde o lazer e a educação ambiental até a espiritualidade e o pertencimento cultural, sendo fundamentais para a construção de uma sociedade mais saudável, inclusiva e resiliente.

Desta forma, os SEC, principalmente atrelado às áreas verdes, mas principalmente aos parques urbanos (ver próximo capítulo), que não apenas embelezam o espaço urbano, mas exercem um papel estratégico como provedores de SE múltiplos e indispensáveis à vida urbana, assim como o PMJF, como o mais novo e um dos mais importantes espaços verdes da cidade de Juiz de Fora.

2.2 SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS CULTURAIS E OS PARQUES

Um dos principais recortes de conexão com a natureza dentro nos centros urbanos, são os parques urbanos que possuem diversas funções para a população conforme visto anteriormente. Os parques urbanos representam um refúgio para a população urbana e bem comum para a sociedade, ou seja, considerado um espaço público e uso público, mas em que momento essa área verde passa a ser prestadora de um serviço? Se é um bem comum, citado pelo Artigo. 225. da Constituição⁸, como os parques podem ser vistos como prestadores de serviço? É a partir dessa análise que autores defendem os SE como benefícios gerados pela natureza⁹.

Os parques urbanos, enquanto bens comuns, ultrapassam sua função meramente física e territorial, assumindo um papel de extrema importância na promoção do bem-estar coletivo e na garantia de direitos socioambientais. Como espaços públicos e de uso compartilhado, eles simbolizam o acesso à natureza e aos SEC que dela decorrem, configurando-se como um patrimônio comum da sociedade. Assim, a gestão e conservação desses parques demandam não apenas políticas públicas eficientes, mas também a participação ativa da comunidade, reforçando o parque como um espaço de responsabilidade social de todos e de construção coletiva do bem-estar urbano.

No Brasil, a água é um bem comum e de direito de todos, mas a população paga pelo saneamento dessa água para que ela chegue na torneira. A educação também é um direito de todos, mas algumas pessoas pagam por essa educação, assim como a saúde que também pode ser paga, mas é um direito de todos. É a partir dessa análise que autores defendem os SE como benefícios gerados pela natureza¹⁰.

⁸ Artigo 25. Meio ambiente. Legislação anexada pela coordenação de estudos legislativos-CEDI. Disponível em: <<https://camera.leg.br>>. Acesso em: 25 jul. 2024.

⁹ Fala do Prof. Dr. Sidnei Raimundo na disciplina de Ordenamento Territorial, Áreas Protegidas e Turismo UFJF, 1 dez. 2023.

¹⁰ Fala do Prof. Dr. Sidnei Raimundo na disciplina de Ordenamento Territorial, Áreas Protegidas e Turismo UFJF, 1 dez. 2023.

Tem-se por definição de Macedo e Sakata (2010) que o parque é “espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é autossuficiente”. Isto é, são de uso público, como é o exemplo do PMJF, um espaço em uso público para a população de Juiz de Fora. Percebeu-se que em sua maioria, as pesquisas sobre parques e SEC envolviam os parques urbanos como os principais prestadores de serviços ecossistêmicos, discussão trazida por Sancho-Pivoto e Raimundo (2023), que associam a visitação a parques urbanos com aspectos sobre saúde física e reconexão com a natureza, e trazem um dado relevante sobre produção científica internacional, mais avançada em relação à produção nacional.

Em relação ao uso público desses espaços tem-se:

“Uso Público abrangem um conjunto de serviços ecossistêmicos culturais, com o oferecimento de áreas para lazer, turismo e educação ambiental. Contudo, existem ainda muitos desafios ao efetivo aproveitamento de todo o potencial associado à visitação em UCs, como, por exemplo: a) reconhecimento de estratégias que promovam a formação socioambiental do público visitante, ligada, entre outras, às técnicas de interpretação ambiental; b) construção participativa de programas de Uso Público que envolvam os interesses e aspirações de lazer das comunidades locais e as motivações de visitas dos turistas com as ações de conservação ambiental dos parques; e c) compreensão do tipo de experiência associada à visitação em parques em termos de significados e benefícios gerados tanto para turistas quanto para moradores do interior ou entorno direto dessas áreas” (Sancho-Pivoto e Raimundo, 2022, p.4).

Desta forma, é correto afirmar que parques, mesmo sendo bens comuns e de uso público, podem sim ser compreendidos como prestadores de SE, com relação a como valorar esse serviço, um outro debate é necessário. Além disso, a participação social se faz necessária tanto para os moradores como para os turistas.

Ademais, Sancho-Pivoto e Raimundo (2022) trazem outros dados relevantes para as pesquisas acadêmicas sobre a temática, que tange às obras direcionadas para os benefícios dos parques além do bem-estar físico, a fatores sociais e culturais como, bem-estar cultural, econômico, intelectual e ambiental, dimensões são recentes, pouco avaliadas e de mensuração pouco indecifrável. Contextualizando o conceito de bem-estar aos parques, o trabalho de Sancho-Pivoto e Raimundo (2023) analisa a visitação em parques para a saúde e o bem-estar, adotando as dimensões de bem-estar trazidas pela adaptação de Lemieux *et al.* (2012) e Romagosa (2018) as quais são:

“o **bem-estar psicológico/emocional** (para se recuperar do cansaço/stress mental, relaxar, ficar tranquilo, sossegado), **físico-esportivos** (para atividades físicas como caminhadas, ciclismo, corrida, natação, entre outras), **social** (para oportunidades de maior interação social / união com a família e/ou os amigos), **intelectual** (para oportunidades de se envolver em atividades intelectuais, críticas, criativas e estimulantes), **espiritual** (para conectar-se com a natureza, buscar sentido e significado de suas identidades e alteridades, inspirações da natureza, buscar significado e propósito de vida, meditar), **ecológico/ambiental** (para experimentar, conhecer e estabelecer vínculos com o ambiente natural, desenvolver cidadania ecológica), **ocupacional/laboral** (para melhorar a capacidade de trabalho após a visita), **econômico** (para apoiar a economia das localidades onde estão situados os parques) e **cultural** (para vivenciar o patrimônio cultural e histórico, elementos de ruralidade e os conhecimentos tradicionais das comunidades locais)” (Sancho-Pivoto e Raimundo, 2023, p.16)

De acordo com Sancho-Pivoto e Raimundo (2022), os estudos de bem-estar cultural ainda não são abundantes nas pesquisas de motivação e benefícios de parques naturais. Na pesquisa realizada pelos autores, apenas um trabalho encontrado abordava o benefício de ordem cultural em um parque estadual, neste caso o mesmo era visto como um resgate da história e promotor da educação e preservação do ambiente por meio de projetos de qualidade de vida. Ainda na perspectiva dos parques urbanos, essa categoria (bem-estar cultural) pode ser atrelada com a inserção de equipamentos culturais como museus, teatros de arena e espaço de exposição (Sancho-Pivoto e Raimundo, 2022).

Os parques urbanos, enquanto infraestruturas verdes inseridas nas dinâmicas da cidade contemporânea, exercem um papel crucial na promoção do bem-estar humano em suas múltiplas dimensões. Romagosa (2018) quando propõe uma abordagem integrada do bem-estar, torna-se possível analisar como os parques urbanos contribuem de maneira plural para a saúde e a realização pessoal dos indivíduos, proporcionando bem-estar físico, ambiental e ecológico e espiritual, que são o enfoque desta pesquisa.

Nesta direção, Romagosa (2018) defende que a relação entre os parques urbanos, a educação ambiental e o bem-estar ecológico, promovem mais cidadania ecológica para a população, além de contribuir para que as cidades se tornem mais sustentáveis. Desta forma, a população se sensibiliza e consegue adquirir uma consciência voltada para a conservação da natureza. Geralmente essa sensibilização ocorre através de trilhas interpretativas, oficinas e ações educativas, principalmente com escolas, esse é um dos pilares que o PMJF, desenvolve no projeto Visitas guiadas.

Santos e Ferreira (2021) em pesquisa, defendem que o contato direto com trilhas e com a biodiversidade dos parques, conseguem promover reflexões sobre os temas sustentáveis. Assim como Marques *et al.* (2018), que trazem uma reflexão sobre a educação ambiental em parques tem como iniciativa a promoção da conservação ambiental e valorização do patrimônio natural. Barros e Lima (2020), também realizaram uma pesquisa em um parque em Natal no Rio Grande do Norte, onde perceberam que a inserção de trilhas sensoriais e interpretativas, aumentava o engajamento dos visitantes do parque e contribuem para a sensação de bem-estar físico e emocional.

Romagosa (2018), apontam que essas experiências no ponto de vista do bem-estar ecológico e ambiental estão diretamente ligadas à saúde humana e diretamente ligada à saúde do planeta, ou seja, o aprendizado no parque contribui para o envolvimento dos processos ecológicos e sustentáveis. Desta forma, essas iniciativas demonstram que, esses espaços como os parques urbanos, além de promover lazer e recreação, também contribuem para uma consciência ecológica coletiva.

Com relação ao bem-estar social atrelado ao lazer e a sociabilidade, os parques urbanos têm como função contribuir para a qualidade das interações humanas, promovendo iniciativas que permitem convivência e criação de vínculos sociais, assim como o projeto Parque +60. De acordo com Ferreira *et al.* (2020), os parques promovem o uso coletivo do espaço onde a diversão, a educação e a socialização se entrelaçam, permitindo assim, um bem-estar social de quem o frequenta. Assim como, Lopes e Costa (2017) que defendem que os parques urbanos contribuem para a construção de identidades coletivas e promoção da saúde mental, pois fortalece a sensação de pertencimento e reduzem a solidão e o isolamento social, uma vez que as interações sociais são geralmente realizadas em atividades de grupo.

Souza e Silva (2019) fizeram uma pesquisa no Parque Ibirapuera em São Paulo, um dos parques mais famosos do Brasil, a pesquisa demonstrou que atividades culturais, e recreativas de forma gratuita oferecidas no parque, proporcionam a democratização do lazer, permitindo que diferentes grupos sociais desfrutem igualmente dos benefícios proporcionados pelas áreas verdes urbanas, como os parques.

A dimensão espiritual do bem-estar, pode ser entendida como a capacidade do ambiente natural de proporcionar conexão consigo, com os outros e com algo maior, podendo ser a natureza, o cosmos, ou o sagrado. Romagosa (2018), ao propor uma tipologia de dimensões de bem-estar associadas aos serviços culturais, destaca que o bem-estar não se

limita a aspectos físicos ou econômicos, dimensões psicológicas e espirituais. De acordo com o autor, os parques podem proporcionar introspecção e paz interior, vivência da espiritualidade que é diferente de religiosidade e valores pessoais e coletivos,

Por ser um tema recente, poucos trabalhos exploram esta dimensão, os estudos ainda são incipientes, principalmente no Brasil. Um exemplo de pesquisa que relaciona a dimensão espiritual ao SEC, é de Olivos e Clayton (2017), que pelos relatos dos visitantes, detectou que a espiritualidade experienciada nos ambientes verdes está relacionada ao sentimento de conexão com a natureza, além de benefícios de ordem física e social como relaxamento, redução do estresse e permitindo experiências que evidenciam o propósito de vida do indivíduo.

Outro autor que buscou compreender os SEC aos parques através da dimensão do bem-estar espiritual é McCown *et al.* (2019), que explorou como práticas contemplativas ao ar livre, como yoga e meditação em parques, como o PMJF oferece no projeto Yoga no parque, fortalecem o bem-estar espiritual, especialmente em contextos urbanos onde a natureza é um recurso limitado, mas altamente valorizado por sua carga simbólica e afetiva.

Mesmo não sendo o foco desta pesquisa, quando consideradas as Unidades de Conservação (UCs) como os parques nacionais ou estaduais, são ainda mais escassos os estudos sobre os SEC prestados, mesmo que já se reconheça o potencial dessas UCs para o turismo e para o incremento das economias locais e, também, para a melhoria de qualidade de vida das populações residentes em suas áreas de abrangência (Sancho-Pivoto e Raimundo, 2022).

Sobre a valoração dos SE em parques naturais ou parques não urbanos, Florêncio *et al.* (2022) trazem que a valoração do SEC é mais avaliada em áreas naturais em detrimento dos parques urbanos, porém os benefícios encontrados em ambas intensificam os benefícios para o bem-estar humano em áreas verdes como um todo.

Ainda no que diz respeito aos parques urbanos, Menezes *et al.* (2022) defendem que os serviços ecossistêmicos são bens públicos para a população urbana, contribuindo com melhorias na saúde física e mental, com enfoque no SEC. Concert *et al.* (2021) trouxe dados de pesquisa realizada em um parque de São Paulo em que a população citou serviços culturais como os mais bem avaliados, e entrado no debate do uso público, a população espera a criação de novas áreas naturais possibilitando novas políticas públicas para o município.

Além desses elementos que constroem o debate do uso público dessas áreas, outro fator ainda incipiente dos debates e pouco discutido na academia é a questão espiritual como um dos pilares do SEC.

Congruente ao discurso, Gamarra *et al.* (2020) trazem um recorte sobre áreas úmidas em parques não urbanos que vinculam a religiosidade como uma característica do SEC como, as religiões de matrizes africanas e a água, que representa divindades e faz parte de religiões como o Budismo e Judaísmo. Além disso, a prática de yoga e a meditação como filosofia e estilo de vida, tem sido recorrente em parques urbanos do Brasil, um dos exemplos é o estudo de caso dos parques em Goiânia proposto por Silva e Menezes (2018). Sendo assim, a religiosidade e a espiritualidade se atrelam a dimensão espiritual, que de acordo com o MEA (2005) engloba os valores espirituais e não só as religiões, como por exemplo a conexão com algo maior, a gratidão, ao perdão, o autoconhecimento, o silêncio, entre outros.

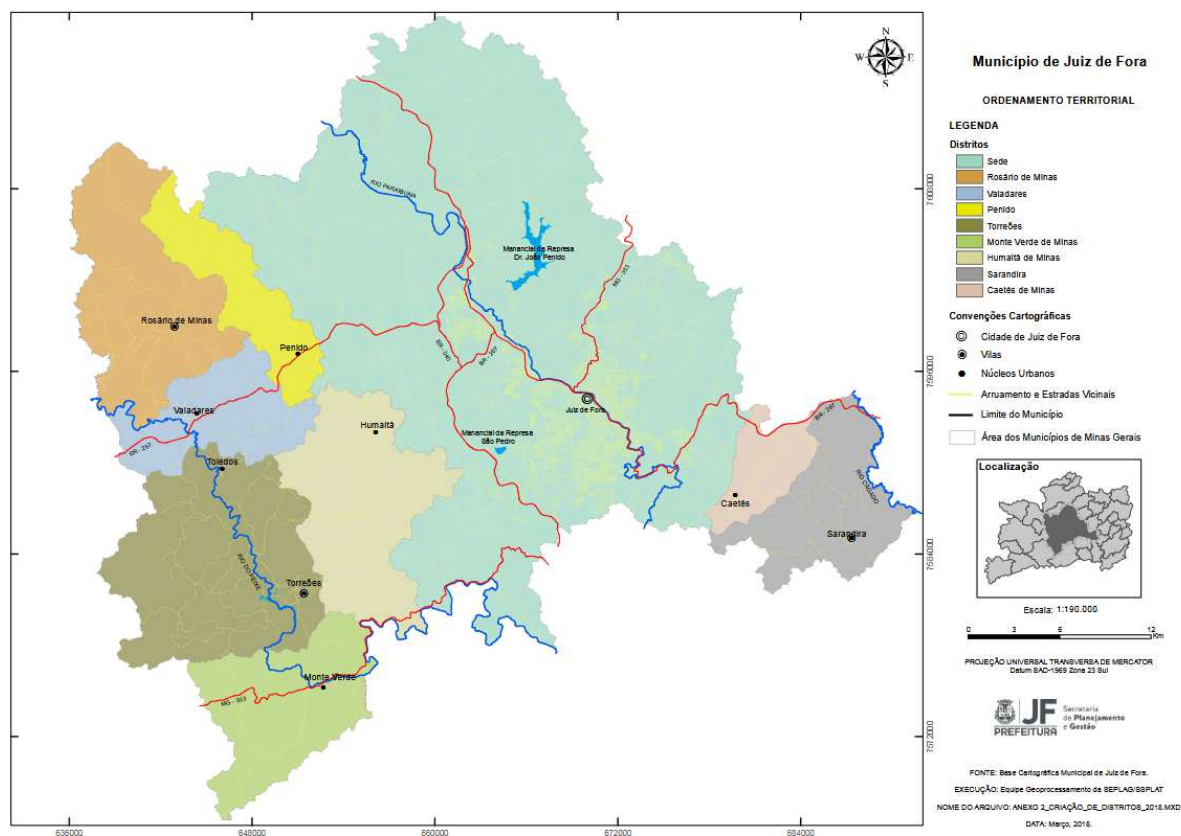
Ademais, na pesquisa de Martins *et al.* (2020), “Qualidade de praças e parques urbanos pela percepção da população: potencial de oferta de serviços ecossistêmicos”, apontam que a população precisa ser incentivada a usar esses espaços públicos para que haja uma maior valorização e preservação dessas áreas, ou seja, o poder público precisa criar projetos e divulgá-los como forma de estímulo para os visitantes e democratizar o acesso a esses espaços.

Portanto, os parques têm sido importantes para a estudos em que se analisam as dimensões de bem-estar humano, com relação direta na prestação de SE. A relação entre o SEC e os parques urbanos e os parques naturais vão ao encontro dos benefícios necessários para o bem-estar humano, contribuindo para uma maior valorização dessas áreas tanto pela população como pelos governos.

3. PARQUE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

O município de Juiz de Fora está localizado na Zona da Mata mineira, segundo Censo 2023, possui 540.756 habitantes. O Parque Municipal de Juiz de Fora (PMJF) se localiza na Cidade Alta, na Rua do Contorno s/n, bairro Nova Califórnia, região que vem crescendo em Juiz de Fora devido a localização da Universidade Federal de Juiz de Fora que por si só, principiou a especulação imobiliária na região.

Mapa 2: Mapa de Juiz de Fora



Fonte: Prefeitura de Juiz de Fora (2018)

O parque foi inaugurado no feriado nacional do dia 12 de outubro de 2021. Sua área hoje era o antigo espaço pertencente ao SESC Pousada, que teve suas atividades encerradas por questões financeiras em decorrência da pandemia do COVID-19 e, concedeu de forma não onerosa, ou seja, por uma transferência voluntária, o espaço para a Prefeitura de Juiz de Fora para os próximos 20 anos. Com a criação do parque, foi aprimorada pela Prefeitura

Municipal de Juiz de Fora as linhas de ônibus que passam pelo parque, são elas: 520 (Aeroporto), 531 (Nova Califórnia) e 537 (Jardim da Serra).

Com área de 60.000m², possui estrutura para prática de esporte e lazer, além de atividades culturais e eventos diversos. O parque é composto de quatro campos de futebol, quatro quadras, um ginásio poliesportivo coberto, parque aquático, lanchonete, restaurantes, salão de jogos, instalações de churrasqueiras, pista de caminhada e trilhas, além de estacionamento e áreas arborizadas (ver figura 6, a seguir)

Até o início de 2025, o parque possuía gestão tripartite e com capacidade para gestão deliberativa, envolvendo as Secretarias Municipais de Esporte e Lazer (SEL), Turismo (SETUR) e Comunicação Pública (SECOM). A partir de março de 2025, a gestão passou a ser de responsabilidade apenas da SEL, após início de novo mandato municipal. Apesar dessa mudança, os coordenadores permanecem os mesmos: um coordenador do turismo, dois coordenadores de esporte e lazer e um coordenador da comunicação.

Com entrada gratuita e funcionamento de terça a domingo, das 8h às 17h, sendo a última entrada às 16h, o parque recebeu desde a sua inauguração 300 mil visitantes, com uma média de aproximadamente 12.800 visitantes por mês. O parque é *pet friendly*, permite a entrada de animais domésticos e, hoje, pode ser considerado o maior case de sucesso em questão de espaço público da cidade, com atividades diversas incluindo o uso das piscinas, para aulas de natação, hidroginástica e lazer.¹¹

Importante destacar que alguns ginásios e a parte da hotelaria do parque ainda se encontram fechadas, mas com um enorme potencial para utilização da população. Além disso, novas ações estão sendo analisadas para entrar na grade de projetos do parque. O parque também possui um museu que se encontra fechado, e havia sido mencionado a criação de uma escola de gastronomia, mas esse projeto não teve continuidade até o momento de realização da presente pesquisa.

¹¹ Prefeitura inaugura Parque Municipal e reabre o Parque do Museu Mariano Procópio. Disponível em: <<https://pif.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=72748>>. Acesso em: 15 abr. 2024. Novo Parque Municipal é aberto ao público para visitação em Juiz de Fora Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2021/10/12/novo-parque-municipal-e-aberto-ao-publico-para-visitacao-em-juiz-de-fora.ghtml>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

Figura 3: Entrada do Parque



Fonte: Foto tirada pela autora, 2025.

Figura 4: Placa de lazer na entrada do parque



Fonte: Foto tirada pela autora, 2025.

Figura 5: Placa de conservação



Fonte: Foto tirada pela autora, 2025

A Figura 6, a seguir, representa a área do parque em forma de mapa, com descrição dos principais espaços existentes dentro da estrutura do PMJF.

Figura 6: Mapa do Parque Municipal de Juiz de Fora



Fonte: Tribuna de Minas, outubro de 2021. Mapa do novo Parque Municipal (Foto: Fernando Priamo)

3.1 PROJETOS NO PARQUE

O PMJF tem se destacado pelos projetos e iniciativas que vêm sendo executadas ao longo desses 3 anos de criação. Os projetos esportivos possuem diversas modalidades e geralmente são realizados durante a semana, contemplando todas as faixas etárias: Basquete, Caminhada no Parque, Formação de Goleiros, Futebol Feminino, Futebol Masculino, Fútfut, Futsal, Hidroginástica, Iniciação esportiva, Natação, Pilates Solo e Vôlei.

Um dos projetos de maior sucesso é o “Visitas guiadas”, que foi inaugurado em 2022 e já registrou 25 mil pessoas incluindo escolas, turistas, instituições e visitas espontâneas. Um dos percursos da visita é pela trilha do bosque com os condutores do parque que fazem um trabalho de conscientização ambiental, preservação da natureza e é uma visita interpretativa, permitindo que cada indivíduo vivencie aquela experiência de forma única. As visitas com grupos e espontâneas ocorrem durante todos os dias de funcionamento, mediante

agendamento prévio, e pode ser feita em horários diversos com capacidade máxima de 50 visitantes por horário. As visitas espontâneas, porém, ocorrem aos sábados e domingos em dois horários.

O projeto “Yoga no parque” também teve início em 2022, em um sábado, dia 25 de junho. O projeto tem como objetivo propiciar aulas de yoga de forma gratuita. Depois dessa primeira edição, o projeto se consolidou fazendo parte da agenda mensal do parque e ocorrendo sempre no primeiro e terceiro domingo de cada mês. Com grande adesão, o projeto é realizado ao final da trilha do bosque num espaço amplo e com adesão de cerca de 40 pessoas.

Com duas edições, uma com início em 2023 e uma outra que iniciou em 2024, o “Escape parque” tem sido um dos maiores sucessos por ser um jogo de enigmas misturando aventura e raciocínio, envolvendo grupos de amigos e familiares, com a finalidade de ser uma opção de lazer para a população. O grupo se reúne dentro de um espaço e tem 60 minutos para resolver todos os enigmas e escapar da sala.

Um dos projetos mais recentes do parque e com grande potencialidade é o “Parque +60”, voltado para a população idosa. O projeto teve início em 2024 e tem como intuito desenvolver bem-estar físico e emocional dos idosos com atividades culturais, de lazer, esportivas e físicas, estimulando a sociabilização e a qualidade de vida através de experiências enriquecedoras e oportunidades de participação ativa. Os usuários dos projetos fazem atividades de artesanato, jardinagem, cinema, uso de tecnologias, bailes, rodas de conversa etc.

O PMJF possui também programação especial de férias e para datas comemorativas, recebe o casamento comunitário, festa junina, oficinas artísticas etc¹².

¹² Instagram do Parque Municipal: [@parquemunicipaljf](https://www.instagram.com/parquemunicipaljf)

4. BASES METODOLÓGICAS DA PESQUISA

A presente pesquisa, de natureza exploratória e qualitativa, envolveu a realização de um estudo de caso no Parque Municipal de Juiz de Fora (PMJF), com o objetivo de compreender a importância dessa área verde urbana para a provisão de serviços ecossistêmicos culturais.

Clark (1985) define os estudos sobre a Geografia Urbana como “localização e o arranjo espacial das cidades”. Esse arranjo espacial, segundo o autor, pode ser explicado através de duas abordagens: abordagem da Economia Política ou abordagem comportamental dos cidadãos. Através dessas duas correntes de reflexão, a qual a política interfere nos processos urbanos e a comportamental se refere na tomada de decisão dos indivíduos e como estes percebem as cidades. Desta forma, para Clark (1985), a cidade tem uma “estrutura física e uma estrutura psicológica/cognitiva que determina como os indivíduos responderão e interagirão com os lugares urbanos e as instituições” (p.32). É a partir desses processos que esta pesquisa toma forma e direção. Buscando compreender como esse ser se percebe e se entende dentro de estruturas produzidas nas cidades, como por exemplo, os parques urbanos. Para Carlos (p.99, 2012) o “desvendamento da cidade aponta a compreensão do urbano no contexto da constituição da humanidade do homem”, sendo a cidade um constante movimento que se renova a cada ciclo do espaço-tempo, isto é, a produção do espaço urbano pode ser entendida com um processo contínuo e orgânico.

Para tanto, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: revisão de literatura por meio de levantamento bibliográfico, pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e pesquisa de campo com observação participante. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros, sites, artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, teses e dissertações que abrangem temas relacionados à produção do espaço urbano e ao papel das áreas verdes nesses processos, com destaque para os parques urbanos, suas funções enquanto espaço público e bem comum para as populações, e também como promotores de saúde, bem-estar e qualidade ambiental das cidades.

A pesquisa documental foi realizada concomitantemente com a revisão de literatura. Foram pesquisados dados na página oficial da Prefeitura de Juiz de Fora, em relação à história

e construção do PMJF, os projetos realizados e outros serviços que o parque disponibiliza para a população.

4.1 A PESQUISA DE CAMPO: ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM COORDENADORES E GESTORES; E PARTICIPANTES DOS PROJETOS SELECIONADOS

O trabalho de campo envolveu a realização de entrevistas semiestruturadas com os coordenadores e gestores do parque (ver apêndice A), com o intuito de compreender o processo de criação, motivação, visão e objetivo da Prefeitura de Juiz de Fora em relação às funções deste espaço público para a cidade. Além disso, buscou-se ainda compreender o papel desempenhado pelo parque com relação às iniciativas e os projetos ofertados para a população.

Através das múltiplas funções desempenhadas pelo parque urbano para a população como lazer, esporte, ambiental, turismo, espiritual e outras, com suporte na revisão bibliográfica, foram escolhidas três dimensões de análise vinculadas aos SEC, a partir da adaptação da metodologia de Análise de Conteúdo (Bardin, 1977). Inspirados nos trabalhos de Romagosa (2018) e Sancho-Pivoto et al. (2022), foram selecionadas as seguintes dimensões de bem-estar: **a) ambiental e ecológico**, que contempla aspectos como contato com a natureza, consciência e educação ambiental, preservação da natureza e cidadania ecológica; **b) social**, que abrange momentos de sociabilidade entre família, amigos e enfatiza o caráter público e democrático da área verde urbana; **c) espiritual**, que contempla aspectos como conexão com a natureza, autoconhecimento, paz e equilíbrio mental e espiritual.

Com base nessas dimensões de bem-estar, foram elaborados roteiros de entrevista semiestruturada aplicados com participantes maiores de 18 anos, de 03 projetos desenvolvidos no PMJF (ver subcapítulo 4.2 e ver apêndice B).

Os 03 projetos que serão apresentados foram escolhidos pelo número de adesão de participantes e pela proximidade com as tipologias de bem-estar que estão mais relacionadas às motivações de visitação em parques (Romagosa, 2018):

a) “Parque +60”, voltado para pessoas com mais de 60 anos, contempla atividades como: jardinagem, artesanato, atividades culturais, trilha ecológica, esporte e lazer. O projeto é fixo e acontece duas vezes na semana, e são disponibilizadas 20 vagas a cada dia.

b) “Visita guiada”, direcionado para visitantes de diferentes perfis e idades, como grupos de crianças e adolescentes de escolas do município; visitantes individuais, em família, grupos de amigos, e abrange atividades como: trilha ecológica, lazer, contato com a natureza e educação ambiental. As visitas agendadas com escolas recebem em média 50 pessoas por guiamento, já as visitas espontâneas que ocorrem aos finais de semana, recebem em média 30 pessoas. Desde 2022, o parque já recebeu mais de 25 mil pessoas em visitas guiadas.

c) “Yoga no parque”, abrangendo visitantes de diferentes idades interessados na prática de yoga. Atende cerca de 40 visitantes por mês, é um projeto fixo que acontece no primeiro e terceiro domingo de cada mês.

O objetivo foi reconhecer as percepções dos participantes dos projetos sobre o SEC associado à experiência de visita ao parque, com enfoque nos projetos em estudo, de modo a compreender os benefícios percebidos, sejam eles de ordem social, espiritual e/ou ambiental.

Foi feita como premissa a análise do perfil do participante do projeto escolhido e posteriormente, suas percepções sobre o projeto, o parque de forma ampla e os benefícios percebidos da oferta de SEC atrelado ao bem-estar desse indivíduo.

A pesquisa recebeu autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora (CEP) (CAAE 79756724.0.0000.5147).

Todos os entrevistados receberam esclarecimento prévio dos objetivos da pesquisa e sua concordância em participar envolveu a assinatura de duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo que uma delas ficou em posse do participante e a outra arquivada pela pesquisadora. Foi respeitado o anonimato dos participantes e todas as entrevistas foram, mediante autorização prévia, gravadas.

As análises das entrevistas e dados gerados também estiveram ancoradas nas dimensões de bem-estar consideradas: **a) bem-estar ambiental e ecológico; b) bem-estar social e c) bem-estar espiritual.**

O processo de análise dos resultados das entrevistas foi norteado pelo método de Análise de Conteúdo (Bardin, 1977). A partir dos temas de análise estabelecidos, buscou-se analisar as falas dos entrevistados, classificando-as de acordo com afinidades no discurso. Além disso, o método permite analisar uma amostragem para compreender o todo. O método

se ancora em três etapas principais: a **pré-análise**; que consiste em compreender e organizar as falas coletadas, a **exploração do material**, é um recorte, como se fosse um funil, selecionando as palavras ou parágrafos-chaves principais das falas, e a terceira fase é a **interpretação**, que podem gerar outras orientações para uma nova análise ou utilizar de resultados já existentes com base no referencial teórico. Desta forma, foi realizado um recorte das principais falas dos entrevistados, permitindo a classificação em categorias e destacando familiaridade entre os grupos.

Para a análise dos dados obtidos por meio das entrevistas com coordenadores e gestores do PMJF, com base na metodologia proposta por Bardin (1977), foram definidas quatro categorias ou dimensões de análise que estruturam a interpretação dos dados qualitativos: (a) Criação e expectativas do parque; (b) Gestão e desafios enfrentados; (c) Papéis e projetos do parque; e (d) Parcerias e participação da sociedade civil.

Além disso, para compreender o perfil dos usuários, foram analisados dados socioeconômicos e percepções coletados em entrevistas com participantes dos projetos do parque, organizados em cinco eixos principais: (a) Percepção e importância do parque; (b) Visitação e participação; (c) Projetos e experiências; (d) Participação popular; e (e) Conexão com a natureza e seus benefícios. Desta forma, essa organização permite uma abordagem integrada que relaciona a gestão com a vivência e as demandas da comunidade, fundamental para a compreensão do papel do parque no contexto urbano.

Para aprofundar a análise das dimensões específicas do bem-estar relacionadas ao PMJF, foram criadas categorias de análise específicas para cada dimensão. No que tange ao bem-estar social, priorizaram-se duas categorias: (a) contribuições, percepções e expectativas referentes aos projetos desenvolvidos; e (b) desenvolvimento do bem-estar social dos participantes. Quanto ao bem-estar ambiental, as categorias foram: (a) contribuições, percepções e expectativas do projeto; e (b) bem-estar ambiental e ecológico, associado aos benefícios advindos do contato com a natureza e ao aprendizado proporcionado pelas visitas. Por fim, para o bem-estar espiritual, adotaram-se as categorias: (a) contribuições, percepções e expectativas do projeto; e (b) desenvolvimento e percepção do bem-estar espiritual. Essa categorização possibilitou uma análise detalhada e segmentada dos diferentes aspectos do bem-estar promovidos pelo parque.

5. A PESQUISA DE CAMPO: UMA ANÁLISE DOS RESULTADOS ENCONTRADOS

A pesquisa de campo foi realizada nos meses de janeiro a março de 2025. As primeiras entrevistas tiveram início no mês de janeiro com 4 coordenadores e gestores principais do PMJF, com atuação direta no. No mês de fevereiro, deu-se início às entrevistas com participantes dos três projetos selecionados: Yoga no parque, Visita guiada e Parque +60.

Ao todo, foram coletadas 36 entrevistas com os participantes dos projetos selecionados. O projeto Yoga no parque teve duas edições no mês de fevereiro, nos dias 1 e 15 de fevereiro, quando foi possível entrevistar 13 participantes. Para a entrevista com os participantes da Visita guiada pela trilha do bosque, que acontecem entre 11h e 15h, foram escolhidos os domingos do mês de março, por ter um maior número de visitantes devido ao acesso gratuito dos ônibus. No caso desse projeto, foram entrevistados 15 visitantes. Já o projeto Parque +60, acontece às terças pela manhã, das 10h às 12h, e na quarta à tarde, das 14h às 16h, sendo dividido em turma A e turma B. Foram entrevistados 6 participantes da turma A e 02 da turma B.

Para as entrevistas com os participantes dos projetos, a pesquisa foi feita em blocos (A, B e C, ver apêndice 2). No primeiro momento, atendeu-se ao perfil socioeconômico dos entrevistados e as percepções gerais sobre o PMJF. Posteriormente, as perguntas foram direcionadas para as dimensões selecionadas de bem-estar e ao SEC.

Os resultados apresentados nesta pesquisa foram obtidos a partir das percepções dos participantes envolvidos nos projetos do PMJF, o que configura um recorte específico dentro do universo de frequentadores. Portanto, esta investigação focou-se em um segmento particular de usuários, sem abranger toda a diversidade de públicos que usufruem do parque. Como contribuição para estudos futuros, sugere-se a realização de pesquisas com amostragem mais ampla e diversificada, que incluam a totalidade dos frequentadores, possibilitando uma análise mais abrangente e representativa dos diferentes aspectos do bem-estar proporcionados pelo parque.

5.1 COORDENADORES E GESTORES

A pesquisa com os coordenadores e gestores do parque buscou compreender como se deu o processo de criação do PMJF, bem como suas diretrizes, objetivos e linhas de ação, com a finalidade de se reconhecer sua importância dessa área verde para a cidade de Juiz de Fora sob a ótica do poder público municipal.

Seguindo a metodologia de Bardin (1977), a partir das perguntas e respostas dos coordenadores e gestores do parque, foram estabelecidas 4 categorias/dimensões de análise: a) Criação e expectativas do parque; b) Gestão e desafios enfrentados; c) Papeis e projetos do parque e; d) Parcerias e participação da sociedade civil.

a) Criação e expectativas do parque

Em 2019, algumas unidades do SESC em Minas Gerais tiveram suas atividades finalizadas, por questões financeiras, políticas, e necessidade de readequação¹³. A cidade de Juiz de Fora foi uma das cidades em que o SESC encerrou suas atividades, ficando cinco anos fechado. Como resultado de uma diretriz de valorização e promoção de áreas públicas de lazer para a população, a atual gestão municipal de Juiz de Fora estabeleceu uma parceria com o SESC Pousada, que cedeu à PJF o local por 20 anos, podendo ser prorrogado por mais 20 anos, com o propósito de transformá-lo em um Parque Municipal.

As respostas indicam que a principal motivação do parque foi incrementar a oferta de opções de esporte e lazer para a população, possibilitando uma melhor qualidade de vida, além de mais uma área verde para Juiz de Fora. Um dos marcos mais relevantes foi a implantação da primeira piscina pública da cidade:

“Mais um local verde de opção para a cidade. É o único espaço que tem área verde, e esse espaço geográfico com a possibilidade de práticas esportivas com as quadras, e incentivar a população a ter hábitos saudáveis também, através dos projetos esportivos, ajudando na melhoria da qualidade de vida”. (trecho de entrevista com interlocutor da PJF)

¹³Desmonte do SESC em Minas. Disponível em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2019/09/04_audiencia_crack_senac.html Acesso em: 6 de abr. 2025.

“Mais uma opção de lazer para a população. Nenhum outro lugar em Juiz de Fora, tem. No parque você junta cultura, esporte, lazer e turismo.” (trecho de entrevista com interlocutor da PJF)

Além disso, as respostas destacam a importância de diminuir a desigualdade social vinculada ao acesso a espaços de lazer e recreação, como estratégia para se garantir o cumprimento da Constituição Federal de 1988¹⁴ no que tange o direito ao lazer para todos os cidadãos. Nessa mesma direção, Fernandes e Higuchi (2017) destacam que os parques foram inicialmente criados para a utilização da elite e, que ao se tornar um espaço público e mais acessível, passa a representar um espaço democrático e de socialização.

Os entrevistados enfatizam a importância do parque não apenas como um espaço de lazer, mas também como um promotor de transformação social. A criação de projetos como aulas de hidroginástica, pilates e outras atividades esportivas gratuitas é destacada como uma forma de garantir acesso à população de baixa renda, que anteriormente não teria condições de pagar por esse tipo de serviço. Esses projetos, muitas vezes procurados por indicação médica, são vistos como uma contribuição para a melhoria da saúde e bem-estar dos cidadãos.

“Por exemplo, fazer uma academia, pilates, hidroginástica, em que eles pagariam cerca de 200 reais, e eles conseguem fazer de graça aqui, com qualidade do que é entregue aqui, com qualidade bem alta. Muitos procuram os projetos por indicação médica, porque precisam fazer uma atividade física e tem esse acesso aqui.” (trecho de entrevista com interlocutor da PJF)

Em cidades com grande concentração de desigualdade, a implementação de espaços públicos que possam ser usufruídos por todos, oferecidos de forma gratuita, tem um efeito significativo na promoção do direito ao lazer e na inclusão social. As falas dos entrevistados reforçam que o parque é um bem-estar coletivo, especialmente para aqueles que não teriam outras opções de acesso a atividades recreativas e esportivas de qualidade. Como mencionado por um dos entrevistados, "muitos nunca tinham entrado em uma piscina na vida", o que evidencia a importância de iniciativas públicas que busquem reduzir as limitações de acesso a esses direitos fundamentais.

“Sim. Um dos objetivos era oferecer lazer a uma parcela da população que não tinha acesso, muitos banhistas nunca tinham entrado em uma piscina, tem muitos relatos fortes principalmente de crianças. Vem muitas escolas de bairro afastados como da zona norte e muitas crianças não saem do próprio bairro e chegam aqui e veem esse espaço com piscina e tantas outras coisas, eles ficam alucinados. A

¹⁴ “Toda pessoa tem direito ao repouso e aos lazeres, especialmente a uma limitação razoável da duração do trabalho e a férias periódicas pagas.”

população da já tomou conta do parque. Muitas pessoas vindas da zona nordeste, zona leste, e os ônibus aos domingos possibilitou acesso a famílias no parque.”
(trecho de entrevista com interlocutor da PJF)

Em relação às expectativas, é notável que o parque tenha superado as projeções iniciais de uso e participação. O aumento no número de frequentadores e a adesão massiva aos projetos, especialmente entre os moradores das regiões periféricas da cidade, apontam para uma real conquista para a promoção da inclusão e do direito ao lazer.

Desta forma, o parque conseguiu atingir as suas expectativas em relação à sua criação, e tem contribuído de forma positiva enquanto espaço de amplo uso público, haja vista que, mensalmente, essa área verde recebe cerca de 10 mil pessoas. O sucesso do PMJF reflete a importância de ações públicas que busquem democratizar o acesso a espaços urbanos essenciais, oferecendo lazer e esporte, garantindo que todos os cidadãos, independentemente de sua classe social ou localização geográfica, tenham as mesmas oportunidades de usufruir dos espaços urbanos.

b) Gestão e desafios enfrentados

A partir da análise dos entrevistados, percebeu-se que houve alguns desafios em relação a essa mudança de um espaço privado, gerido pelo SESC, para um espaço em uso público sob responsabilidade da prefeitura municipal. Essa mudança gerou uma confusão inicial por parte da população, pois muitos acreditavam que ainda seria necessário pagar para acessar o local, ou possuir carteirinha do SESC para participar das atividades.

“Muitas pessoas chegavam e perguntavam [Quanto tinha que pagar para entrar?], principalmente os moradores ao redor; eles ficaram acuados e levaram um choque quando descobriram que o parque era de graça. E que todos os projetos são de graça, antes tinha cobrança da churrasqueira e de ensaios fotográficos pelo último secretário de turismo com a nova gestão em 2025, tudo é gratuito.” (trecho de entrevista com interlocutor da PJF)

Além disso, a infraestrutura antiga, com cerca de 40 anos, demandou uma maior atenção, segundo os entrevistados, representando o principal aspecto a ser trabalhado. Investimentos em manutenção da infraestrutura enfrentam desafios burocráticos relacionados à dotação e aplicação orçamentária e contratação de mão de obra:

“Qualquer espaço público vai ter desafio. Muitas burocracias, principalmente verba, que é o mais comum em qualquer aparelho público.” (trecho de entrevista com interlocutor da PJF)

“Sim, tiveram alguns desafios no começo porque as pessoas ainda achavam que eram o SESC, tivemos dificuldade de captar as pessoas para entrar no parque. Muita gente perguntava se precisava pagar para entrar, e ainda houve um agravante por conta da pandemia, só podia entrar quem tinha tomada vacina, mas hoje o parque é um sucesso.” (trecho de entrevista com interlocutor da PJF)

Algumas falas marcantes das entrevistas foram com relação à limitação orçamentária, diretamente relacionadas com as burocracias administrativas e os desafios logísticos para manutenção e expansão de projetos recorrentes. Muitos entrevistados mencionaram que, em diversas ocasiões, os próprios funcionários precisaram investir recursos pessoais para garantir a continuidade das atividades com compra de materiais.

“Compra de materiais para as oficinas dos projetos, muitos coordenadores já tiraram em algum momento dinheiro do bolso para custear matérias para ações específicas.” (trecho de entrevista com interlocutor da PJF)

“Qualquer espaço público vai ter desafio. Muitas burocracias, principalmente verba, que é o mais comum em qualquer aparelho público. Compra de matérias para as oficinas dos projetos, muitos coordenadores já tiraram em algum momento dinheiro do bolso para custear matérias para ações específicas.” (trecho de entrevista com interlocutor da PJF)

Outro desafio encontrado pela gestão do parque é com relação à comunicação e ao atendimento ao público. Muitas pessoas ainda não conhecem o parque mesmo que este tenha se tornado um dos maiores casos de sucesso por parte da gestão da prefeitura de Juiz de Fora e para a cidade como um todo, de acordo com os entrevistados.

“O maior desafio é conseguir ter um atendimento de forma uniforme, em que todo mundo tenha o mesmo atendimento, porque as pessoas são diferentes. Tentar passar o máximo de informações possíveis. Organicamente o parque se tornou uma coisa muito grande, média de 10 mil pessoas por mês.” (trecho de entrevista com interlocutor da PJF)

Porém, mesmo com esses desafios iniciais, as expectativas em relação à sua criação foram superadas. Há relatos de impacto social significativo, principalmente entre populações historicamente marginalizadas do acesso a espaços de lazer e esporte. A ampliação do acesso a espaços públicos de lazer é uma das principais vertentes das políticas urbanas inclusivas, sendo considerada fundamental para a promoção da qualidade de vida, promoção da saúde e da equidade social (Harvey, 2012).

Com relação a administração do parque, no início de 2025, o parque passou por uma reestruturação. Inicialmente o parque era organizado sob um modelo tripartite entre as secretarias de Esporte e Lazer (SEL), Turismo (SETUR) e Comunicação (SECOM). Segundo os entrevistados, a gestão era marcada por ruídos de comunicação e dificuldades nas tomadas de decisões.

A estrutura antiga com diferentes secretarias e com perspectivas distintas, precisavam negociar acordos para a implementação de ações. Quando o Comitê Gestor, composto pelas três secretarias, não conseguia resolver determinada demanda, a questão era enviada diretamente para a prefeita, o que demandava uma espera nas tomadas de decisão. Com a mudança do secretariado e a saída da SETUR e da SECOM da gestão direta do parque, a administração passou a ser responsabilidade exclusiva da SEL. Tal alteração foi percebida de maneira positiva pelos entrevistados, que apontaram maior agilidade nas decisões, melhora na manutenção e maior autonomia para a condução das atividades no parque. Assim, a centralização da gestão, embora tenha reduzido a diferentes visões, trouxe ganhos operacionais e favoreceu a administração cotidiana do espaço.

“Antes tinham ideias diferentes e visões diferentes, o que poderiam contribuir. Mas agora está bem mais fácil, evoluiu até um pouco principalmente questão de manutenção, antes os secretários precisavam se reunir para decidir, e agora é direto para uma secretaria só, e rapidamente as coisas têm fluído.” (trecho de entrevista com interlocutor da PJF)

“Era difícil lidar com três pessoas. Hoje está mais fácil, a ligação é mais direta. Tinha alguns ruídos de comunicação e achar um acordo. Hoje temos mais autonomia para fazer as coisas dentro do parque.” (trecho de entrevista com interlocutor da PJF)

Desta forma, a gestão atual do parque vem se consolidando como um importante meio para a promoção do direito ao lazer e para o fortalecimento do espaço público como ambiente

democrático. No entanto, a ausência de reuniões formais como forma de participação coletiva da sociedade civil, ainda apresenta um desafio para a construção de uma gestão mais participativa e representativa, como defende Maricato (2011), ao destacar que a efetivação do direito à cidade depende da ampliação dos canais institucionais de escuta e decisão popular.

A recente reestruturação administrativa, ao concentrar a gestão em uma única secretaria, a SEL, trouxe ganhos em eficiência e agilidade, como evidenciado pelos relatos dos entrevistados, dessa forma, embora a atual estrutura tenha aprimorado aspectos operacionais, como a manutenção e a capacidade de atender de forma abrangente às demandas da sociedade civil dependerão da criação de canais efetivos de participação e da manutenção do parque como espaço de exercício do direito à cidade.

c) Papeis e projetos do parque

O PMJF desempenha um papel fundamental para a cidade de Juiz de Fora, por meio da oferta de esporte, lazer e cultura para a população, além de promover a educação ambiental e fomentar o turismo na cidade. Para a população, o parque é percebido como um elemento fundamental para a melhoria da qualidade de vida e para a democratização do acesso a bens urbanos coletivos.

Um dos diferenciais destacados pelos entrevistados é o vínculo positivo estabelecido entre os participantes dos projetos e os profissionais responsáveis pelas atividades oferecidas, especialmente os professores que conduzem as oficinas esportivas, culturais e recreativas. Esses professores, conforme apontado, são capacitados para atender às necessidades do público e exercem papel central no acolhimento dos frequentadores. Como relatado por um entrevistado:

“Todos os professores são capacitados para entregar o melhor, os professores acolhem a população, os visitantes têm uma relação muito boa com os professores.”
(trecho de entrevista com interlocutor da PJF)

A alta visitação registrada no parque, especialmente nos finais de semana, que é favorecida pela oferta de transporte público gratuito aos domingos, é reflexo das estratégias desenvolvidas para ampliar o acesso da população, principalmente de moradores de regiões

mais periféricas, mudanças que fazem parte da atual gestão da prefeitura. Essas medidas reforçam o papel do parque na promoção da equidade urbana e no fortalecimento do tecido social local, como defende Lefebvre (2001), que enfatiza a importância de garantir o uso pleno dos espaços urbanos por toda a sociedade.

Antes de tais medidas, o parque recebia muitos visitantes, mas não tanto como agora, além disso, o atendimento amplo aos visitantes era mais restrito, devido às limitações na escala de trabalho dos funcionários e à falta de materiais adequados para a execução de projetos, como foi mencionado anteriormente. Essa realidade impacta tanto a qualidade das atividades quanto o bem-estar dos servidores, uma vez que o excesso de trabalho e a escala de folgas reduzida, apenas um domingo livre por mês, gerava cansaço e compromete a capacidade de entrega das equipes.

A partir de 2025, houve uma reorganização interna, promovendo a alternância nas folgas dos funcionários, o que permitiu melhorar a qualidade de vida da equipe e, conseqüentemente, ampliar a quantidade e diversidade dos projetos oferecidos, principalmente nos projetos Visitas guiadas e Yoga no parque, projetos ofertados aos finais de semanas. Essa mudança possibilitou, por exemplo, a criação de mais atividades voltadas para adultos e idosos, públicos que, segundo os entrevistados, representam a maior parte da demanda atual no parque. Como relatado:

"Mudamos a nossa escala de trabalho [...], conseguimos criar mais projetos para adultos e idosos que são os que mais procuram. E com essa folga os funcionários ficam mais felizes e aumentam a entrega." (trecho de entrevista com interlocutor da PJF)

Entre os projetos destacados estão também as oficinas de ginástica funcional, dança, alongamento, além de ações de educação ambiental que permeiam todas as atividades, seja nos temas abordados, na execução das práticas ou na criação de jogos educativos. Um dos entrevistados ressaltou essa integração, afirmando que:

"Todas as atividades estão ligadas e têm como pano de fundo a educação ambiental, seja no tema, na execução, conversas ou criação de jogos, então precisa de um preparo maior." (trecho de entrevista com interlocutor da PJF)

Apesar dos avanços, ainda persistem desafios na gestão cotidiana do parque. A dependência de outras secretarias para a realização de projetos, a dificuldade de comunicação

institucional e os processos burocráticos para aquisição de materiais continuam a ser obstáculos apontados. Como afirmou um entrevistado:

"O complicador é depender de outras secretarias para realizar alguns projetos, mas é mais fácil criar projetos com o espaço que já existe." (trecho de entrevista com interlocutor da PJF)

Assim, a atuação do PMJF é ampla, articulando esporte, lazer, cultura e educação ambiental em um esforço contínuo de democratização do espaço público. As conquistas recentes, como a melhoria na gestão de pessoal e a ampliação das atividades, indicam avanços importantes. No entanto, a superação dos desafios estruturais e administrativos ainda é necessária para consolidar o parque como um equipamento de excelência em promoção do direito à cidade.

d) Parcerias e participação da sociedade civil

O PMJF busca estabelecer um relacionamento dinâmico e participativo com os visitantes e os participantes dos projetos, visando o engajamento da população nas atividades e nas ações desenvolvidas. A interação social, nesse contexto, é uma via de mão dupla, onde a população se apropria do espaço e expressa suas sugestões, críticas e apoios. Esse fenômeno de "apropriação" do espaço público, defendido por Lefebvre (1991) e Harvey (2012), pode ser interpretado como uma manifestação do direito coletivo à cidade, onde a população reivindica, transforma e ressignifica os espaços urbanos, assegurando sua relevância no cotidiano da cidade.

Como observa um entrevistado:

"A participação é medida através de pesquisa de satisfação e outros canais como o Instagram do parque, o Instagram do JF da depressão. A própria população defende o parque nas mídias sociais. Muitas fazem sugestões, umas pertinentes e outras não. Separamos o que é uma reclamação de cunho político ou uma reclamação pertinente. A população se apropria e defende o parque" (trecho de entrevista com interlocutor da PJF)

A participação da sociedade civil direta e indiretamente nas escolhas dos projetos, provê assim, uma gestão eficaz e mais participativa no parque. Embora os coordenadores realizem essas pesquisas de satisfação com os visitantes e os participantes dos projetos, não

há a promoção de reuniões formais com a sociedade civil para a escolha dos projetos. As demandas surgem, a partir das opiniões espontâneas dos visitantes ou dos participantes dos projetos já existentes, e, a partir daí, que sugerem novas iniciativas e indicam preferências em relação às ações desenvolvidas.

“Sim. Em todas as matrículas dos projetos, nós buscamos saber o que eles se interessam. Tem muitas demandas e um diálogo muito aberto com quem está visitando. O caminho está sendo construído.” (trecho de entrevista com interlocutor da PJF)

“Sim. Conversamos muito com o pessoal que participa dos projetos e direcionamos os projetos por demanda. Adultos e idosos têm uma demanda muito alta, as vagas acabam muito rápido. Às vezes montamos a experiência de um projeto para que eles participem e depois decidem se eles gostariam que esse projeto fosse ofertado regularmente. Agora tem projetos aos sábados, antes era só durante a semana.” (trecho de entrevista com interlocutor da PJF)

Dessa forma, observa-se que, embora o parque tenha avançado no sentido de democratizar o acesso ao lazer e ampliar sua função social, ainda há desafios a serem enfrentados no que diz respeito à efetiva participação da sociedade civil nas decisões sobre sua gestão e seu desenvolvimento, limitando a construção de uma gestão verdadeiramente participativa.

A partir das demandas e sugestões recebidas pela população, a gestão do parque tem conseguido ajustar e ampliar a oferta de projetos, buscando não apenas atender às expectativas, mas também promover um maior alcance, especialmente no que diz respeito aos públicos que mais procuram as atividades. Como exemplo, a criação de novas atividades, como as aulas de forró, que terão início em breve. Ou seja, demonstra o impacto positivo da comunicação aberta e da escuta ativa da população, garantindo que o parque se mantenha relevante nas necessidades da comunidade.

No entanto, embora a participação interna da sociedade civil seja evidente, as parcerias externas ainda se mostram limitadas. As colaborações estão restritas a órgãos da administração pública, como a Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (Funalfa), a Secretaria de Obras e a Secretaria do Meio Ambiente (SESMAUR), o que limita a diversidade de atores que poderiam colaborar para a gestão e ampliação das atividades do parque. A falta de parcerias com instituições privadas ou do terceiro setor foi apontada como uma deficiência,

já que esse tipo de colaboração poderia gerar novas oportunidades e recursos para o parque. Embora existam iniciativas isoladas, como as aulas de yoga ministradas por voluntários, essas ações ainda são pontuais e não refletem um modelo mais robusto de colaboração externa.

Autores como Santos (1996) já afirmavam que os espaços urbanos são produtos da ação conjunta de diferentes agentes sociais e que sua gestão deve considerar a multiplicidade de vozes que os constroem e ressignificam. Nesse sentido, uma maior articulação com o setor privado e organizações do terceiro setor poderia ampliar a capacidade do parque em realizar projetos mais inovadores e sustentáveis, contribuindo para o fortalecimento das políticas urbanas inclusivas.

De forma geral, as entrevistas com interlocutores da gestão do PMJF evidenciam que essa área verde urbana tem cumprido um papel estratégico na promoção da justiça social e no fortalecimento das políticas urbanas inclusivas nas áreas de lazer, esporte e educação ambiental (Lefbrve, 1991). Sua implantação representa um avanço importante na política urbana e social da cidade, promovendo inclusão, bem-estar, turismo e valorização desse ambiente para a cidade de Juiz de Fora. Os desafios existentes, sobretudo em infraestrutura e manutenção, falta de recursos financeiros, apontam caminhos para o aprimoramento da iniciativa, que já se configura como um modelo inspirador de gestão pública e case de sucesso de Juiz de Fora.

5.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO E PERCEPÇÕES GERAIS SOBRE O PARQUE

A seguir, serão apresentados os perfis socioeconômicos das entrevistas com os participantes dos projetos e uma pesquisa realizada pelos próprios funcionários do parque.

5.2.1 Dados gerais sobre perfil de visitantes do PMJF

Buscou-se, inicialmente, reconhecer o perfil demográfico e socioeconômico dos frequentadores do parque municipal, por meio do levantamento de informações como: faixa etária, gênero, cor, renda, frequência e bairro de residência. Para tanto, foi analisada a

pesquisa realizada pelos profissionais do parque o dia 20 de março de 2025, sobre os visitantes em geral, quando foram entrevistadas 338 pessoas¹⁵.

Segundo dados da pesquisa realizada pelos profissionais do parque com o público geral e divulgada no site da prefeitura, a maioria dos visitantes são adultos entre 40 e 49 anos, que representam 30,7% dos visitantes e 30 e 39 anos que representam 29,6% dos visitantes. A escolaridade desses visitantes permeia entre ensino superior completo (39,9), outros 38,5% têm ensino médio completo e 21% possuem ensino fundamental completo. Esses dados revelam que o parque é amplamente frequentado por um público adulto e com níveis educacionais relativamente altos, o que pode indicar uma maior capacidade de valorização e apreciação das atividades culturais, recreativas e esportivas oferecidas. Contudo, faltam dados específicos sobre a renda desses visitantes, o que seria relevante para entender melhor a composição socioeconômica do público, principalmente no que se refere ao acesso a espaços pagos de lazer e à percepção do parque como um espaço acessível a diferentes faixas de renda.

Cerca de 85,5% dos entrevistados frequentam o local acompanhados pela família, e as principais motivações são: lazer, passeios com familiares ou amigos e o uso das piscinas. Contudo, faltam dados específicos sobre a renda desses visitantes, o que seria relevante para entender melhor a composição socioeconômica do público, principalmente no que se refere à percepção do parque como um espaço acessível a diferentes faixas de renda.

A maior parte dos visitantes residem em bairros no entorno do Parque: São Pedro, Marilândia e Nova Califórnia, o que corrobora com autores como Sancho-Pivoto e Raimundo (2024), que afirmam que residir próximo às áreas verdes representa um fator importante para a visita e, por consequência, perceber maiores benefícios dessas áreas para a saúde e bem-estar. Vale destacar, no entanto, que existe também um número significativo de pessoas que moram na área central da cidade (6,6%). Outros dados foram mencionados como o meio de transporte que os visitantes utilizam para chegar no parque e a frequência de visita ao parque. O carro próprio é o meio de transporte mais comum (51,2%), seguido de ônibus urbano (36,7%). Meios como carro de aplicativo, bicicleta e caminhada são minoritários, de acordo com a pesquisa.

¹⁵ Pesquisa revela perfil dos visitantes do Parque Municipal de Juiz de Fora. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=85813> Acesso em 23 de mar. 2025.

Essas pesquisas são realizadas com frequência com o objetivo de atender melhor o público de acordo com o perfil desses visitantes. A continuidade de pesquisas regulares sobre o perfil dos visitantes é crucial, pois permite uma reavaliação dos serviços para a população. Ao identificar padrões de visitação, a gestão do parque pode desenvolver estratégias mais eficazes para melhorar a experiência do visitante e ampliação do público.

5.2.2 Parque Municipal de Juiz de Fora e Serviços Ecosistêmicos Culturais

A pesquisa de campo envolveu também a realização de entrevistas com participantes dos projetos Yoga no parque, Parque +60 e Visitas guiadas, de modo a compreender as percepções dessas experiências em relação aos serviços ecosistêmicos culturais. As entrevistas ocorreram no período de janeiro a março, com 36 entrevistados.

A seguir, serão apresentados os principais resultados, abrangendo perfil socioeconômico e percepções envolvendo: a) Percepção e importância do parque; b) Visitação e participação; c) Projetos e experiências; d) Participação popular e; e) Conexão com a natureza e seus benefícios.

- *Perfil socioeconômico*

Inicialmente, o levantamento do perfil socioeconômico dos participantes dos projetos no parque buscou identificar a origem (bairros de residência), faixa etária, renda familiar e interesses da visita, analisando se há desigualdades, possibilidades e desafios na execução dos projetos, desta forma, essa análise permite que os gestores e coordenadores do parque possam desenvolver estratégias para incluir e dar mais acesso aos projetos.

Considerando o total de entrevistados (n=36), a maior parte, 24 dos participantes (66,66%), estavam frequentando o parque pela primeira vez. Os projetos Yoga no Parque e Visitas guiadas, foram os projetos com maior número de participantes que estavam ali pela primeira vez. Os demais são os participantes recorrentes do Parque +60 e participantes que já fizeram yoga em outras edições.

Conforme tabela 01, a seguir, observa-se que o público feminino é o mais frequente, corroborando com dados coletados pelos profissionais do parque, os quais indicam que a maior parte dos participantes é composta por adultos com mais de 45 anos e idosos acima de 60 anos. Quanto à etnia, a maioria dos entrevistados se identificou como branca,

enquanto em relação ao nível de escolaridade, a grande maioria possui o ensino médio completo. No que tange à renda familiar, a faixa predominante está entre 1 a 3 salários-mínimos.

O fato de que muitos dos participantes são idosos também reflete um impacto social importante, já que a faixa etária mais alta muitas vezes enfrenta barreiras para o acesso a atividades recreativas, seja por questões financeiras, de mobilidade ou de oferta de opções adequadas à sua condição física.

A predominância de mulheres entre os participantes é outro dado relevante, pois destaca a importância do parque como um espaço seguro e acessível para o público feminino, que muitas vezes encontra desafios específicos para se engajar em atividades ao ar livre, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social.

A predominância de etnia branca entre os participantes também traz à tona questões sobre desigualdade no acesso às áreas verdes urbanas. No entanto, é importante considerar que, embora o parque esteja sendo acessado por um público em grande parte de classes sociais mais baixas, o acesso de grupos racialmente diversos pode ser afetado por fatores de mobilidade e distância, como indicam as respostas dos entrevistados sobre o uso de transporte público gratuito aos domingos. Esses dados ressaltam que a oferta de transporte gratuito para as áreas mais afastadas é uma medida positiva, mas que ainda existem desafios para a inclusão de toda a população.

Os dados sobre escolaridade e renda sugerem que o parque pode atuar não apenas como um espaço de lazer, mas também como um ponto de educação e transformação social. Programas educativos, culturais e de saúde, que abordam questões como bem-estar, saúde mental e desenvolvimento pessoal, podem ser ainda mais valorizados por esse público. Ao focar em um público com menor escolaridade e renda, o parque tem a oportunidade de ser uma ponte para a inclusão social, oferecendo a essas pessoas não apenas lazer, mas também acesso a benefícios relacionados à educação ambiental, saúde física e socialização.

Tabela 1: Perfil Socioeconômico dos participantes dos projetos

Participantes				
Gênero				
F				77,78%
M				22,22%
Idade				
18 a 30				25%
31 a 45				16,66%
46 a 60				22,22%
Acima de 60				36,11%
Cor				
Branca				72,22%
Parda				5,55%
Preta				19,44%
Prefirou não responder				2,70%
Escolaridade				
Fundamental completo				16,66%
EM Completo				41,66%
Superior completo				16,66%
Pós graduação				25%
Renda Familiar				
1 a 3 SM				52,77%
3 a 5 SM				19,44%
Acima de 5 SM				27,77%

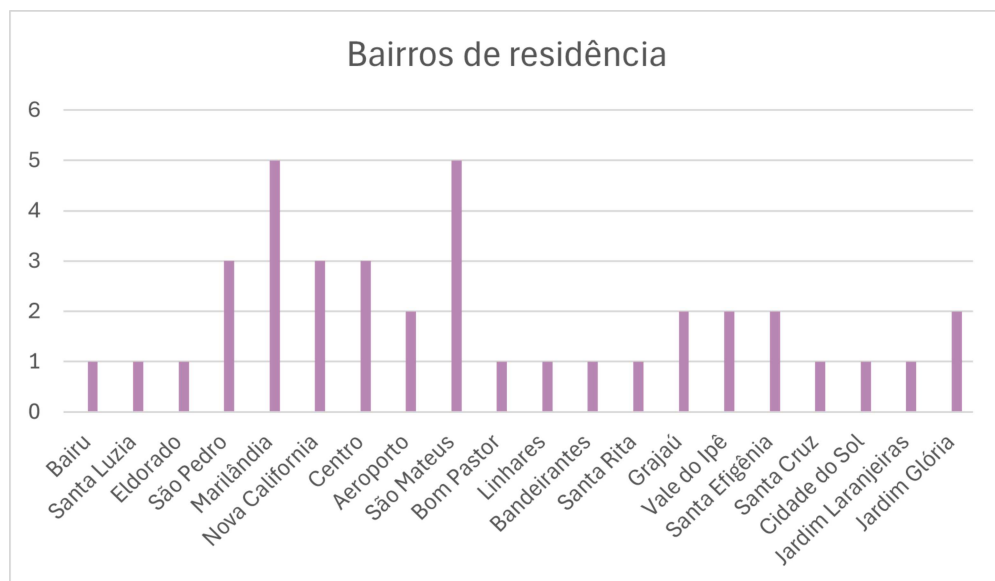
Fonte: Elaborado pela autora (porcentagem aproximada).

Em relação à localização, os participantes do projeto vêm de diferentes bairros da cidade. O bairro São Mateus se destaca como o local com o maior número de participantes, seguido pelos bairros próximos do PMJF como Marilândia e Nova Califórnia. Esse padrão geográfico de acesso indica que, mesmo não sendo um bairro próximo ao parque, São Mateus é representativo na participação, o que pode ser explicado por fatores como o transporte gratuito aos domingos, que facilita o acesso aos moradores de áreas mais distantes.

A proximidade geográfica com áreas verdes pode, de fato, facilitar a visitação e o engajamento com o contato com a natureza, como apontado por Sancho-Pivoto e Raimundo (2024), que destacam que residir perto dessas áreas pode ter um impacto positivo na saúde e no bem-estar dos indivíduos. Nesse sentido, a teoria do 3-30-300, proposta por Cecil Konijnendijk, estabelece dados ideais para o planejamento urbano, ou seja, ver ao menos três árvores de casa, viver em bairros com 30% de cobertura arbórea e estar a no máximo 300 metros de uma área verde. Ainda que nem todos os participantes residem em áreas que atendam a esses critérios, o interesse e a presença em atividades no PMJF indicam que políticas públicas como transporte gratuito e projetos inclusivos ajudam a reduzir desigualdades territoriais no acesso aos benefícios proporcionados pelo verde urbano.

A participação de moradores de bairros mais distantes, como bairros da Zona Norte (Santa Cruz, Cidade do Sol) e da zona leste (Linhares, Grajaú), demonstra que a oferta de transporte gratuito e a ampliação do acesso aos projetos podem superar a barreira da distância e incentivar a utilização do espaço público, contribuindo para a democratização do lazer e o acesso a atividades recreativas e esportivas de qualidade.

Gráfico 1- Bairros



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Comparando as duas pesquisas, percebe-se similaridades entre o perfil do visitante, analisando a faixa etária, gênero e escolaridade. Outro fato em destaque é a proximidade do bairro de residência dos participantes, assemelhando-se com a pesquisa geral do parque, inclusive com a grande presença dos bairros centrais.

a) Percepção e importância do parque

Para a maioria dos entrevistados, o parque foi avaliado positivamente, em virtude do acesso gratuito e da qualidade do espaço, com destaque para a riqueza e diversidade do ambiente natural e suas contribuições para o contato com a natureza, que proporcionam bem-estar físico e mental. Além disso, alguns dos entrevistados consideram o parque um espaço democrático, que de acordo com Fernandes e Higuchi (2017), os parques são um espaço para a socialização da vida urbana cotidiana, ou seja, contribui para o desenvolvimento social e cultural de quem o frequenta. Um dos participantes mencionou que frequentou o SESC antes de se tornar o PMJF e que ficou satisfeita com o espaço.

“É um espaço essencial para o bem-estar da população de Juiz de Fora, proporcionando contato com a natureza, lazer e qualidade de vida.” (trecho de entrevista com participante de projeto)

“Eu já gostava quando a área era o SESC Campestre e fiquei muito feliz de o espaço ter se tornado público.” (trecho de entrevista com participante de projeto)

“É muito interessante ver um espaço privado sendo aberto ao público. Desta forma, a cidade ganha mais uma opção de espaço com área verde além do Parque da Lajinha, do Museu Mariano Procópio, do Jardim Botânico. Além de beneficiar a população de Juiz de Fora, também é atraente para o público externo (trecho de entrevista com participante de projeto)

Com relação aos pontos positivos, as percepções foram diversas, reforçando o quanto importante é um espaço público e gratuito com a qualidade que o parque entrega, contribuindo para a qualidade de vida da população. Além disso, parte dos moradores de Juiz de Fora e um visitante do Rio de Janeiro consideram o parque uma alternativa não apenas para o lazer, mas também um local de pertencimento, convívio e cuidado coletivo.

Com relação aos pontos negativos, o destaque foi para a precariedade dos banheiros e outros problemas de manutenção, a ausência de coleta seletiva e a falta de opções de

alimentos saudáveis no restaurante. É interessante perceber que os problemas encontrados vão ao encontro das percepções dos coordenadores e gestores, tratadas anteriormente.

Ao considerar essas reflexões, fica claro que a gestão do parque precisa focar não apenas em ampliar suas qualidades, como o acesso e a inclusão, mas também em melhorar aspectos estruturais e operacionais, alinhando-se aos valores que busca promover, como sustentabilidade e qualidade de vida. A percepção dos participantes é um reflexo direto da qualidade da gestão, e a manutenção da infraestrutura, junto com a oferta de opções saudáveis e sustentáveis, deve ser uma prioridade para garantir que o parque continue a ser um espaço positivo e acessível para todos.

b) Visitação e participação

Os motivos que levam as pessoas a frequentarem o PMJF, além da participação nos projetos, são variados, mas giram principalmente em torno da busca por bem-estar, lazer e reconexão com a natureza. Muitos entrevistados mencionam que vão ao parque para respirar ar puro, caminhar, passar tempo com a família, participar de atividades físicas e se desligar da rotina estressante da cidade. O ambiente natural e acolhedor é visto como um espaço onde é possível “recarregar as energias” e cuidar da saúde física e mental. Essas motivações reforçam a ideia de que os parques urbanos desempenham papel central não apenas como áreas verdes com influência direta na qualidade ambiental das cidades, mas desempenham também um papel de pertencimento com experiências subjetivas.

“Ver a natureza de uma forma melhor.” (trecho de entrevista com participante de projeto)

“Venho por tudo, lazer com as crianças, venho respirar ar puro, dar uma caminhada, reconectar com a natureza.” (trecho de entrevista com participante de projeto)

Um ponto de melhoria destacado por alguns entrevistados está na comunicação e na divulgação. Muitos consideram que deveriam divulgar mais as iniciativas dos parques.

“Já melhorou muito e falo com propriedade porque estou no parque desde sua inauguração, mas acredito que as redes sociais e propagandas no rádio e na TV poderiam ser intensificadas.” (Fala de um entrevistado).

“Poderia ser mais divulgado, muita gente nem sabe que aqui existe.” (Fala de um entrevistado).

É importante destacar que muitos visitantes associaram a ida ao PMJF à reconexão consigo mesmos, à espiritualidade e ao autoconhecimento, especialmente por meio de práticas como yoga e meditação. Esse aspecto dialoga com o SEC e com a dimensão de bem-estar espiritual que será mais bem enfatizada na sequência deste trabalho. De acordo com Carlos (2011), a autora defende a cidade não apenas como espaço de produção e circulação, mas como cenário de práticas subjetivas e de busca por equilíbrio frente às exigências da vida moderna urbana, e isto vai de encontro com as falas dos entrevistados.

c) Projetos e participação popular

Sobre os projetos e a participação popular nas escolhas dos projetos, em sua maioria, os participantes têm conhecimento sobre outros projetos como a caminhada, alguns projetos esportivos, hidroginástica, natação e outros. Porém, muitos não sabem como essas escolhas são realizadas. Muitos entrevistados relataram desconhecimento sobre os processos de escolha e a estrutura dos projetos oferecidos, embora expressem o desejo de maior participação popular nas decisões das escolhas desses projetos. Desta forma, a ausência de uma divulgação de como são escolhidos os projetos limita o potencial democrático do parque, como defende Sposito (2006), e que a participação cidadã deve ser construtiva na gestão de equipamentos públicos.

“Não, mas acredito que fazem um levantamento do que seria importante para o bairro e a população.” (trecho de entrevista com participante de projeto)

“Acredito que seja feita uma consulta pública.” (trecho de entrevista com participante de projeto)

Além disso, a participação popular também faz referência ao sentimento de pertencimento e valoriza a possibilidade dos visitantes em opinar sobre os projetos, entendendo isso como parte de uma cidade mais democrática e integrada.

“A participação popular é uma ferramenta de integração entre a sociedade e o poder público, sempre muito bom poder opinar e ser ouvido, faz uma cidade para todos de forma verdadeira.” (trecho de entrevista com participante de projeto)

“Com certeza, a participação popular tem grande importância. Por ser um local público, deve ter projetos voltados às necessidades do público.” (trecho de entrevista com participante de projeto)

A partir das falas dos entrevistados, é possível observar uma clara demanda por maior transparência e inclusão nos processos decisórios relacionados aos projetos do PMJF. Embora a maioria tenha conhecimento das atividades oferecidas, muitos demonstram desconhecimento sobre como essas iniciativas são escolhidas. A falta de clareza nas decisões sobre os projetos contribui para a percepção de que os visitantes não têm um papel ativo nas escolhas, o que pode diminuir o engajamento com as atividades propostas.

Entretanto, as declarações sobre ter uma maior participação indicam uma conscientização sobre a importância nas escolhas dos projetos. Nesse sentido, a implementação de práticas de consulta popular e da divulgação dos processos de escolha poderia não apenas aumentar a adesão aos projetos existentes, mas também garantir que as iniciativas atendam de forma mais precisa às demandas da população, promovendo uma gestão mais democrática e integrada ao PMJF.

d) Conexão com a natureza e seus benefícios

A relação dos participantes com a natureza aparece como um eixo central das experiências vividas em parques urbanos e não urbanos. Os visitantes relataram benefícios físicos, emocionais e espirituais, reconhecendo o contato com o ambiente natural como essencial à sua qualidade de vida e bem-estar. A experiência no PMJF é descrita como renovadora, relaxante e terapêutica, sendo associada a práticas de autocuidado e reconexão interior.

“Saúde física e mental, e o quanto ainda devemos preservar porque está tudo muito louco, o medo é trocar de prefeito e acabar e vender isso tudo, o parque vale um dinheirão.” (trecho de entrevista com participante de projeto)

“O som ambiente dos pássaros, e da água, e o toque dos pés na terra ou na grama, complementam a sensação de estar presente no aqui e agora.” (trecho de entrevista com participante de projeto)

Algumas percepções nas falas dos entrevistados como “respiro” ou espaço de “renovação de energia”, aproxima-se das discussões de Tuan (1980) sobre os lugares como

construções afetivas dando sentido e significado a esses lugares, ou seja, os lugares passam a adquirir sentido e significado para os participantes e os visitantes no geral. Além disso, de acordo com Tuan (1980), a natureza é um dos principais elementos formadores de vínculos afetivos. A experiência da paisagem natural contribui para o sentimento de topofilia, ou seja, o amor pelo lugar, que se constrói a partir da vivência, da memória e da subjetividade.

“Venho para me renovar e melhorar minha energia.” (trecho de entrevista com participante de projeto)

“Gosto de ter contato com espaços de natureza, trilhas e áreas verdes. Acho muito importante haver espaços assim na cidade para que, não só eu, como todas as pessoas tenham um respiro em meio à correria do dia a dia.” (trecho de entrevista com participante de projeto)

Essas percepções sobre a relação dos participantes com o PMJF evidenciam o papel fundamental das áreas verdes na promoção do bem-estar físico, emocional e espiritual. A natureza se revela não apenas como um espaço de lazer, mas como um ambiente terapêutico e restaurador que contribui para a renovação das energias e o autocuidado. As falas dos entrevistados, ao descreverem a experiência de estar no parque como um "respiro" ou um momento de "renovação de energia", reforçam a ideia de que o contato com a natureza é um processo afetivo e profundamente significativo.

Essas experiências refletem a importância de se preservar e expandir os espaços verdes nas cidades, uma vez que eles não só oferecem um refúgio do cotidiano agitado, mas também se tornam locais de cuidado e conexão com o interior de cada indivíduo. A valorização da natureza, desta forma, representa um caminho para promover qualidade de vida e fortalecer os laços afetivos com o ambiente urbano.

6. SEC E O PARQUE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

Neste capítulo, serão apresentados os principais projetos escolhidos para a pesquisa desenvolvida no PMJF, com foco nas iniciativas relacionadas aos Serviços Ecossistêmicos Culturais (SEC). A análise será estruturada em três dimensões: a Dimensão lazer e sociabilidade, que abrange as atividades voltadas ao lazer e sociabilização (Parque +60); a Dimensão ecológica e ambiental, que explora a promoção do contato com a natureza e a conscientização ambiental (Visita guiada) e a Dimensão espiritual, que explora as práticas e

atividades relacionadas ao bem-estar espiritual e à conexão com o ambiente natural (Yoga no parque). Em cada uma dessas dimensões, foram entrevistados participantes dos respectivos projetos, a fim de compreender suas experiências, expectativas e desafios enfrentados.

6.1 DIMENSÃO LAZER E SOCIABILIDADE

No âmbito das investigações sobre a dimensão de lazer e sociabilidade, importantes Serviços ecossistêmicos culturais vinculados às áreas verdes, foram realizadas entrevistas com participantes do Parque +60, que tem como objetivo realizar atividades culturais, artísticas e lúdicas para os idosos. O objetivo foi reconhecer as dimensões de bem-estar de Romagosa (2018) que foram adaptadas em Sancho-Pivoto (2022) atreladas ao SEC, que seria o bem-estar social, que de acordo com os autores, evidenciam a importância do bem-estar social no contexto dos parques urbanos, destacando como a interação social e a participação comunitária podem melhorar a qualidade de vida, especialmente para grupos mais vulneráveis, como os idosos.

O grupo demonstrou grande receptividade à pesquisadora. Cada turma é acompanhada por um monitor responsável e apoiada por estagiários. No dia da entrevista com a Turma A, os participantes estavam engajados em uma atividade de pintura com mandalas, sob a orientação dos monitores, que explicavam os significados simbólicos das cores. A atividade, de caráter lúdico, manteve todos os participantes entretidos e envolvidos. Após a atividade, deu-se início às entrevistas. No dia das entrevistas com a Turma B, os idosos estavam tendo uma palestra com um nutricionista. A pesquisadora também foi bem recebida, e as entrevistas também ocorreram posteriormente à palestra.

Com base na metodologia de Bardin (1977), foram priorizadas duas dimensões de análise: a) Contribuições, percepções e expectativas do projeto; b) Desenvolvimento do bem-estar social.

Figura 7: Atividade 1 Parque +60



Fonte: Foto tirada pela autora, janeiro de 2025.

Figura 8: Atividade 2 Parque +60



Fonte: Foto tirada pela autora, janeiro de 2025.

a) Contribuição, percepções e expectativas do projeto

O PMJF tem desempenhado um papel significativo na promoção do lazer e da sociabilidade entre os frequentadores no geral, mas especialmente por meio de projetos que oferecem atividades regulares voltadas à recreação, ao bem-estar e à convivência.

As falas coletadas dos participantes evidenciam o impacto positivo dessas iniciativas na rotina, que relataram experiências marcadas por sentimentos de pertencimento, renovação emocional e fortalecimento de vínculos. Muitos definiram o parque em termos como “amizade”, “convivência” e “alegria”, mostrando que o vínculo é afetivo. Além disso, as atividades promovidas no parque contribuem não apenas para o lazer em si, mas também para o resgate de uma vivência mais comunitária.

“Temos feito uma amizade muito bacana.” (trecho de entrevista com participante de projeto)

“É muito bom ter pessoas da mesma idade que eu, que têm os mesmos pensamentos.” (trecho de entrevista com participante de projeto)

“Muito bom estar num grupo que mesmo com as diferenças tem muito cuidado, bom convívio.” (trecho de entrevista com participante de projeto)

Refletindo sobre essas percepções, a concepção de lazer enquanto direito social e prática cultural é defendido por autores como Dumazedier (1979) e Marcellino (1995), que apontam que o lazer é como um espaço de liberdade, escolha e expressão pessoal, ou seja, é necessário que o ambiente seja agradável e acolhedor, palavras também mencionadas nas entrevistas.

Outro ponto relevante é a percepção de que o projeto atende plenamente às expectativas dos participantes, sendo considerado por alguns como o melhor espaço de lazer da cidade. Isso reforça a importância de políticas públicas que garantam o acesso a esses espaços, os tornando cada vez mais democráticos e acessíveis para todos.

No entanto, algumas falas apontam desafios, como a necessidade de maior divulgação das atividades oferecidas, indo de encontro com falas anteriores nas análises já compreendidas. O projeto Parque +60 abre 50 vagas no total anualmente, dividindo-se em

Turmas A e B, porém, esse número nunca é preenchido. Alguns participantes mencionaram que o projeto sim, já teve um grande número de participantes, mas que foram desistindo ao longo do ano e que deveria ter mais divulgação, muitos idosos ainda se encontram dentro de casa.

Uma fala que chamou a atenção da pesquisadora durante a observação participante da Turma B foi: "Eu não tenho nada para fazer em casa, eu fico em casa e vou arrumar o guarda-roupa." Essa declaração destaca a importância desses projetos para a sociedade, pois promovem a inclusão e a sociabilidade, oferecendo uma alternativa significativa para indivíduos que, de outra forma, poderiam se sentir isolados ou sem propósito.

Além disso, os participantes mencionaram o efeito negativo das redes sociais e das telas. A crítica à presença excessiva de telas e ao isolamento também indica uma valorização do espaço público como alternativa concreta ao afastamento social, especialmente relevante no contexto pós-pandêmico, que intensificou o isolamento de idosos e levou à dependência digital (Sposito, 2020).

"Mais divulgação, sair do celular; muitos idosos em casa amofinado em frente a televisão, abolir o celular; para os jovens também." (trecho de entrevista com participante de projeto)

"Muita gente ainda trabalha dia de semana, não é todo mundo que enfrenta ônibus cheio para vir; deveriam divulgar mais." (trecho de entrevista com participante de projeto)

"Muito bem. Fica muito idoso dentro de casa e isso é ruim. Eles merecem isso aqui." (trecho de entrevista com participante de projeto)

Desta forma, o Parque +60, revela a importância crucial dessas iniciativas na promoção do lazer, sociabilidade e bem-estar dos participantes. As falas dos participantes dos projetos destacam a relevância do espaço como um ponto de encontro onde se formam vínculos afetivos, sendo considerado por muitos como um ambiente que oferece tanto lazer quanto pertencimento.

Entretanto, apesar do impacto positivo, desafios significativos ainda persistem, como a baixa adesão e a necessidade de uma maior divulgação dos projetos. A percepção de que muitos idosos ainda se encontram isolados em suas casas e a crítica ao uso excessivo das

redes sociais e telas reforçam a importância de políticas públicas que garantam o acesso e a visibilidade dessas atividades, ampliando a participação da comunidade.

Por fim, fica claro que, apesar dos avanços, é fundamental o fortalecimento da comunicação e a ampliação da participação no projeto, para que mais idosos possam usufruir de seus benefícios, tornando o Parque Municipal de Juiz de Fora um espaço verdadeiramente democrático, inclusivo e capaz de promover o bem-estar integral da população.

b) Desenvolvimento do bem-estar social.

A presença de sentimentos mencionados pelos entrevistados como “renovação”, “tranquilidade”, “alegria” e “pertencimento” indicam que o projeto Parque +60, desenvolvido no PMJF, contribui diretamente para o bem-estar social dos participantes, se relacionando também à saúde mental e emocional, frequentemente mencionada nas entrevistas.

Além disso, recorrendo ao trabalho de Tuan (1980), percebe-se que o bem-estar está enraizado na relação entre pessoa e lugar, em que o lugar passa a ser um lugar simbólico com afeto e sentimento e isso está diretamente associado à apropriação coletiva e afetiva do espaço público, proporcionando experiências de lazer e sociabilidade.

“Bom convívio, muito importante, alegria, renovação o tempo todo.” (trecho de entrevista com participante de projeto)

“Renovada, ficaria aqui o dia inteiro.” (trecho de entrevista com participante de projeto)

“Impermanência, porque o tempo todo lidamos com coisas que não conhecemos, coletividade, amizade.” (trecho de entrevista com participante de projeto)

Dessa forma, observa-se que o bem-estar proporcionado pelas atividades Parque +60 atende as expectativas dos participantes e tem como objetivo oferecer bem-estar social atrelado a sociabilidade e ao lazer para os idosos. As falas dos participantes revelam que o lazer e a sociabilidade, quando bem oferecidos pelo setor público, fortalecem o sentimento de pertencimento com o PMJF. Experiências como essa reafirmam o valor dos parques urbanos como territórios de encontro no espaço urbano, atuando na promoção de saúde, bem-estar e vínculos afetivos e emocionais.

Figura 9: Turma A



Fonte: Foto tirada pela autora, 2025.

Figura 10: Turma B



Fonte: Foto tirada pela autora, 2025.

6.2 DIMENSÃO ECOLÓGICA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

As investigações sobre a dimensão de serviços ecossistêmicos que versam sobre bem-estar e ecológico, envolvendo benefícios do contato com a natureza e aprendizados decorrentes da visita envolveram entrevistas com participantes do projeto Visita Guiada. Tal projeto ocorre de duas maneiras: como visitação espontânea e como visitação agendada. O enfoque desta pesquisa foi nas visitas espontâneas, visto que em sua maioria, as visitas guiadas são oferecidas para as escolas, e menores de idade não foram o público-alvo da pesquisa.

A visita tem início no ponto de encontro localizado na Praça Central do parque (ver figura 2), com duas sessões semanais, aos sábados e domingos, às 11h e às 15h. Minutos antes

do início, a visita é anunciada pelo sistema de som do parque, permitindo que os visitantes se programem. Os monitores responsáveis por conduzir os participantes ao longo da trilha são provenientes da área de turismo.

Figura 11: Participantes na trilha



Fonte: Foto tirada pela autora, 2025

Figura 12: Caminhando pela trilha



Fonte: Foto tirada pela autora, 202

Os relatos foram divididos em 2 categorias, que de acordo com Bardin (1977) a) Contribuição, percepções e expectativas do projeto; b) Bem-estar ambiental e ecológico, associado aos benefícios do contato com a natureza e aprendizado associado à visita.

a) Contribuição, percepções e expectativas do projeto

As falas dos participantes revelam diferentes percepções sobre a contribuição do projeto para o bem-estar ecológico, vinculado ao contato com a natureza, e ao aprendizado ambiental. Durante as observações, notou-se que alguns participantes expressaram descontentamento com o projeto, enquanto outros fizeram comentários positivos. Por meio de observação não participante, a pesquisadora identificou que grande parte das críticas negativas estava relacionada à condução de um determinado monitor, que foi considerado muito rápido e com poucas explicações.

“Não contribuiu nada. A trilha foi rápida, curta. Vê 3 árvores e só, não teve nada de conscientização ecológica.” (trecho de entrevista com participante de projeto)

Em contrapartida, as respostas positivas foram atribuídas a outros monitores, cuja atuação foi considerada favorável à experiência:

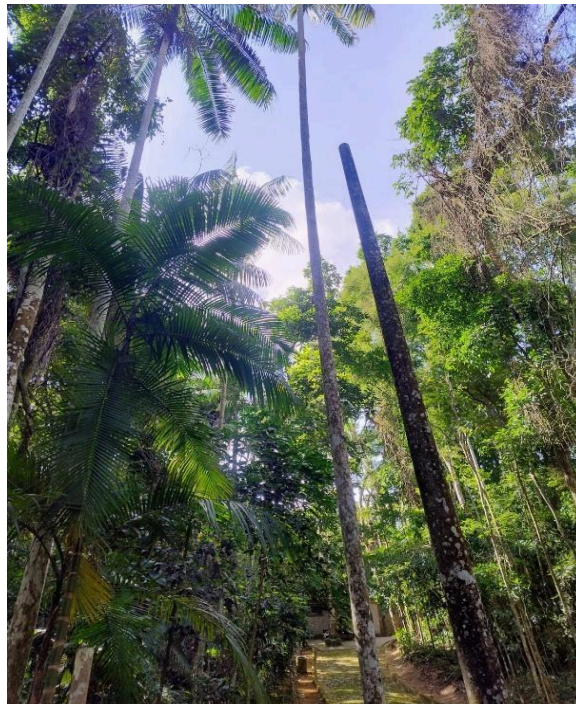
“A trilha contribuiu para fatores que não temos acesso na nossa rotina, como não desmatar, do tipo de árvore, do tipo de equilíbrio ecológico, conhecimento mais amplo, por exemplo, a árvore x tem um contexto naquela cadeia estrutural.” (trecho de entrevista com participante de projeto)

Dessa forma, seria recomendável implementar uma capacitação mais abrangente e estabelecer uma narrativa padrão para as visitas, considerando a diversidade de monitores envolvidos. Isso evitaria a dispersão de informações e garantiria uma experiência mais uniforme e satisfatória para os participantes do projeto.

No entanto, é importante destacar que a visita guiada pela trilha, é finalizada no mirante do bosque do parque, que não ocorreu devido a questões climáticas, especificamente chuvas fortes, que causaram uma ruptura na estrutura que abriga a caixa d'água do parque. Esse imprevisto também impactou o local das aulas de yoga, como será discutido posteriormente.

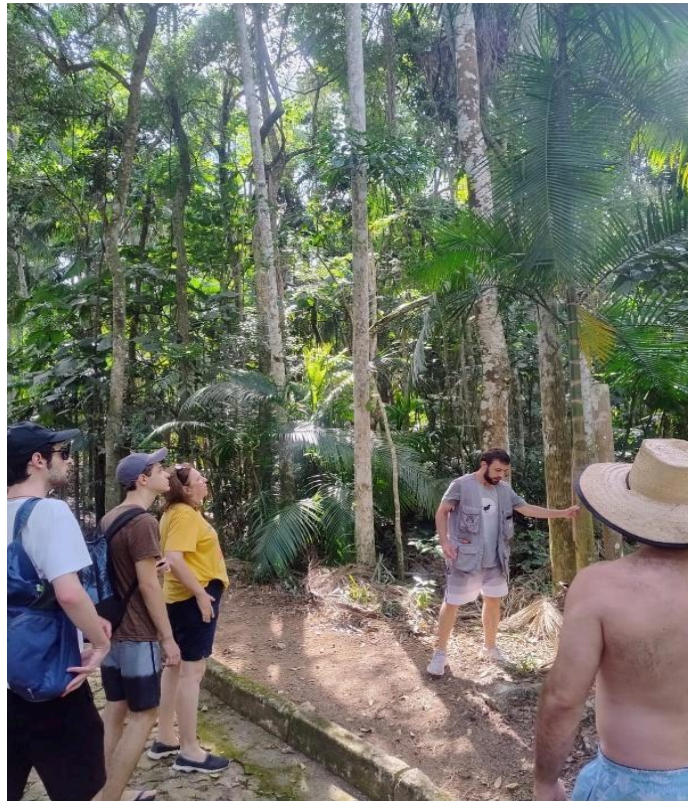
Durante a trilha, foi possível perceber a atuação da educação ambiental de forma profícua. Uma fala destacada por um dos monitores foi sobre a importância de "usar os sentidos", especialmente considerando que o parque está localizado na Mata Atlântica e que, segundo ele, estávamos no período de maior atividade das cobras. Ele descreveu alguns dos animais que habitam as redondezas do parque, como lagartos, tatus, porcos-espinhos, cachorros-do mato e cobras. Além disso, foram mencionados pelo monitor sobre os bioindicadores, como as manchas vermelhas nas árvores conhecidas como líquens, e a baratinha-d'água, que é outro indicador de pureza e preservação da natureza. Outras curiosidades foram apresentadas ao longo da trilha, incluindo a antiga toca de uma onça-parda, que é o segundo maior animal, perdendo apenas para a onça-pintada, e que tinha uma de suas garras marcadas em uma árvore do parque, que infelizmente também foi danificada pelas fortes chuvas. Algumas espécies de árvores puderam ser vistas ao longo da trilha, como a palmeira Jussara, da qual se extrai o palmito de açaí, além de árvores cipós, jaqueiras que foram trazidas de outra localidade, mas que, devido à falta de luz, não conseguem se desenvolver plenamente.

Figura 13: Palmeira Jussara



Fonte: Foto tirada pela autora, 2025

Figura 14: Monitor falando da palmeira



Fonte: Foto tirada pela autora, 2025

Experiências como essas, focadas na interpretação paisagística são fundamentais pois atuam diretamente na formação e educação ambiental. Elas não apenas fornecem informações sobre a natureza, mas também despertam um senso de pertencimento e de responsabilidade ambiental nos participantes. Esse tipo de projeto ajuda a cultivar a conscientização ambiental de maneira mais profunda e eficaz, promovendo a formação de cidadãos mais críticos e engajados com a preservação de seus ambientes naturais.

Figura 15: Placas de proibição



Fonte: Foto tirada pela autora, 2025

Figura 16: Placa de alerta



Fonte: Foto tirada pela autora, 2025

Cumprir mencionar que alguns participantes relataram que a experiência teve um caráter mais contemplativo do que educativa, indicando que há espaço para ampliar a abordagem pedagógica do projeto. De acordo com Loureiro (2004), os parques têm a capacidade de promover uma educação ambiental integral, que envolve dimensões como dimensão cognitiva, afetivas, principalmente estéticas.

“Saúde, sair do centro urbano, contato com a natureza (trecho de entrevista com participante de projeto)”

“Decepção, rapidez e bonita, é bonita.” (trecho de entrevista com participante de projeto)”

Porém, alguns pontos de melhoria foram levantados que poderiam tornar a experiência mais favorável e agradável, como colocar à disposição mais placas explicativas e mais formação ambiental para os monitores.

“Faltou algumas placas de conservação, mais sinalização, mais práticas de uso do parque, sobre a piscina tem mas no parque como um todo, não.” (trecho de entrevista com participante de projeto)”

“Melhor os horários das trilhas, mais divulgação, as pessoas vêm para se divertir; a trilha fica só para quem é curioso, mais técnica científica, um biólogo talvez, plaquinhas.” (trecho de entrevista com participante de projeto)”

Figura 17: Grupo na trilha



Fonte: Foto tirada pela autora, 2025.

Figura 18: Grupo na trilha 4



Fonte: Foto tirada pela autora, 2025.

Desta forma, a diversidade de percepções evidenciada nas entrevistas aponta para a complexidade da experiência oferecida pelos projetos de educação ambiental no PMJF, a Visita guiada. Embora muitos participantes tenham se mostrado satisfeitos com a atividade, destacando a importância do contato com a natureza e o aprendizado ecológico, também

surgiram críticas construtivas sobre a condução das trilhas e a necessidade de aprimoramento na formação dos monitores.

A falta de um padrão de guiamento, devido à variação na atuação dos guias, aponta para a importância de uma padronização na abordagem pedagógica e de uma maior capacitação para garantir que todos os participantes tenham acesso a uma educação ambiental de qualidade. A implantação de melhorias, como sinalização mais clara e mais informações educativas no próprio parque, pode enriquecer a experiência, tornando-a mais acessível e informativa, atendendo assim à diversidade de expectativas e interesses dos participantes.

b) Bem-estar ambiental e ecológico

Apesar das limitações apresentadas por alguns entrevistados, de modo geral, foi possível constatar que a maioria reconhece o papel do parque como um espaço educativo e de sensibilização ambiental, destacando a importância de envolver especialmente as crianças nesse processo. Inclusive, dois participantes do projeto estavam com seus filhos que haviam participado de visitas guiadas com escola e, em decorrência disso, levaram seus cuidadores para também descobrir as curiosidades na trilha. Isso revela a importância da educação ambiental, quando há esse diálogo dentro de casa.

Figura 19: Encantos na trilha



Fonte: Foto tirada pela autora, 2025

Figura 20: Encantos na trilha 2



Fonte: Foto tirada pela autora, 2025.

Além disso, muitos relataram benefícios emocionais e físicos em decorrência do contato com a natureza como: relaxamento, alívio do estresse, melhora na saúde mental e sensação de bem-estar. Há um consenso de que estar em um ambiente natural, bem cuidado e acessível, contribui para a reconexão com a natureza e para uma maior consciência sobre a necessidade de preservá-la.

“Saúde física, mental, relaxar, oportunidade dentro da rotina para ter esses contatos perto da natureza.” (trecho de entrevista com participante de projeto)

“Fuga da rotina, da vida corrida, sair do piloto automático, pensar mais, refletir mais, parar um pouco mais, saúde mental, respirar, contato com as águas, para quem pratica esportes, é bom para a saúde física, como é gratuito é super acessível. Ter acesso ao lazer e contato com a natureza gratuito, relações humanas e relações sociais, tirar momentos de lazer.” (trecho de entrevista com participante de projeto)

Cavalcanti (2010) defende que a importância dos ambientes naturais urbanos para o bem-estar da população, contribui para uma melhor qualidade de vida e qualidade ambiental. Desta forma, o PMJF como facilitador de sociabilidade e com potencial para promover novas formas de experienciar e habitar a cidade, tem como objetivo incentivar mais a prática no próprio parque e ampliar essa prática em outros espaços verdes de Juiz de Fora, especialmente com foco em crianças, famílias e amigos, reforçando o papel dos parques como equipamento público que propicia uma educação ambiental democrática e acessível.

Figura 21: Seiva da árvore



Fonte: Foto tirada pela autora, 2025.

Figura 22: Não alimente os animais



Fonte: Foto tirada pela autora, 2025

6.3 DIMENSÃO ESPIRITUAL

A prática de atividades como o yoga em parques urbanos pode ser vista como uma das vertentes do SEC, proporcionando benefícios que transcendem o plano físico e se expandem para o emocional e o espiritual, sendo essenciais não apenas na interação direta com a natureza, mas também no fortalecimento de vínculos pessoais e sociais, promovendo, assim, uma melhoria significativa na qualidade de vida dos indivíduos (Sancho-Pivoto, 2022). O contato com a natureza e os ambientes urbanos naturais, como os parques, tem mostrado que esses espaços são fundamentais para o desenvolvimento e percepção do bem-estar espiritual, que envolve a reconexão com o eu interior, a espiritualidade, e o fortalecimento de uma sensação de paz e harmonia.

Para esta dimensão, foi escolhido o projeto Yoga no parque, um dos projetos mais antigos que foi implantado ainda em seu primeiro ano de criação. O projeto é realizado em dois domingos por mês, no primeiro e terceiro. As entrevistas foram realizadas em fevereiro e contaram com o maior número de participantes dos três projetos. No entanto, a pesquisadora encontrou dificuldades em realizar as entrevistas, pois a maioria dos participantes estava lá apenas para praticar yoga e depois ir embora. Como era domingo, o ônibus era gratuito, mas com horários limitados, o que fez com que muitos participantes tivessem pressa para ir embora. Apesar disso, foram coletadas 13 entrevistas, o que não comprometeu a compreensão geral do projeto e dos benefícios percebidos pelos participantes. Cada domingo tem uma professora diferente, e 61,53% (8) dos participantes, de acordo com o perfil, frequentaram a prática pela primeira vez.

O Yoga no parque era originalmente realizado no mirante do bosque, um local silencioso e tranquilo localizado no final do parque, de difícil acesso devido à trilha que os visitantes precisavam percorrer com autorização e supervisão dos monitores (ver figura 6). No entanto, devido às fortes chuvas mencionadas anteriormente, as atividades de yoga precisaram ser transferidas para uma das quadras próximas ao conjunto vila (ver figura 6). No primeiro domingo, a prática foi realizada na sala onde normalmente acontecem as atividades dos idosos

do projeto Parque +60, pois estava chovendo no dia, e apenas a finalização da prática pôde ser feita do lado de fora.

Figura 23: Yoga grupo 1



Fonte: Instagram PMJF, 2025.

Figura 24: Prática de yoga grupo 1



Fonte: Instagram PMJF, 2025.

Já no terceiro domingo, a prática foi realizada na quadra, contribuindo de maneira ainda mais eficaz o contato da prática no meio natural.

Figura 25: Yoga grupo 2



Fonte: Instagram PMJF, 2025.

Figura 26: Prática de yoga grupo 2



Fonte: Instagram do PMJF, 2025.

Figura 27: Visão yoga grupo 2



Fonte: Instagram PMJF, 2025.

Os relatos foram analisados a partir de duas dimensões principais de investigação: a) contribuição, percepções e expectativas do projeto; b) Desenvolvimento e percepção do bem-estar espiritual.

a) Contribuição, percepções e expectativas do projeto

O conjunto de falas evidência como as práticas desenvolvidas pelo PMJF têm favorecido não apenas o lazer, bem-estar físico e bem-estar ambiental dos participantes, mas também dimensões mais sutis e subjetivas da experiência humana, como a espiritualidade. O espaço natural, aliado a práticas como o yoga e a meditação, atuam como fatores que proporcionam um processo de reconexão consigo mesmo, com o outro e com a natureza, favorecendo estados de contemplação, introspecção e equilíbrio.

Muitos dos participantes relataram que o contato com a natureza oferecido pela prática do yoga proporciona momentos de introspecção, paz e conexão com o divino ou consigo mesmos.

“O contato com a natureza faz a prática de Yoga ter mais sentido. Por ter sentido, também quero dizer que é mais fácil se lembrar que somos parte integrante da natureza, e nos sentirmos um com o universo.” (trecho de entrevista com participante de projeto)

“Proporcionar um espaço de prática e reflexão, fortalecendo minha conexão interior e com o divino, trazendo mais paz e equilíbrio à minha jornada.” (trecho de entrevista com participante de projeto)

Há também uma valorização do ambiente natural como espaço de acolhimento, central para a geração de benefícios espirituais e de reconexão vinculados à prática do yoga. De forma geral, segundo os participantes, o projeto atende às expectativas propostas, sendo que para alguns participantes, aproximadamente 15,38%, a prática fortalece uma relação espiritual já existente, enquanto outros apontam que não têm expectativas nesse sentido, mas reconhecem os benefícios indiretos.

“A prática da yoga toca em aspectos da espiritualidade, mas os encontros são na medida certa pois não penso que esse deveria ser o foco.” (trecho de entrevista com participante de projeto)

“Não muito, não sou uma pessoa espiritualizada, então tenho outros focos na prática.” (trecho de entrevista com participante de projeto)

Além disso, a interação com a natureza, promovida pelos parques urbanos, favorece um ambiente que é mencionado pelos entrevistados como um espaço de introspecção, meditação e reflexão, elementos essenciais para a jornada de autoconhecimento e desenvolvimento espiritual. O contato com o verde e com ambientes naturais proporcionado pelo PMJF é percebido como uma oportunidade única para fortalecer a conexão com o interior de cada indivíduo, possibilitando momentos de paz e harmonia (Sancho-Pivoto, 2020). Assim, a natureza atua como um potencializador dos benefícios do yoga, promovendo o equilíbrio emocional e espiritual dos participantes.

b) Desenvolvimento e percepção do bem-estar espiritual.

O contato com o meio natural é associado ao relaxamento, à paz interior e ao fortalecimento da dimensão espiritual e seu bem-estar, especialmente em contextos urbanos marcados pela aceleração do tempo e rotina agitada. Importante destacar que a espiritualidade aqui não é necessariamente ligada a uma religião ou religiosidade, mas a um sentimento mais amplo de conexão, de harmonia com o mundo e com o próprio ser. Essa vivência está alinhada com a ideia de espiritualidade como dimensão humana essencial.

“Superou minhas expectativas, pois foi muito gratificante e me colocou em contato com meus pilares do corpo físico, emocional, mental e especialmente energético.” (trecho de entrevista com participante de projeto)

“Papel importante demais eu falo que as pessoas estão muito doentes seja espiritual, do corpo e da mente e o parque nos proporcionando esse lazer diferenciado ajuda muito nesse equilíbrio.” (trecho de entrevista com participante de projeto)

Além disso, o conceito de bem-estar espiritual, como abordado por Romagosa (2018), inclui a noção de que os espaços naturais e os SEC oferecem um ambiente propício para a prática espiritual, sendo um espaço em que os indivíduos podem se reconectar consigo mesmos, com os outros e com o ambiente que os cerca. As atividades realizadas nesses espaços, como as práticas de yoga, geram um alinhamento entre o corpo, a mente e o espírito.

Os participantes indicam que a prática de yoga no PMJF oferece mais do que um simples exercício físico, é uma vivência que conecta os indivíduos com uma sensação de propósito e significado, o que ressoa com as perspectivas de Romagosa (2018) sobre o bem-estar espiritual.

“Enquanto pessoa que faz uso da terapia cognitivo-comportamental por conta da ansiedade, sinto-me com mais vontade de participar do projeto, pois foi um momento belo, prazeroso e muito relaxante.” (trecho de entrevista com participante de projeto)

“Me sinto mais em sintonia com meu eu interior, com uma maior compreensão de mim mesma. O relaxamento e a introspecção proporcionaram um espaço de paz e autoconhecimento, fortalecendo meu equilíbrio emocional e mental.” (trecho de entrevista com participante de projeto)

É possível afirmar que o bem-estar espiritual, promovido pela interação com a natureza e pela prática de atividades como o yoga, contribui diretamente para a promoção de uma vida mais equilibrada, com uma saúde mental fortalecida e uma maior conexão com o meio ambiente. Além disso, contribuem para o fortalecimento da saúde mental, da

autorreflexão e do autocuidado, dimensões fundamentais em tempos de crescente adoecimento emocional nas cidades (Sato e Loureiro, 2019).

Além disso, reafirma-se o valor dos SEC como instrumentos de promoção de uma vida urbana mais sustentável e humana, capaz de integrar o ambiente urbano a aspectos subjetivos como o afeto. A experiência no PMJF mostra que parques urbanos, quando bem manejados e administrados, oferecem uma diversidade de SEC que podem ser explorados de maneira plena, promovendo não apenas o lazer e o bem-estar físico, mas pertencimento e responsabilidade socioambiental.

Assim, o PMJF demonstra na prática o papel fundamental dos parques urbanos enquanto territórios de promoção de saúde integral, qualidade de vida e desenvolvimento da consciência ecológica.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As áreas verdes urbanas assumem na contemporaneidade, um papel central na promoção da qualidade de vida nas cidades. Os parques como centralidade desta pesquisa, não são apenas espaços de lazer e recreação, mas também representam territórios de refúgio e “respiro” diante do caótico cotidiano urbano, como locais de encontro, contemplação, cura, espiritualidade e pertencimento. Além disso, oferecem benefícios físicos, psicológicos, sociais e simbólicos à população.

Essas áreas representam, assim, uma forma de garantir direito à cidade, ao bem-estar e ao meio ambiente equilibrado, reforçando a necessidade de políticas públicas que garantam sua preservação, ampliação e democratização. As áreas verdes, portanto, revelam-se como elementos estratégicos para o desenvolvimento urbano sustentável e para a construção de cidades mais justas, saudáveis e inclusivas.

A partir da análise das práticas e percepções dos participantes dos projetos oferecidos pelo PMJF, ancorados em experiências voltadas à prática de yoga, trilhas guiadas de educação ambiental e atividades para terceira idade, ficou evidente a importância dessa área verde urbana como espaço que promove benefícios para o bem-estar físico, mental, social e espiritual dos usuários. A pesquisa demonstrou que os projetos como o Yoga no parque, Visitas guiadas e o projeto Parque +60 contribuem, para muitos dos participantes, para o fortalecimento de seus vínculos com a natureza, proporcionando momentos de introspecção e conexão com o meio ambiente, além de favorecer o equilíbrio psicológico e o alívio do estresse, e mais cidadania ecológica e preservação.

Cabe destacar que os dados analisados nesta pesquisa referem-se a um grupo específico de participantes vinculados a projetos desenvolvidos no Parque Municipal de Juiz de Fora. Com isso, as reflexões construídas baseiam-se em um recorte específico, voltado a compreender as contribuições do parque sob a ótica de usuários diretamente envolvidos em suas atividades. Para estudos futuros, recomenda-se a ampliação da amostragem, incluindo um público mais diverso, o que poderá enriquecer a compreensão dos múltiplos efeitos do parque sobre o bem-estar de seus frequentadores.

É possível afirmar que o PMJF se configura como um exemplo bem sucedido de prestação de serviços ecossistêmicos culturais a partir da visão de seus frequentadores, o que reforça a hipótese inicial desta investigação de que o Parque Municipal representa não apenas um espaço de esporte, lazer e recreação, mas um ambiente que promove o autoconhecimento, espiritualidade e cidade ecológica para seus visitantes. O contato direto com a natureza, seja através da trilha, da prática de yoga ou das visitas guiadas, proporciona aos participantes um contato maior com o meio natural, o que possibilita a redução de diversos problemas de ordem física, emocional e mental, como evidenciado pelas falas dos entrevistados.

A pesquisa também permitiu observar que, além do benefício individual, os projetos proporcionam um senso de coletividade, de pertencimento a um espaço público e, conseqüentemente, de respeito ao meio ambiente. Tais práticas são fundamentais para a criação de uma cultura de conservação ambiental e de valorização dos SEC, que são essenciais para o bem-estar coletivo e para o desenvolvimento de cidades sustentáveis, principalmente atualmente com as crises climáticas e pós pandemia do COVID-19. Além disso, a análise do perfil socioeconômico dos participantes revelou que o parque atrai um público diversificado, mas com destaque para a população de adultos e idosos, a maioria pertencente à classe trabalhadora e com renda média de até 3 salários mínimos, o que evidencia o papel dessa área verde como um espaço público, de lazer e sociabilidade que se caracteriza pelo seu caráter democrático e inclusivo.

Dessa forma, é imprescindível que o PMJF, assim como outros espaços públicos urbanos de Juiz de Fora sejam reconhecidos e valorizados não apenas pelo seu papel de lazer, esporte, cultura e turismo, mas também como fomentadores de bem-estar social, ambiental e espiritual. A pesquisa também traz à tona o potencial desses espaços como iniciativas de uma maior conscientização ambiental, convidando a sociedade a refletir sobre sua relação com a natureza e a importância da sua preservação para as futuras gerações.

Importante destacar que essa atual gestão da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora tem se preocupado com esses espaços verdes e com outros projetos de outros parques para serem planejados e inaugurados¹⁶.

¹⁶ Disponível em:

<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2022/05/25/zema-anuncia-a-criacao-do-parque-estadual-mata-do-krambeck-em-juiz-de-fora.ghtml> Acesso em: 13 de abr. 2025.

E é importante ressaltar que a comunicação pode ser ainda mais ampliada para todos os públicos, principalmente para o projeto Parque +60 que não consegue preencher sua capacidade máxima de participantes. Diante dos resultados encontrados, torna-se pertinente sugerir algumas melhorias nos projetos e práticas desenvolvidos pelo Parque Municipal de Juiz de Fora, a fim de potencializar os benefícios já evidenciados.

Observou-se, por exemplo, que o projeto Parque +60 não alcança sua capacidade máxima de participantes, o que indica a necessidade de ampliar as estratégias de divulgação, bem como realizar escutas com o público idoso para compreender possíveis barreiras de acesso. Da mesma forma, recomenda-se a criação de novas iniciativas voltadas para outros grupos etários, especialmente crianças, adolescentes e jovens adultos, promovendo ações intergeracionais que reforcem a democratização do acesso ao parque. Além disso, os relatos de experiências espirituais, introspectivas e de reconexão com a natureza apontam para a oportunidade de expandir essa dimensão simbólica, por meio de atividades como a meditação ou algo sensorial.

Esta pesquisa, ao evidenciar a importância dos SEC prestados pelo PMJF, oferece informações relevantes tanto para o campo acadêmico quanto para a formulação de políticas públicas. Ao analisar as percepções, usos e significados atribuídos ao parque pelos participantes dos projetos, o estudo contribuiu para um entendimento mais amplo e sensível sobre como áreas verdes urbanas impactam positivamente o bem-estar físico, mental, espiritual e social da população. Tais evidências podem servir de base para outras pesquisas que pretendem aprofundar a relação entre natureza e sociedade no espaço urbano.

Além disso, os resultados obtidos podem orientar o poder público na tomada de decisões mais eficazes, promovendo a ampliação de projetos semelhantes em outros parques e espaços livres da cidade, com foco na inclusão social e na sustentabilidade. Nesse sentido, o PMJF pode se tornar uma referência local e regional de gestão integrada e case de sucesso.

Por fim, as reflexões e os dados apresentados sugerem a necessidade de expandir a oferta de projetos por meio de uma divulgação mais ampla, proporcionando mais oportunidades para a população se beneficiar dos SEC. Além disso, destaca-se a relevância de integrar práticas de conservação ambiental no planejamento urbano, para que as áreas verdes possam continuar cumprindo sua função de promover a saúde e o bem-estar das populações urbanas, enquanto contribuem para a sustentabilidade das cidades.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, D.C e ROMEIRO, A.R. **Serviços ecossistêmicos e sua importância para o sistema econômico e o bem-estar humano**. Campinas: Instituto de Economia, Unicamp, IE/UNICAMP n. 155, fev. 2009.

AUSTRALIAN GOVERNMENT DEPARTMENT OF AGRICULTURE, WATER AND THE ENVIRONMENT. **National Urban Green Infrastructure Strategy**. 2020.

AUSTRALIAN GOVERNMENT DEPARTMENT OF HEALTH. **Benefits of Nature-Based Solutions: Forest Bathing and Urban Parks**. 2019.

BOTTO, I.; ARAÚJO, M.; CARVALHO, M. **Turismo e Educação Ambiental no Parque Municipal de Juiz de Fora**. Revista Casa D'Italia, v. 3, n. 29, 2022

BARÓ, F. et al. **Contribution of ecosystem services to air quality and climate change mitigation policies: The case of urban forests in Barcelona, Spain**. *AMBIO*, v. 48, p. 236–249, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde: PNaPS**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude.pdf. Acesso em: 6 abr. 2025.

BRITO, Ana Lúcia Nogueira de Paiva; PESSOA, Zoraide Souza. **Crise climática, cidades e reforma urbana: estado da arte de estudos e pesquisas**. Cad. Metrop., São Paulo, v. 25, n. 58, pp. 797-804, set/dez 2023 <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2023-5801>.

BRITO, Mónica Belchior Morais de - **Turismo, saúde e bem-estar: um mar de oportunidades no Município de Sines**. Cadernos de Geografia. Nº 34 , 2015.

BUCKERIDGE, M. S. *Biotecnologia e sustentabilidade*. São Paulo: Oficina de Textos, 2012.

CAMPOS, J. C. B.; SILVEIRA, J. A. R. da; SILVA, G. J. A. da; LIMA, E. R. V. de; BARROS FILHO, M. N. M.; DANTAS, N. F. B. F. **Proposta de avaliação da qualidade de vida e do bem-estar em áreas verdes urbanas**. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 97-115, jul./set. 2021. ISSN 1678-8621 Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído. <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-86212021000300540>

CANADIAN PARKS COUNCIL. **Nature-Based Recreation and Health Benefits**. 2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A "Geografia Urbana" como disciplina: uma abordagem possível**. Revista do Departamento de Geografia – USP, Volume Especial 30 Anos (2012), p. 92-111.

CARLOS, Ana Fani A. **A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista**. Crise urbana. Tradução. São Paulo: Contexto, 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, A. F. A. **Segregação socioespacial e o "Direito à Cidade"**. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 24, n. 3, p. 412-424, 2021. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2020.177180. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/177180>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2010.

CAVALHEIRO, F.; DEL PICCHIA, P.C.D. **Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento**. In: Anais, 1º Congresso Brasileiro sobre Arborização Urbana e 4º Encontro Nacional sobre Arborização Urbana. Vitória, ES, 1992. p. 29-38.

COSTA, Raíssa Lima. **Valoração Parcial das Funções e Serviços Ecológicos do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas, Goiás**. 2016. 44 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso - Graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária), Escola de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

CONSORTI, G. F. R., MARIANO, G. T., PRADO, H. M., & Cardoso-Leite, E. (2021). **Percepção sobre serviços ecológicos e áreas protegidas em uma microbacia com interface urbano-rural (Boituva, SP)**. Revista Brasileira De Ecoturismo (RBEcotur), 14(5). <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2021.v14.12847>

CHAGAS, Vívian Calisto. **A influência das áreas verdes urbanas para a saúde e bem-estar: o caso do Parque Natural Municipal da Lajinha em Juiz de Fora- Minas Gerais**. Trabalho de conclusão do curso de Turismo, UFJF. Juiz de Fora, 2021.

CUNHA, AA; RODRIGUES, CGO; SANCHO-PIVOTO, A.; CASALS, F. R. **A conexão com a natureza em parques urbanos brasileiros e sua contribuição para o bem-estar da população e o desenvolvimento infantil**. Sociedade & Natureza, [S. l.], v. 34, n. 1, 2022.

CUNHA, Licínio. **“Turismo de Saúde – conceitos e mercados”**. REVISTA LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS Estudos e Ensaaios, 2006.

DADOS, N. CONNELL, R. The Global South. **American Sociological Association**. v. 11, n. 1, p. 12-13, 2012.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

EUROPEAN COMMISSION (EC) (2015). **Horizon 2020 expert group on Nature-based policy agenda for nature-based solutions & re-naturing cities**. Brussels. Disponível **solutions and re-naturing cities**. Final Report: Towards an EU research and innovation em: <<https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/fb117980-d5aa46df-8edc-af367cddc202>>. Acesso em 27/08/2024.

FERNANDES, Rodrigo; HIGUCHI, Maria Inês. **Espaço e política: uma abordagem crítica**. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

FLORENCIO, B. O. G., MENEZES da Silva, C. E., & da CRUZ NETO, C. C. (2022). **Valoração de serviços ecossistêmicos culturais em parques urbanos com diferentes contextos sociais na cidade do Recife (PE)**, Brasil. Revista Brasileira De Ciências Ambientais (RBCIAMB), 57(3), 442–450. <https://doi.org/10.5327/Z2176-94781336>

FLORES, M. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento** – uma visão do estado da arte. Santiago, Chile: RIMISP, 2006. Disponível em:
http://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4069_FLORES_M_Identidade_Territorial_como_Base_as_Estrategias_Desenvolvimento.pdf

GAMARRA, N. C.; MALHADO, AC. M.; CORREIA, R. A. C; BRAGNOLO, C. CAMPOS-SILVA, JV.; JEPSON, P. & RICHARD, J. L., **Assets em Áreas Protegidas: Estudo de Caso em Áreas Úmidas**. Revista Biodiversidade Brasileira. Diagnóstico e Manejo de Áreas Úmidas em Áreas Protegidas, v. 9 n. 2 (2019).

GOVERNMENT OF CANADA. **Green Infrastructure Fund**. 2021.

HARVEY, D. **O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas**. Espaço e Debates, v.6, p.7-14, 1982.

HARLEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HARLEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARLEY, D. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **Condicionantes sociais do espaço urbano**. São Paulo: Loyola, 2012.

IPBES. **Global assessment report on biodiversity and ecosystem services**. Bonn: IPBES Secretariat, 2019.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: **La production de l'espace**. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: 2006.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Centauro Editora: São Paulo, 2011. Disponível em: https://monoskop.org/images/f/fc/Lefebvre_Henri_O_direito_a_cidade.pdf Acesso em: 5 nov. 2023.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução: D. Nicholson-Smith. Oxford: Blackwell, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEMIEUX, C., EAGLES, P., SLOCOMBE, D.; DOHERTY, S., ELLIOT, S. & MOCK, S. **Human health and well-being motivations and benefits associated with protected area experiences: An opportunity for transforming policy and management in Canada**. Parks, 18 (1), 71-85. 2012.

LIMA, V.; AMORIM, M. C. C. T. A Importância das áreas verdes para a Qualidade Ambiental das Cidades. **Revista Formação**, n. 13, 2006.

LIMONAD, E. **Crise da cidade, crise na cidade**. Dominação e apropriação na luta por um espaço urbano/ organizado por Márcio Piñon de Oliveira, Flávia Elaine da Silva Martins, Letícia de Carvalho Giannella. – Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LONDE, P. R.; MENDES, P. C. **A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana**. Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, v. 10, n. 18, p. 264 - 272, 25 jul. 2014.

LOPES, João; COSTA, Maria. **Planejamento urbano e sustentabilidade**. Recife: UFPE, 2017.

LOUREIRO, Carlos Frederico **Bernardo**. **Educação ambiental: repensando o espaço educacional**. São Paulo: Cortez, 2004.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques Urbanos no Brasil = Brazilian Urban Parks** – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010 – Coleção Quapá. Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/tpovs7vpk0v28m7/MACEDO_SAKATA_ParquesurbanosnoBrasil_bx.pdf?dl=0> Acesso em: 26 jul. 2023.

MADEIRA, Rogério. **Parque urbano e serviços ecossistêmicos culturais: um estudo sobre o Parque Natural Municipal da Lajinha no município de Juiz de Fora – Minas Gerais**. Repositório Institucional UFJF. Dissertação de Mestrado. 2023.

MAGNOLI, M. M. **O parque no desenho urbano**. Paisagem e Ambiente, (21), 199-213. (2006) Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i21p199-213> Acesso em: 27 jul. 2023.

MALLER, C., HENDERSON-WILSON, C.A., PRYOR, L., PROSSER, L., & MOORE, M. **The health benefits of contact with nature in a park context – A review of relevant literature** (2nd ed.). Melbourne, Australia: Deakin University – School of Health and Social Development, Faculty of Health, Medicine, Nursing and Behavioural Sciences, 2008.

MANTOVANI, W. Relação homem e natureza: raízes do conflito. **Gaia Scientia**, v. 3, n. 1, 2009.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação**. Campinas: Autores Associados, 1995.

MARCUS, George et al. **Antropologia e espaços urbanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MARTINS, José de Souza et al. **Sociologia e espaço urbano**. São Paulo: Hucitec, 2020.

McCOWN, Margaret et al. **Urban studies and planning**. New York: Routledge, 2019.

MENEZES DA SILVA, C.E; NETO, C.C.C; BEZERRA, A. C. V.; RODRIGUES, R.H. A.; FLORENCIO, B. O. G. **Valoração de serviços ecossistêmicos culturais como estratégia**

para o planejamento urbano. Revista Iberoamericana de Economía Ecológica Vol. 35, No. 1: 19-35 (2022)

MELO, M. I. O.; DIAS, K. S. **Parques Urbanos: Práticas de Lazer e de Turismo.** *In:* IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 2012, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: ANPTUR, 2012.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT (MEA); WORLD RESOURCES INSTITUTE (WRI). **Ecosystems and human well-being:** opportunities and challenges for business and industry. Washington, DC: Island Press; 2005.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT (MEA). **Ecosystems and Human Well-being: Synthesis** Washington, DC: Island Press; 2005.

NAVES, J. G. P.; BERNARDES, M. B. J. A relação histórica homem/natureza e sua importância no enfrentamento da questão ambiental. **Geosul**, v. 29, n. 57, 2014.

OLIVEIRA, Leonardo Dias. **Geografia Urbana e desenvolvimento sustentável: notas acerca da reestruturação especial contemporânea.** Geografia Urbana: ciência e ação política / Organizadores: Floriano José Godinho de Oliveira et al.[organizadores]. – Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

OLIVOS, Pablo; CLAYTON, Susan. **Psicologia ambiental e comportamento urbano.** Madrid: Editorial Síntesis, 2017.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Relatório mundial de saúde urbana.** Genebra: OMS, 2016.

PINTO, Ricardo. **Cidades e meio ambiente.** Lisboa: Edições 70, 2019.

RAASCH, W. G.; NARDES, A. M. M. Análise Conceitual e Histórica dos Parques Urbanos: Identificação de Cenários Aptos em Rondonópolis-MT. *In:* CORETTE, M. **Múltiplos olhares sobre a biodiversidade** – vol. V. Cuiabá: EdUFMT; Carlini & Caniato Editorial, 2017. p. 339-355.

RAIMUNDO, Sidnei; SARTI, Antonio Carlos. **Parques urbanos e seu papel no ambiente, no turismo e no lazer da cidade.** Revista Iberoamericana de Turismo–RITUR, Penedo, vol. 6, n.2, p. 3-24, 2016.

RAIMUNDO, Sidnei; SARTI, Antonio Carlos. **Parques urbanos como elemento de valorização do espaço a partir de atividades de lazer e turismo.** Geograficidade | v.9, n. 2, Inverno 2019.

SAKATA, F. G. **Parques Urbanos no Brasil – 2000 a 2017.** 2018. 348 p. Tese (Doutorado - Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SANCHO-PIVOTO, A.S.; RAIMUNDO, S. (2022). **As contribuições da visitação em parques para a saúde e bem-estar.** Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, São Paulo, 16, e-2546. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2546>.

SANCHO-PIVOTO, A., DEUS, J. **Áreas Protegidas e Ambientes Urbanos: novos significados e transformações associados ao fenômeno da urbanização extensiva.** Sociedade & Natureza, v. 27, p. 223-238. 2015 <https://doi.org/10.1590/1982-451320150203>

SANCHO-PIVOTO, Altair; RAIMUNDO, Sidnei; ALVES, Alexandre Fonseca; TONE, Raphaella de Lima Alvarenga. **Serviços Ecossistêmicos Culturais em Áreas Protegidas: Uma revisão de literatura.** | CULTUR - v. 16, n. 01 (2022) | ISSN: 1982-5838.

SANCHO-PIVOTO, A.; RAIMUNDO, S. **Parques, populações locais e serviços ecossistêmicos culturais.** GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 27, n. 2, p. e-196770, 2023. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2023.196770. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/196770>. Acesso em: 22 fev. 2024.

SANTANA, P.; COSTA, C.; SANTO, R.; LOUREIRO, A. O Papel dos Espaços Verdes Urbanos no Bem-Estar e Saúde das Populações. **Revista de Estudos Demográficos**, n. 48, 2010.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton; FERREIRA, João. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 2021.

SARTORIO, L. F.; FRANZ, J. C. A Interpretação da Cultura na Geografia: Origem, Identidades e Códigos Culturais. **Revista Caminhos de Geografia**, v. 24, n. 93, 2023.

SATO, Michèle; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação ambiental e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2019.

SCHERER, L. C.; FERREIRA, A. E. M. A Importância dos Espaços Verdes nas Urbes e suas Funcionalidades Socioeconômicas e Ambientais. **Revista Educação, Saúde e Ciências do Xingu**, v. 1. n. 6, 2024.

SILVA, Alessandra G. **Importância das áreas verdes para o bem-estar: estudo de caso no Sesc São Paulo** / Alessandra Gonçalves da Silva – Nazaré Paulista, SP: 2017.

SILVA, Ana; MENEZES, Bruno. **Desenvolvimento urbano e inclusão social**. Salvador: EDUFBA, 2018.

SILVA, Carlos; SCHERER, Daniela. **Planejamento urbano participativo**. Florianópolis: UFSC, 2021.

SOARES, Aline; MACHADO, Fernanda; GULARTE, Yohana; BORGES, Deise Viviani Becker. **Importância dos parques urbanos para promoção da qualidade de vida dos indivíduos**. Disciplinarum Scientia. Série: Sociais Aplicadas. Santa Maria, v.15, n .2, p. 243-257. 2019.

SOUZA, Adria de Lima; MEDEIROS, Josiane de Souza; ALBUQUERQUE, Dayse da Silva; HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto. **Parque Verde Urbano como Espaço de Desenvolvimento Psicossocial e Sensibilização Socioambiental**. Porto Alegre, v. 46, n. 3, pp. 301-310, jul.-set. 2015.

SOUSA, A. W. P.; SOUSA, A. P. W. P.; SOUSA, C. P. Revisão Bibliográfica: influência das áreas verdes para a saúde física e mental. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA**, v. 13, n. 2, 2022.

SOUSA, Maria; SILVA, Pedro. **Cidades sustentáveis**. Brasília: UnB, 2019

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no estado de São Paulo**. 2004. Tese (Livre Docência) Faculdade de Ciência e Tecnologia –UNESP, Presidente Prudente, pp-31-43.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Geografia e ensino: reflexões e práticas**. São Paulo: Contexto, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Espaço urbano e cidadania**. São Paulo: Contexto, 2020.

TRAJBER, Rachel. **Educação ambiental e cidadania**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2018.

TRATALOS, J. et al. **Urban form, biodiversity potential and ecosystem services. Landscape and Urban Planning**, v. 113, p. 62–69, 2016.

TZOULAS, K. et al. **Promoting ecosystem and human health in urban areas using Green Infrastructure: A literature review. Landscape and Urban Planning**, v. 81, n. 3, p. 167–178, 2007.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980

VILLAÇA, F. **Segregação urbana e desigualdade**. Estudos Avançados, 25 (71), 37-58. São Paulo (2011) Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10597>.

9. APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de Entrevista com gestores e coordenadores



ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA JUNTO AOS COORDENADORES E GESTORES DO PARQUE MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

1. Qual foi a principal motivação para a criação do parque?
2. Houve algum desafio em relação à criação do parque no sentido de que antes aquele local era um espaço privado e agora é um espaço público?
3. O parque conseguiu atingir as expectativas em relação a sua criação? Em que sentido?
4. Quais os papéis desempenhados pelo parque para o município atualmente? E para os moradores?
5. Quais os desafios que se apresentam à atual gestão do parque?
6. Quais os desafios e as possibilidades na execução dos projetos?
7. Existem outros parceiros externos que contribuem na execução dos projetos?
8. Como funciona a gestão tripartite do parque? Todas as secretarias se envolvem nas decisões igualmente? Quais os principais desafios encontrados?
9. Existiu/existe participação da sociedade civil nas escolhas das iniciativas e dos projetos?
Comente.

1. Qual foi a principal motivação para a criação do parque?

“O diretor regional do SESC apresenta a ideia da cessão do espaço para o município de Juiz de Fora, esse movimento foi realizado em mais outras 8 cidades de Minas, umas aceitaram e outras não. Foi oferecido para o antigo prefeito de Juiz de Fora e o relato de antigos funcionários é de que ele nem deu ideia, não quis ouvir. O objetivo é **oferecer esporte e lazer para toda a população.**”

“A atual prefeita teve esse desafio para desenvolver esse aparelho, oferecendo esse aparelho ao **esporte e lazer com a intenção de diminuir a desigualdade.** Aquele cidadão que tem acesso ao lazer pode frequentar clubes. **E quem não tinha esse acesso, agora pode utilizar esse espaço de forma gratuita. Primeira piscina pública de Juiz de Fora, nem em Belo Horizonte tem.**”

“**Oferecer lazer para a população de Juiz de Fora.** A equipe do parque foi montada em janeiro de 2022. E a partir de março foram lançados os projetos do parque, porque até então ele estava recebendo visitas espontâneas.”

“Mais um **local verde de opção para a cidade.** É o **único espaço que tem área verde, e esse espaço geográfico com a possibilidade e práticas esportivas com as quadras, e incentivar a população a ter hábitos saudáveis também, através dos projetos esportivos, ajudando na melhoria de qualidade de vida.**”

“Mais uma opção de lazer para a população. Nenhum outro lugar em Juiz de Fora, tem. No parque você junta cultura, esporte, lazer e turismo.”

2. Houve algum desafio em relação à criação do parque no sentido de que antes aquele local era um espaço privado e agora é um espaço em uso público?

“O maior desafio é que esse é um aparelho de quase 40 anos. A **maior dificuldade é de gestão, foi criado tudo do zero.**”

“Muitas pessoas chegavam e perguntavam [Quanto tinha que pagar para entrar?], principalmente os moradores ao redor, eles ficavam acuados e levavam um choque quando sabiam que o parque era de graça. E que todos os projetos são de graça, antes tinha cobrança da churrasqueira e de ensaios fotográficos pelo último secretário de turismo com a nova gestão em 2025, tudo é gratuito.”
“Sim, houve. Muitas pessoas vêm e ainda não sabem que é tudo gratuito, os projetos durante a semanas, por mais que seja divulgado nas mídias ainda tem essa questão de acessibilidade porque o parque é longe o que facilita é o ônibus de graça aos domingos. A visitação ao domingo é 4x maior do que os outros dias, até que o próprio sábado. É exponencial”
“Sim, tiveram alguns desafios no começo porque as pessoas ainda achavam que eram o SESC, tivemos dificuldade de captar as pessoas para entrar no parque. Muita gente perguntava se precisava pagar para entrar, e ainda houve um agravante por conta da pandemia, só podia entrar quem tinha tomado a vacina, mas hoje o parque é um sucesso.”

3. O parque conseguiu atingir as expectativas em relação a sua criação? Em que sentido?

“Sim, diminuir a desigualdade social no esporte e no lazer. Visitantes que não teriam como pagar uma aula dessas que são oferecidas num clube. São 42 mil moradores ao redor do parque, e a prefeitura foi feliz ao disponibilizar ônibus gratuito aos domingos, porque é um aparelho distante dos demais.”
“Sim, são muitos elogios. As próprias pessoas defendem o parque, o número de visitação está sempre batendo o recorde, tem em média de 600 pessoas participando dos projetos. Por exemplo, fazer uma academia, pilates, hidroginástica, em que eles pagariam cerca de 200 reais, e eles conseguem fazer de graça aqui, com qualidade do que é entregue aqui, com qualidade bem alta. Muitos procuram os projetos por indicação médica, porque precisam fazer uma atividade física e tem esse acesso aqui”
“Sim. Um dos objetivos era oferecer lazer a uma parcela da população que não tinha acesso, muitos banhistas nunca tinham entrado em uma piscina, tem muitos relatos

fortes principalmente de crianças. Vem muitas escolas de bairro afastados como da zona norte e **muitas crianças não saem do próprio bairro** e chegam aqui e veem esse **espaço com piscina e tantas outras coisas, eles ficam alucinados. A população da já tomou conta do parque.** Muitas pessoas vindas da zona nordeste, zona leste, e os ônibus aos domingos possibilitou acesso a famílias no parque”.

“Sim, o objetivo era oferecer o lazer, esporte e turismo de forma gratuita e isso até extrapolou o que era esperado. Pra quem está no entorno teve um ganho excepcional. Mas tem gente que sai do Linhares e de Grama (Bairros afastados do parque).”

4. Quais os papéis desempenhados pelo parque para o município atualmente? E para os moradores?

“Oferta de um equipamento de lazer e cultura. Os moradores da região não têm um equipamento como esse. Tem a universidade e o parque da lajinha que são até mais próximos, mas eles não tinham esse acesso e não é a mesma coisa.”

“Promover a educação ambiental, recreação e lazer. Muitas pessoas nunca pisaram numa piscina na vida.”

“Todos os professores são capacitados para entregar o melhor, os professores acolhem a população, os visitantes têm uma relação muito boa com os professores.”

“Os projetos são um ganho e o atendimento ao público como forma de fomentar o turismo na cidade, principalmente no final de semana e feriado.

5. Quais os desafios que se apresentam à atual gestão do parque?

“Infraestrutura e manutenção, o parque ficou 5 anos fechado antes da prefeitura tomar esse espaço. Muita coisa se deteriorou.”

“Qualquer espaço público vai ter desafio. Muitas burocracias, principalmente verba, que é o mais comum em qualquer aparelho público. Compra de matérias para as oficinas dos projetos, muitos coordenadores já tiraram em algum momento dinheiro do bolso para custear matérias para ações específicas.”

“**Manutenção.** É um espaço grande e há demora, tem essa parte burocrática da política, o funcionário **já teve que pagar do bolso para ajudar nas oficinas para entregar o melhor.**”

“O maior desafio é conseguir ter um **atendimento de forma uniforme, em que todo mundo tenha o mesmo atendimento, porque as pessoas são diferentes.** Tentar passar o máximo de informações possíveis. **Organicamente o parque se tornou uma coisa muito grande, média de 10 mil pessoas por mês.**”

6. Quais os desafios e as possibilidades na execução dos projetos?

“O complicador é **depende de outras secretarias para realizar alguns projetos,** mas é mais fácil criar projetos com o espaço que já existe.”

“A falta desses materiais no início (material das oficinas). Além disso, todas as atividades estão ligadas e tem o **pano de fundo a educação ambiental,** seja no tema, na execução, conversas e criação de jogos, então precisa de um preparo maior.

“**Conseguir entregar para mais pessoas ainda.** Mudamos a nossa escala de trabalho, porque só tínhamos um domingo no mês de folga. Tinha um cansaço por parte dos funcionários, conseguimos esse ano mudar a escala alternando a folga dos funcionários, e com isso, conseguimos criar mais projetos, para adultos e idosos que são os que mais procuram. **E com essa folga os funcionários ficam mais felizes e aumentam a entrega.**”

“**Recurso e material para executar a tarefa.** Espaços do governo são difíceis, **tudo precisa de licitação. A comunicação também precisa de uma melhora.**”

7. Existem outros parceiros externos que contribuem na execução dos projetos?

“Outros setores da prefeitura como a Guarda Municipal, Demlurb, Secretaria de Obras, todos os setores da prefeitura estão envolvidos. **Algo mais elaborado, precisa da decisão da própria prefeita e da Secretaria de Governo.**”

“Não tem outros parceiros atualmente.”

“É uma deficiência nossa ainda, as questões políticas também dificultam, Agora ficou mais fácil apenas uma secretaria na gestão, as parcerias são dentro da prefeitura, por exemplo a Funalfa.”

“Hoje, não. Só os professores de Yoga que se disponibilizam a dar aula de forma gratuita em troca de divulgação. **Tem troca de informação entre os professores em outros projetos também.”**

8. Como funciona a gestão tripartite do parque? Todas as secretarias se envolvem nas decisões igualmente? Quais os principais desafios encontrados?

“Antes tinha o Comitê Gestor do parque, com a SEL, SETUR e SECOM. Se o comitê não conseguia resolver alguma coisa, vai para a prefeita.”

“Até ano passado, sim, todos se envolviam, com a mudança do novo secretariado, teve duas trocas em duas secretarias (SETUR e SECOM) a gestão passou a ser apenas da SEL.”

“Antes tinham ideias diferentes e visões diferentes, o que poderiam contribuir. Mas agora está bem mais fácil, evoluiu até um pouco principalmente questão de manutenção, antes os **secretários precisavam se reunir para decidir, e agora é direto para uma secretaria só, e rapidamente as coisas têm fluído.”**

“Era difícil lidar com três pessoas. Hoje está mais fácil, a ligação é mais direta. Tinham alguns ruídos de comunicação e achar um acordo. Hoje temos mais autonomia para fazer as coisas dentro do parque.”

9. Existiu/existe participação da sociedade civil nas escolhas das iniciativas e dos projetos? Comente.

“A participação é medida através de pesquisa de satisfação e outros canais como o Instagram do parque, o Instagram do JF da depressão. A própria população defende o parque nas mídias sociais. Muitas fazem sugestões, umas pertinentes e outras não. Separamos o que é uma reclamação de cunho político ou uma reclamação pertinente. A

população se apropria e defende o parque. Muitos reclamam que não tem acessibilidade, mas o aparelho foi construído há 40 anos, não era um discurso em evidência na época, mas se precisar de providenciar uma cadeira de rodas, nós providenciamos. Para mudar qualquer coisa (estrutural), tem que pedir autorização do SESC. **O parque aumentou o convívio social com mais oportunidades.** Tem gente que vem ao parque várias vezes na semana, principalmente os idosos. **Agora tem asfalto, capina e calçada aqui na região do parque, não sei se tem pesquisas para saber se a especulação imobiliária aumentou, mas com certeza potencializou essa região.”**

“Sim. Em todas as matrículas dos projetos, nós buscamos saber o que eles se interessam. **Tem muitas demandas e um diálogo muito aberto com quem está visitando.** O caminho está sendo construído.”

“Sim. **Conversamos muito com o pessoal que participa dos projetos e direcionamos os projetos por demanda.** Adultos e idosos têm uma demanda muito alta, as vagas acabam muito rápido. Às vezes montamos a experiência de um projeto para que eles participem e depois decidem se eles gostariam que esse projeto fosse ofertado regularmente. Agora tem projetos aos sábados, antes era só durante a semana”

“Diretamente, não. Recebemos sugestões, mas **não temos uma participação ativa** dentro das escolhas do parque.”



ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS PARTICIPANTES DOS PROJETOS

Projeto: _____

A) DADOS SOCIOECONÔMICOS

1. Participa do projeto há quanto tempo? _____.
2. **Faixa etária:** () 18 a 30 anos () 31 a 45 anos () 46 a 60 anos () Acima de 60 anos
3. **Cor:** () Amarela () Branca () Indígena () Parda () Preta
4. **Gênero:** () Feminino () Masculino () Outro () Não deseja informar
5. **Frequência no projeto:** () 1x semana. () 2x semana () 3x semana () 4x semana () 5x semana ou mais
6. **Bairro de residência:** _____
7. **Renda familiar:** () 1 a 3 SM () 3 a 5 SM () Acima de 5 SM
8. **Escolaridade:** () Fundamental incompleto () Fundamental completo
() EM incompleto () EM completo () Superior incompleto () Superior completo
() Pós graduação incompleto () Pós graduação completo

B) PERCEPÇÕES GERAIS SOBRE O PARQUE

9. O que você acha do Parque Municipal?

10. Qual a importância do parque para a população de Juiz de Fora?
11. E sua importância para a cidade?
12. Quais os principais pontos positivos do parque? Justifique.
13. O que poderia melhorar no parque? Comente.
14. Como a visitação pode ser melhorada ou potencializada pela população de Juiz de Fora? Comente.
15. Você tem conhecimento sobre outros projetos e experiências oferecidos pelo parque? Cite-os.
16. Você sabe como esses projetos são selecionados pela administração?
17. Você acha importante a participação popular nas escolhas dos projetos do parque? Por quê?
18. Como se efetiva sua relação com a natureza? Você considera importante a conexão com a natureza na sua rotina? Comente.
19. Quais os motivos que o trazem aqui, para participar deste projeto?
20. Que benefícios você percebe com essa experiência? Comente sobre cada um deles.

C) CONTATO COM A NATUREZA, CONSCIÊNCIA AMBIENTAL, PRESERVAÇÃO DA NATUREZA E CIDADANIA ECOLÓGICA

21. Pela sua percepção, como o projeto tem contribuído na área de educação e formação ambiental? Comente.
22. Descreva em até três palavras como você define a sua percepção no projeto em relação ao seu aprendizado (educação e formação ambiental).
23. O projeto atende às suas expectativas em relação ao aprendizado e conhecimento sobre questões ambientais, preservação da natureza e cidadania ecológica? De que formas? Comente.
24. O que poderia ser melhorado? Por quê?

25. Qual o papel do parque em proporcionar um projeto que proporciona conhecimentos, aprendizados sobre consciência ambiental, preservação da natureza e cidadania ecológica? Por quê?

26. Como você se sente após participar do projeto, em relação aos conhecimentos e aprendizados adquiridos sobre consciência ambiental, preservação da natureza e cidadania ecológica? Comente.

27. Como o projeto contribui para a preservação da natureza?

28. O que o projeto incentiva na preservação da natureza e contato com o meio natural?

29. Quais os benefícios de estar em contato com a natureza no cotidiano?

D) ESPIRITUALIDADE

21. Pela sua percepção, como o projeto tem contribuído para o desenvolvimento de sua espiritualidade? Comente.

22. Descreva em até três palavras como você define a sua percepção no projeto em relação à espiritualidade.

23. O projeto atende às suas expectativas em relação ao desenvolvimento de sua espiritualidade? Comente.

24. O que poderia ser melhorado?

25. Qual o papel do parque em proporcionar um projeto que permite conexão com a natureza, paz e equilíbrio mental e espiritual? Por quê?

26. Como você se sente após participar do projeto, em relação a sua espiritualidade? Comente.

27. Como você se sente após participar do projeto, em relação a aspectos como auto conhecimento, relaxamento e contato com seu eu interior? Comente.

E) LAZER, RECREAÇÃO E SOCIABILIDADE

21. Pela sua percepção, como o projeto tem contribuído na sua rotina enquanto oferta de serviços de lazer, momentos de recreação e sociabilidade? Comente.

22. Descreva em até três palavras como você define a sua percepção no projeto em relação ao lazer, momentos de recreação e sociabilidade.
23. O projeto atende às suas expectativas em relação ao lazer, momentos de recreação e sociabilidade? Comente.
24. O que poderia ser melhorado?
25. Qual o papel do parque em oferecer um projeto que proporciona interação com família, amigos, momentos de lazer e recreação? Comente.
26. Como você se sente após participar do projeto, em relação às atividades de lazer e recreação oferecidas? Comente.
27. Como você se sente após participar do projeto, em relação aos momentos que passa com os participantes (momentos de sociabilidade)? Comente.

PERCEPÇÕES GERAIS SOBRE O PARQUE

O que você acha do Parque Municipal?

“Porque é ótimo, muito bom ter um lugar como esse e **de graça.**”

“Eu já gostava quando a área **era o SESC Campestre e fiquei muito feliz de o espaço ter se tornado público.**”

“Um lugar muito especial, para podermos **estar com a natureza.**”

“Local excelente e **muito bem cuidado pelos belos profissionais.**”

“Já foi bem mais cuidado.”

Qual a importância do parque para a população de Juiz de Fora?

“Importante para **saúde mental das pessoas** e a **oportunidade de ir em uma piscina.**”

“Não sou juizforana, mas me parece bem importante pela **quantidade de pessoas que visitam o lugar e pela quantidade de atividades disponibilizadas.**”

“É um espaço essencial para o **bem-estar da população de Juiz de Fora,**

	proporcionando contato com a natureza, lazer e qualidade de vida.” “Possibilitou o acesso de todas as pessoas em um espaço muito democrático, tem a piscina e atividades diversas.” “Ele contribui para que você tenha lazer, uma qualidade de vida melhor pois o ambiente é verde, limpo e com pessoas maravilhosas.” “Acredito que a cessão do Parque Municipal foi um grande ganho para a população juizforana.” “É muito interessante ver um espaço privado sendo aberto ao público. Desta forma, a cidade ganha mais uma opção de espaço com área verde além do Parque da Lajinha, do Museu Mariano Procópio, do Jardim Botânico. Além de beneficiar a população de Juiz de Fora, também é atraente para o público externo.” “É uma opção de lazer boa para a população.”
	“Faz a cidade mais valorizada.” “Definitivamente é um ponto positivo na constituição da cidade como um todo.” “O parque é um espaço essencial para o desenvolvimento urbano e social de Juiz de Fora, oferecendo à população um

E sua importância para a cidade?	ambiente natural que favorece a saúde, o lazer e o bem-estar. Além de ser um local para atividades físicas, ele também serve como ponto de encontro, promovendo a integração da comunidade e o fortalecimento de vínculos sociais.” “É um espaço de lazer, seguro, com ônibus na porta, bastante amplo, com muitas atividades, traz muitos benefícios para a população.”
Quais os principais pontos positivos do parque? Justifique.	“Acho os espaços muito agradáveis pela disposição deles, não gosto de ficar no meio de muita gente então acho agradável que mesmo com o parque cheio ainda existem espaços tranquilos.” “Ser um espaço gratuito e com os ônibus de graça aos domingos, favoreceu o acesso.”
O que poderia melhorar no parque? Comente.	“Coleta de lixo orgânico e reciclagem bem divulgado, cuidar do vazamento descarga no banheiro.” “Estrutura dos banheiros, infelizmente ainda nos deparamos com sanitários interditados, falta de papel higiênico. Pela estrutura também acho que os quartos deveriam ser aproveitados. Sugiro também

	outras atividades para quem trabalha durante a semana, infelizmente só consigo participar das atividades nos finais de semana.” “Abrir a área do bosque e colocar vigias e alguns detalhes na manutenção.” “Limpeza e horário estendido durante o verão.” “Não sei opinar quanto às opções de almoço e lanche, pode ser um ponto a melhorar. Poderia ter opções mais saudáveis.”
Como a visitação pode ser melhorada ou potencializada pela população de Juiz de Fora? Comente.	“Acho que está tudo ótimo, estamos sendo muito bem recebidos.” “Mais divulgação.” “Já melhorou muito e falo com propriedade porque estou no parque desde sua inauguração, mas acredito que as redes sociais e propagandas no rádio e na TV poderiam ser intensificadas.” “Poderia ser mais divulgado, muita gente nem sabe que aqui existe.”
Você tem conhecimento sobre outros projetos e experiências oferecidos pelo parque? Cite-os.	“Sim. Faço yoga e já fui à caminhada.” “Futebol, pilates, hidroginástica, natação, yoga, colônia de férias para crianças, algumas exposições, pois vi uma de animais empalhados. “Pilates, atividades esportivas para crianças, Yoga, 60+.”

	“Tenho.”
Você sabe como esses projetos são selecionados pela administração?	“Não.” “Não tenho ideia.” “Não, mas acredito que fazem um levantamento do que seria importante para o bairro e a população.” “Acredito que seja feita uma consulta pública.”
Você acha importante a participação popular nas escolhas dos projetos do parque? Por quê?	“Não sei.” “A participação popular é uma ferramenta de integração entre a sociedade e o poder público, sempre muito bom poder opinar e ser ouvido, faz uma cidade para todos de forma verdadeira.” “Seria ótimo se escutassem de fato a população pois é ela que sabe do que precisam.” “Com certeza, a participação popular tem grande importância. Por ser um local público, deve ter projetos voltados às necessidades do público.”
	“Sim é muito importante pra saúde física e mental, a conexão com a natureza ajuda a

Como se efetiva sua relação com a natureza? Você considera importante a conexão com a natureza na sua rotina? Comente.	ter paciência paz tranquilidade lidar com problemas.” “Pra mim é fundamental, moro em uma casa com horta e pomar, tenho animais sobre minha tutela e estar conectada com a natureza é muito importante pra manter minha saúde física e mental, para felicidade, paz.” “Considero essencial para sobreviver em um mundo tão conectado.” “Amo o parque, faço piquenique com família e amigos. Também venho sozinha para conectar com a natureza.” “Gosto de ter contato com espaços de natureza, trilhas e áreas verdes. Acho muito importante haver espaços assim na cidade para que, não só eu, como todas as pessoas tenham um respiro em meio à correria do dia a dia.” “Muito importante, é terapêutico. Agradecer por estar numa cidade boa como Juiz de Fora, por causa do trânsito, saúde mental e física do povo.”
	“Ver a natureza de uma forma melhor.” “Vim conhecer, sou do Rio de Janeiro.”

Quais os motivos que o trazem aqui, para participar deste projeto?	“Venho por tudo, lazer com as crianças, venho respirar ar puro, dar uma caminhada, reconectar com a natureza.” “Vim para a prática de yoga.” “Me reconectar comigo mesma e com a natureza.” “Venho para me renovar e melhorar minha energia.” “Vim para as atividades do projeto.”
Que benefícios você percebe com essa experiência? Comente sobre cada um deles.	“Ouvi falar que tudo melhora, o corpo e a alma.” “Autoconhecimento.” “O som ambiente dos pássaros, e da água, e o toque dos pés na terra ou na grama, complementam a sensação de estar presente no aqui e agora.” “São muito benefícios, tanto a prática de yoga e atividades físicas, como o contato com a natureza e a aprendizagem sobre respeitar o meio ambiente.” “Saúde física e mental, e o quanto ainda devemos preservar porque está tudo muito louco, o medo é trocar de prefeito e acabar e vender isso tudo, o parque vale um dinheirão.”

LAZER E SOCIABILIDADE	
Pela sua percepção, como o projeto tem contribuído na sua rotina enquanto oferta de serviços de lazer, momentos de recreação e sociabilidade ?	“Temos feito uma amizade muito bacana.” “Tem sido ótimo.” “É maravilhoso, quem chega depois já é incluído nesse processo.” “É muito bom ter pessoas da mesma idade que eu, que tem os mesmos pensamentos.” “Muito bom estar num grupo que mesmo com as diferenças tem muito cuidado, bom convívio.” “Projeto muito bacana, nem no parque lá embaixo tem isso.” (Parque da Lajinha)
Descreva em até três palavras como você define a sua percepção no projeto em relação ao lazer, momentos de recreação e sociabilidade .	“Satisfação, alegria, criatividade.” “Ótima convivência, mente ativa, agradável.” “Bom convívio, muito importante, alegria, renovação o tempo todo.” “Impermanência, porque o tempo todo lidamos com coisas que não conhecemos, coletividade, amizade. “Agradável, criatividade.” “Sair da atividade casa, ambiente muito bom, amizade.”
O projeto atende as suas expectativas em relação ao lazer, momentos de recreação e sociabilidade ?	“Muito” “Com certeza” “Sim, demais” “Melhor lugar, com certeza. Não tem outro lugar na cidade assim.”
	“Nada”

O que poderia ser melhorado?	“Mais divulgação, sair do celular, muitos idosos em casa amofinado em frente a televisão, abolir o celular, para os jovens também.” “Muita gente ainda trabalha dia de semana, não é todo mundo que enfrenta ônibus cheio para vir, deveriam divulgar mais.” “Se tivesse outras coisas seria bom, mas está bom.”
Qual o papel do parque em oferecer um projeto que proporciona interação com família, amigos, momentos de lazer e recreação?	“Excelente.” “Papel excelente, mas precisa de divulgar mais.” “Atrair mais gente, porque é gratuito.”
Como você se sente após participar do projeto, em relação às atividades de lazer e recreação oferecidas?	“Renovada, ficaria aqui o dia inteiro.” “Excelente, ótimos professores.” “Muito bem.” “Me sinto muito bem.”
Como você se sente após participar do projeto, em relação aos momentos que passa com os participantes (momentos de sociabilidade)?	“Estava me sentindo angustiado sem motivo, é chegar aqui que passa.” “Muito bem. Fica muito idoso dentro de casa e isso é ruim. Eles merecem isso aqui.” “Antes tinha muita gente e agora diminuiu, mas é um projeto muito maravilhoso.”

<i>EDUCAÇÃO AMBIENTAL</i>	
Pela sua percepção, como o projeto contribui na área de educação e formação ambiental?	“Contribui bastante para a educação ambiental.” “Contribui. Muito bom saber sobre a natureza.” “Contribui bastante porque abordou assuntos que não sabia, primeira vez vendo algumas coisas.” “A trilha contribuiu para fatores que não temos acesso na nossa rotina, como não desmatar, do tipo de árvore, do tipo de equilíbrio ecológico, conhecimento mais amplo, por exemplo, a árvore x tem um contexto naquela cadeia estrutural.” “Não contribuiu nada. Trilha foi rápida, curta. Vê 3 árvores e só, não teve nada de conscientização ecológica.”
Descreva em até três palavras como você define a sua percepção no projeto em relação ao seu aprendizado (educação e formação ambiental) .	“Interessante, bom e agradável.” “Verde, agradável, simples.” “Conscientização, responsabilidade e lazer.” “Saúde, sair do centro urbano, contato com a natureza.” “Lazer e passeio.” “Decepção, rapidez e bonita, é bonita.”
	“Atendeu, muito mais conhecimento.”

O projeto atendeu as suas expectativas em relação ao aprendizado e conhecimento sobre questões ambientais, preservação da natureza e cidadania ecológica? De que formas?	“Sim, ajudou a aprender mais.” “Não foi nada falado de conscientização ecológica, nem da flora e nem da fauna, sobre a história, apresentou alguns elementos, mas não aprofundou.” “Não atendeu, esperava mais. Colocar mais placas, fazer uma trilha maior, no Jardim Botânico tem uma trilha mais perigosa e é aberta.”
O que poderia ser melhorado?	“Mais divulgação da trilha.” “Mais sinalização com placas. “Faltou algumas placas de conservação, mais sinalização, mais práticas de uso do parque, sobre a piscina tem mas no parque como um todo, não.” “Melhor os horários das trilhas, mais divulgação, as pessoas vêm para se divertir, a trilha fica só para quem é curioso, mais técnica científica, um biólogo talvez, plaquinhas.”
Qual o papel do parque em proporcionar um projeto que proporciona conhecimentos, aprendizados sobre consciência	“O papel do parque é trazer para a sociedade de uma forma ampla (independente de posição dentro da sociedade, política, questões financeiras) que tem como ter um espaço para lazer, preservação e ter esse conhecimento.” “Mostrar e divulgar a mata atlântica, e amarrar isso com educação infantil, trazer as crianças e sair da tela, ter noção de tudo isso, divulgar mais para escola, mais passeios escolares.”

ambiental, preservação da natureza e cidadania ecológica?	“Acho muito importante, precisa ser mais falado. “Muito importante, trazer mais a educação ambiental para a garotada.”
Como você se sente após participar do projeto, em relação aos conhecimentos e aprendizados adquiridos sobre consciência ambiental, preservação da natureza e cidadania ecológica?	“Muito melhor. Eu amo a natureza, se pudesse morava dentro da natureza.” “Melhor, fundamental e quebra qualquer estresse.” “Ótima.” “Mai calmo e relaxado.” “Sai da mesma forma que entrei.”
Como o projeto contribui para a preservação da natureza?	“Contribui, sim. Só em estar cuidado de limpar, se não vira tudo mato.” “Contribuiu, aprendi mais com a trilha.” “Sempre que posso vou para natureza, deixar os filhos longe dos eletrônicos.” “Como tem muita gente monitoramento, acaba preservando mais, mas a população precisa ajudar.” “Sim, aprendi sobre a jaca, a tinta da jaca, e a história em si.”
O que o projeto incentiva na preservação da natureza e contato com o meio natural?	“Mais conectados, mais consciência ecológica, mentalmente relaxados, mais ar puro.” “Sim, total.” “Contribui muito. Já tenho essa consciência e é importante levar isso para os filhos.”

	“O contato com o meio natural foi rápido e efêmero porque a trilha é curta, você não tem aquela imersão de uma trilha.”
Quais os benefícios de estar em contato com a natureza no cotidiano?	“Todos os benefícios, descansar, relaxar, voltar para a origem mais rural, respirar um ar mais fresquinho.” “Ouvir o barulho da natureza.” “Fuga da rotina, da vida corrida, sair do piloto automático, pensar mais, refletir mais, parar um pouco mais, saúde mental, respirar, contato com as águas, para quem pratica esportes, é bom para a saúde física, como é gratuito é super acessível. Ter acesso ao lazer e contato com a natureza gratuito, relações humanas e relações sociais, tirar momentos de lazer.” “Saúde física, mental, relaxar, oportunidade dentro da rotina para ter esses contatos perto da natureza.” “Gosto muito de mar e a mata é a melhor coisa que tem.” “Ar puro, acalmar a ansiedade.”

<i>ESPIRITUALIDADE</i>	
	“Vejo que minha conexão com Deus e o universo fica muito mais forte.” “Proporcionar um espaço de prática e reflexão, fortalecendo minha conexão

Pela sua percepção, como o projeto contribui ou contribuiu para o desenvolvimento de sua espiritualidade?	interior e com o divino, trazendo mais paz e equilíbrio à minha jornada.” “Me reconectar comigo mesma, desacelerar, perceber que tudo passa e que tudo se resolve com calma.” “O contato com a natureza faz a prática de Yoga ter mais sentido. Por ter sentido, também quero dizer que é mais fácil se lembrar que somos parte integrante da natureza, e nos sentirmos um com o universo.” “A prática da yoga toca em aspectos da espiritualidade, mas os encontros são na medida certa pois não penso que esse deveria ser o foco.” “Não muito, não sou uma pessoa espiritualizada, então tenho outros focos na prática.”
Defina em até três palavras a sua percepção no projeto em relação à espiritualidade.	“Paz, harmonia e alegria.” “Conexão, paz, equilíbrio.” “Paz, concentração, interiorização.” “Gratidão; paz; equilíbrio.” “Leveza, inclusão, diversidade.” “Contemplação, indiferença, naturalidade.” “Caminhos para espiritualidade.”
	“Sim, o projeto atende minhas expectativas, pois oferece um ambiente de prática e reflexão que fortalece minha conexão espiritual, trazendo paz e alinhamento com minha essência.” “Sempre fui uma pessoa religiosa e animada, mas venho passando por algumas

O projeto atendeu às suas expectativas em relação ao desenvolvimento de sua espiritualidade?	provações e com o Yoga eu consigo me conectar e me sentir tranquila, é muito importante.” “Superou minhas expectativas, pois foi muito gratificante e me colocou em contato com meus pilares do corpo físico, emocional, mental e especialmente energético.” “Sim, não gostaria que fosse nada intenso nesse sentido e acho que o projeto atende isso.” “Não tenho essa expectativa em relação a esse projeto.”
O que poderia ser melhorado?	“Sei que deve ser mais difícil de manter, mas o projeto poderia acontecer todos os domingos.” “Passar para uma vez na semana.” “Acho que a medida que vai crescendo, mais gente participando, vai se aprimorando naturalmente.” “Está tudo bom para mim.” “Ainda não sei opinar.” “Não sei como contribuir.”
	“Melhoras na saúde das pessoas por que as pessoas precisam muito melhorar a saúde mental.”

Qual o papel do parque em proporcionar um projeto que permite conexão com a natureza, paz e equilíbrio mental e espiritual? Por quê?	“Acho muito importante essa oportunidade para a população geral que busca esse contato e necessita de um espaço assim.” “O parque oferece um ambiente natural que promove a conexão com a natureza, trazendo paz e equilíbrio mental e espiritual, permitindo momentos de introspecção e bem-estar longe do estresse.” “É fundamental, ceder um espaço seguro, limpo, tranquilo para a prática.” “A natureza favorece muito.” “Papel importante demais eu falo que as pessoas estão muito doentes, seja espiritual, do corpo e da mente e o parque nos proporcionando esse lazer diferenciado ajuda muito nesse equilíbrio.” “Particularmente, considero um papel relevante atualmente, em que perdemos essa conexão no dia a dia.”
Como você se sente após participar do projeto, em relação a sua espiritualidade?	“Como instrutora de Yoga me sinto muito realizada, é sempre muito bom compartilhar um pouquinho essa filosofia de vida.” “Conectada comigo mesma.” “Ao dar aula, sinto-me profundamente conectada com minha espiritualidade, pois a prática de compartilhar o yoga me traz uma sensação de propósito, harmonia e gratidão. Cada aula fortalece minha conexão com o divino e com a energia dos participantes, proporcionando equilíbrio para todos.”

	“Corpo e alma leve como se estivesse aberto o meu corpo pro lado esquerdo e direito pra frente e pra traz.” “Não muito diferente, apenas mais calma”.
Como você se sente após participar do projeto, em relação a aspectos como autoconhecimento, relaxamento e contato com seu eu interior?	“Muito bem, cada aula, cada prática, é um passo a mais na direção da unidade.” “Muito bem, pois a prática acalma a nossa mente e te põe em contato com as energias vindas da natureza.” “Enquanto pessoa que faz uso da terapia cognitivo-comportamental por conta da ansiedade, sinto-me com mais vontade de participar do projeto, pois foi um momento belo, prazeroso e muito relaxante.” “Tranquila e confiante.” “Me sinto mais em sintonia com meu eu interior, com uma maior compreensão de mim mesma. O relaxamento e a introspecção proporcionaram um espaço de paz e autoconhecimento, fortalecendo meu equilíbrio emocional e mental.” “Mais conhecimento do corpo por dentro e por fora e coração”.